

†
981.5
M528p

CIRO FLÁVIO DE CASTRO BANDEIRA DE MELO

86

aul novinho

POIS TUDO É ASSIM...

EDUCAÇÃO, POLÍTICA E TRABALHO EM MINAS GERAIS (1889-1907)

DISSERTAÇÃO apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de MESTRE EM EDUCAÇÃO à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Minas Gerais sob a orientação do professor Carlos Roberto Jamil Cury.

04

INV 05

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



171539005

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

AC. 28688

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JUNHO/1990

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
"A longa noite de 100 anos"	9
CAPÍTULO II	
"A noiva do Trabalho"	61 *
CAPÍTULO III	
Olhemos para o México	120
CONCLUSÃO	166
BIBLIOGRAFIA	171
ANEXO I	189
ANEXO II	191

AGRADECIMENTOS

O trabalho acadêmico, por mais simples que seja, só excepcionalmente é resultado do esforço solitário de quem o escreve. A presente dissertação não fugiu à regra geral. Ela não existiria sem o apoio e a contribuição crítica e desinteressada de instituições, amigos e colegas de magistério. Meu muito obrigado ao Mestrado de Educação que me acolheu; ao Prof. Carlos Roberto Jamil Cury, meu orientador, agradeço duplamente. Primeiro pelas chamadas ao trabalho e a paciência da espera; depois pelas críticas serenas e sugestões objetivas sobre o texto. Agradeço aos colegas do Departamento de História, profundamente, de coração, aos professores Douglas C. Libby, Eliana Regina F. Dutra e à Profa. Carla Junho Anastasia. Sem eles teria sido muito mais difícil cumprir com a redação final. O professor Antônio Camargo d'Assunção, não sei quantas vezes me escutou; e à Profa. Cristina Campolina, pelos livros enviados de Buenos Aires.

Maria Ephigenia Salles tentou de todo jeito acertar meu português, revendo-o.

A Profa. Maria Elizabeth Massahud Rodrigues, esteve presente em parte dos fichamentos e Ana Elizabeth Rocha foi de uma eficiência própria aos profissionais competentes. Foi dela a computação.

Dívida profunda tenho para com a professora Hygina Bruzzi, minha mulher, também companheira de vida acadêmica e que tem um espaço importante no texto, como interlocutora, pelas sugestões e propostas aceitas.

Finalmente, a Bernardo e Marcos, meus filhos, pela força do incentivo, e a Ciro e Odete, meus pais, pela confiança.

A FAPEMIG - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DE MINAS GERAIS viabilizou em parte a pesquisa, financiando-a.

A todos, mais uma vez agradeço.

A todos, dedico o texto..

INTRODUÇÃO

Na dissertação que ora apresentamos, pretendemos estudar uma etapa da história mineira, sem ignorar o contexto brasileiro. Tentamos expor como os atos políticos dos primeiros quinze anos republicanos também tiveram como função uma prática pedagógica. De imediato esta manifestou-se na promessa de superar o conceito de súdito, próprio da monarquia, pelo de cidadão. Porém a República criou uma cidadania restrita, limitando a poucos o direito elementar do voto e da participação política dentro do sistema representativo brasileiro.

Ora, o principal obstáculo ao exercício singelo do ato de votar e ser votado era o próprio dispositivo Constitucional de 1891 que excluiu os analfabetos do exercício do voto, tornando-os cidadãos de segunda classe.

Num país em que os índices de analfabetismo batiam pelos 70% da população, o artifício constitucional limitava, sensivelmente, a participação política, negando o princípio elementar da cidadania à maioria do povo brasileiro.

Ao mesmo tempo em que retirava da maioria da população esse direito político básico, o governo, por seu discurso oficial, no nosso caso, através das mensagens dos presidentes estaduais, por exemplo, dizia da educação como promessa de resgate deste homem de segunda classe, cidadão do futuro, pois só pelas letras era possível chegar à cidadania plena. A promessa da educação primária, assim vista, resgataria a um só tempo o direito à vida política e, aliada ao ensino prático,

aperfeiçoaria o indivíduo para o trabalho. A cada instante em que isso fosse atingido se confirmaria o progresso do país como nação moderna, com cidadania plena, onde pátria e povo se encontrariam de modo harmonioso, regenerados ambos pelo trabalho.

Numa segunda abordagem do discurso educativo do poder republicano, tentamos identificar os elementos para os jogos do controle ideológico. Eram eles necessários à legitimação do novo regime. Sua formulação foi feita, é claro, por aqueles que detinham o controle hegemônico do Estado, se auto-denominando "classes conservadoras", na qual os valores burgueses já estavam bem definidos.

Neste ponto, o direcionamento do povo se fez principalmente pela difusão e legitimação da República através do resgate do sangue e dos ideais dos heróis da nacionalidade, os inconfidentes, proto-republicanos, que tornaram o solo mineiro sagrado. Recuperar a Inconfidência Mineira era um meio eficiente de legitimação do 15 de novembro de 1889.

Entendemos ser a implantação da República no Brasil, resultado das mudanças que ocorreram na vida brasileira, sobretudo na segunda metade do século XIX, empurrando o país para os quadros da divisão internacional do trabalho, decorrentes da expansão capitalista. Um dos reflexos dessas mudanças no país foi a questão escravista. No nosso país, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi fruto de um processo de mudanças geradas pelo avanço das relações de mercado, do modelo burguês de vida e do controle do social pelos detentores do Estado. A criação desse ideário ocorreu logo após ser proclamada a República. Imediatamente eclodiram sérios problemas de

institucionalização. Assim,

"Um sistema social determinado a fim de manter-se coeso, como totalidade, necessita de legitimação e como o êxito da legitimação está na proporção direta do poder possuído por aqueles que operam com ela, a classe dominante (que detém o poder) elaborou representações do real que, dissimulando e mascarando as contradições de base existentes no processo das relações sociais de produção, tornem o sistema social um todo harmônico e único. Assim, "as idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época..."(1)

Desse modo entendida, a ideologia dominante circula como um discurso pretensamente universal. As relações entre os homens são dissimuladas em sua essência contraditória. A classe dominante visa sempre assegurar uma unidade ideológica, como meio para o controle do social.(2) E aqui a educação, escolar ou não, teve lugar de destaque na consolidação republicana.

Buscamos, no nosso trabalho, tão somente descrever, pelas falas oficiais (ou para-oficiais), uma determinada aproximação com o real, numa tentativa de recuperação formal dos enunciados políticos cujo teor podem nos permitir uma aproximação com a época.

Nos discursos oficiais encontramos uma vala comum para descrever a escola elementar, formal: sua quase total desorganização, ausência de infra-estrutura, falta de professores ou despreparo dos mesmos. Então, o governo promete recuperar o ensino. Afinal é ele o repositório da cidadania. Paralela à escolarização primária há sempre a questão da escola prática, organizadora do trabalho. Afinal, justifica-se o poder, é pelo trabalho que a pátria se engrandece.

Já através da educação informal, vemos que "a função histórica da ideologia se entrelaça com a função educativa... que pretende tornar coesa a classe que a gera".(3)

A educação informal se faz pela propaganda do discurso oficial pelos meios possíveis de divulgação, restritos, mas capazes de atingir a quem deviam atingir. Discurso retórico, do culto ao simbólico republicano, criador dos mitos necessários à estabilidade da nova ordem. Expressava ele o controle ideológico exercido pela parte mínima da população, parte que detinha o exercício efetivo do poder; demos restrito, capaz de receber, decodificar e discutir sua vida política, seus objetivos públicos, paidéia especial, fundante do Estado/Pátria Mineira. No debate político restrito à educação do cidadão pleno, não ficava excluída a forma autoritária do Estado/Nação, a vocação excludente da elite política e o caminho sempre possível da ditadura, via modelos externos, como o Porfiriato.

Pareceu-nos que nos primórdios republicanos o governo mineiro se esmerou nesse discurso da cidadania seletiva, porém sempre aberta para o futuro, em nome da Liberdade.

Educar o povo era a proposta; domá-lo, a necessidade. Aqui, o Estado (a União) abstratamente considerado, sob o império da Constituição e do estatuto formal de indivíduo, sob o signo da propriedade privada, definiu a estrutura política do conceito de moderno, de que a República se apropriou.(4) O discurso republicano soube criar seu futuro sobre um passado/presente; soube propor o novo sob o fundamento da tradição.(5) Assim, como é preciso estabelecer "nexos precisos de integração entre

governo, polis e demos"(6), esses nexos, uma vez construídos, se articularam em várias direções, como a produção, organização do mercado, controle da mão-de-obra, na construção do "todo" nacional.

Era preciso, na sequência do século XIX, século da ciência e da técnica, dirigir um desenvolvimento racional e sistemático da produção e da produtividade, bem como intensificar o domínio sobre a natureza. Tudo isso os dirigentes republicanos não deixaram de anotar. Mas, quando a crise econômica e política atingiu a União (e Minas), as "classes conservadoras" e o Estado puderam promover o Congresso de 1903, realizado em Belo Horizonte, para pensar saídas e estratégias. Enfim, todos esses atos eram educativos e, fazer da educação (formal ou não formal) uma bandeira do Estado, era imperioso como razão de modernidade, já que todo o discurso da modernidade é, antes de mais nada, um "imenso processo ideológico".(7)

Quanto às fontes utilizadas na dissertação, valemo-nos, enquanto fontes primárias, das mensagens presidenciais, dos discursos e textos de João Pinheiro, bem como da cobertura que o Jornal Minas Gerais fez do Congresso de 1903, além das memórias e resoluções ali apresentadas.

Como fontes bibliográficas, utilizamos principalmente a produção mais recente sobre a história de Minas, como indicada nas notas.

Isso posto, iniciamos nosso trabalho no Capítulo I com um apanhado geral de Minas Gerais no século XIX, partindo da vertente tradicional que explica a decadência da região mineira provocada pelo refluxo da mineração. Do fausto à miséria. Do

clangor e tinir dos metais à estagnação e à decadência. Em contraponto, fazemos referência de modo ainda que singelo, à nova historiografia que vem dissecando a vida mineira dos séculos XVIII e XIX. Sem ela não poderia haver a República que tentamos resenhar porque, antes de mais nada, é ela que nega a idéia de decadência geral para a etapa provincial.

As nuances da vida econômica, social e educativa do século XIX como aparecem nos relatórios oficiais,(8) são transcritas como condição para um melhor entendimento do discurso republicano.

No segundo capítulo serão tratadas as falas governamentais mineiras entre 1889 e 1902, suas estratégias, como expostas nos relatórios oficiais, e o exercício de interpretar a visão do conceito de educação e de cidadania contida nesses documentos.

No período de 1889 a 1902 vamos da euforia pós proclamação da República, do decantado erário público cheio de recursos ao limite da crise financeira que atingiu o país. Nem por isso deixou-se de construir Belo Horizonte.

Sobre o assunto entendemos que a construção da nova Capital significou não uma ruptura novo/velho, moderno/antigo, República/Império, mas uma recomposição do tempo histórico, da legitimidade da composição tradição/futuro. Nesse período, a educação escolar e primária é por nós abordada através de uma exposição cronológica das mensagens presidenciais.

Constatamos que o ensino primário estava carregado de problemas, porém sempre se afirmava:

"promover carinhosamente a educação popular no sentido de preparar os cidadãos para o exercício regular de todas as suas múltiplas funções, desde as da procriação de gerações fortes, sadias e robustas até as da defesa intemerata da pátria nos campos da luta armada".(9)

Mas, crise é crise, e quando as medidas iniciais de contenção de despesas, por parte do Estado, foram feitas, a escola oficial foi a primeira instituição a ser atingida.

No capítulo III tratamos do período entre 1903 e 1907, dominado em Minas Gerais por João Pinheiro. Ativista político e cultural, Pinheiro teve amplo espaço de atuação na República que se consolidou com a Política dos Governadores, de Campos Sales. Com o controle político do Estado totalmente nas mãos do PRM e do governador, chefe do Partido, velhos sonhos são expostos como modelo para as dificuldades mineiras/brasileiras, como o Porfiriato, por exemplo. A ditadura mexicana de Porfírio Díaz teria resolvido os problemas mexicanos nos campos da indústria mineral e da educação. Bom modelo para se aplicar ao Brasil, principalmente porque provou ser um modelo eficiente para a atração do capital externo.

Também em Pinheiro é constatado o gosto do discurso pela educação do povo, pela reforma do ensino que fez implantar, além da instalação do ensino técnico-rural. No capítulo trabalhamos com os documentos do Congresso de 1903, as mensagens presidenciais de 1903 a 1907 e alguns artigos em jornais, discursos e entrevistas de João Pinheiro.

Uma pequena conclusão encerra nosso trabalho.

NOTAS

- (1) Cury, Ideologia e Educação brasileira. p. 3.
- (2) Ibid. p. 4.
- (3) Cury, Educação e Contradição, p. 48.
- (4) Baudrillard, Jean. Modernité in Enciclopaedia Universalis. p. 140.
- (5) Ibid.
- (6) Renato Lessa, A Invenção Republicana... p. 14.
- (7) Baudrillard. op. cit. p. 141.
- (8) Para os Relatórios Provinciais utilizamos fontes secundárias, principalmente Igrejas, Política econômica do Governo Provincial Mineiro.
- (9) Aarão Reis, O Regime político e o Estado in Paim A. (org.), Plataforma política do positivismo ilustrado. p. 145/146.

CAPÍTULO I

A LONGA NOITE DE CEM ANOS

Ninguém recebe os nossos gêneros ou os carregam de tais tributos que equivalem à exclusão.

(Do relatório de 1844)

Minas no século XVIII. O tinir do ouro, o ruído das bateias, o brilho dos diamantes. As festas ostentatórias. A urbanização crescente. Minas das igrejas barrocas, do tropel das intermináveis tropas de abastecimento. Centro privilegiado da articulação econômica colonial. Minas sinônimo de riqueza e opulência.

Minas no século XIX. O silêncio dos campos, plácidas colinas, bucólico sinal de uma economia decadente, não exportadora. Do esgotamento da mineração. Fuga / refluxo / dispersão populacional. Província da marginalização social pelo empobrecimento acelerado da região mineradora. Decadência geral. No langor, a herança de um povo sem esperanças.

Nesta descrição pendular, a versão tradicional que marca a história mineira. Versão que, por sinal, perpassa os relatórios governamentais do século passado. Talvez um ardil da burocracia administrativa imperial que, satisfeita com a centralização reinante, podia viver sem as possíveis ameaças e sobressaltos políticos, que uma sucessão interminável de presidentes provinciais não tinha como estabelecer.

Cultivar a idéia de decadência devia ser benéfico à burocracia na medida em que obstava, no nascedouro, quaisquer

propostas de mudança, qualquer modificação de mando. Impedir pelo discurso do "não ter" e do "não poder" era trabalhar para a manutenção/estabilidade da burocracia imperial/provincial em seus postos.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, já o Ministro Manuel Alves Branco estabelecera, desde 1847, em circular aos presidentes de províncias, que empregos são criados para serviço do Estado e, por conseguinte, deviam os funcionários obedecer ao partido no Governo. "Assim, o funcionário público que, esquecido dos deveres de sua posição, ligar-se aos adversários do Governo, e maquinar contra a sua causa, constitui-se na impossibilidade de continuar a servir."(1)

E os governos se sucederam. A burocracia permaneceu. Para ela era melhor apostar na estagnação que na mudança.

Essa versão "decadentista" da história mineira, parece-nos, vem sendo desmontada, passo a passo, pelas teses e textos que, na última década, foram publicados.(2)

Retomar essa versão tradicional da história mineira e apor a ela os novos trabalhos, é demonstrar um permanente crescimento populacional, como um todo, da Província; um aumento da população escrava; um intercâmbio inter-regional através das tropas e do comércio, item importante pois demonstrará que a vida econômica da Província vicejava. A República não recebeu um cadáver como herança imperial, e o discurso do reformismo republicano de ter ressuscitado um ente morto poderá ser criticado em toda a sua extensão. Assim é que, a República, em Minas Gerais, é extensão da transição do trabalho escravo para o

trabalho livre, do avanço de novas relações de trocas mercantis, de uma dinâmica social e política que a monarquia não pode absorver.

O discurso republicano em Minas Gerais era resultado do aumento da renda interna da Província, como o foi também do reduzido espaço político do Governo Imperial.

A Proclamação da República, em Minas, não foi fruto da decadência regional. Não podia a decadência gerar um discurso progressista sem que houvesse qualquer infra-estrutura em crescimento para o apoiar. O lema "Ordem e Progresso" não vicejaria em campo absolutamente desprovido de condições para o movimento sócio-econômico e político que foi a República, se o Brasil fosse um gigante deitado, sem produzir mais nada que o sono em berço esplêndido.

Ora, o discurso republicano do progresso, e da educação como sua premissa e corolário, não foi, pois, um discurso em que a força da palavra, ao nomear as mudanças e as propostas republicanas, se esvasisse por absoluta falta de contrapartida social. Assim, voltar aos dados do século XIX é necessário, pois nos permitirá acompanhar, em alguns de seus aspectos, o desenrolar da vida mineira. Por exemplo o federalismo que se criou no Brasil, bem como a consolidação da prática republicana que se seguiu, na qual foi possível aos políticos mineiros, participando do poder federal, marcar um espaço na vida brasileira através de uma função mediadora, que permitiu que Minas se tornasse importante em momentos chaves da vida nacional brasileira.

A República que se instalou no Brasil não atendeu aos

sonhos de qualquer dos republicanos históricos, radicais ou não. Foi uma república que se construiu na transação política. Logo após a proclamação de 15 de novembro, o adesismo à nova ordem foi quase geral. Na República coube todos os monarquistas, sem maiores cerimônias. Rei morto, rei posto. Rei deposto, viva o presidente bem posto.(3) No pragmatismo elitista da república cabia também o Império. A República, enfim, foi a resposta a um determinado estágio das relações sociais de classe em evolução no Brasil. Isso não quer dizer que, do ponto de vista formal, as propostas dos discursos republicanos não tentassem seguir um modelo tido como ideal para a sociedade brasileira.

A República, que se seguiu ao 15 de novembro, respondeu, por sua montagem, às necessidades e às articulações políticas que se concretizaram de modo mais moderno no centro-sul do país, em relação ao avanço burguês nos países cêntricos no século XIX. Tal ordenamento republicano foi capaz de exercer o poder, por quarenta anos de nossa história republicana, a partir do momento crucial da transição do país/província/escravidão, para o trabalho livre, trabalho mercadoria. Não sem razões é que junto ao discurso educativo republicano, junte-se com vigor o discurso anti-vadiagem, foi, de longa data, presente nas falas governamentais. Este discurso é agora acompanhado do pedido de uma legislação coercitiva. Por princípio, o homem pobre é vadio. Ao vadio, a cadeia ou meios efetivos de pressão para transformá-lo em trabalhador assalariado, mão-de-obra, força de trabalho. Por via das dúvidas, se se educar esse homem pobre será mais fácil prepará-lo para o trabalho e subjugar-lo pela palavra.

Ora, a construção da República em Minas Gerais, já o dissemos, é o momento em que se configuram e se concretizam, de modo ampliado, as formas de trabalho assalariado dentro de formações em que predominam relações formais de trabalho sob o signo do capital.

Por outro lado, em 1889, a autonomia estadual ultrafederalista se fundou, primordialmente, no principal imposto gerador de recursos no país, que é outorgado aos estados membros: o imposto de exportação. E é assim que, os estados produtores de café vão dispor da "quintessência" dos recursos financeiros. À autonomia política, junta-se a quase autonomia econômica do estado membro. A constituição de 1891, na sequência dos fatos, é um ganho dos federalistas históricos. É sob a égide de tais recursos que eles esperavam continuar a dinamização do nível interno da economia estadual. Deixa-se de lado a questão do mercado interno, que se controla pela política cambial que favorece as importações. Não é sem razão que, ao se manifestar a crise do setor cafeeiro, outras dificuldades que estavam encobertas pelo dinamismo das exportações, mantenedora privilegiada do discurso da euforia republicana, vão se avultar e outras soluções serão pedidas. Mais uma vez será pela pregação da panacéia educativa que o discurso regenerador dos costumes se fará.

A hegemonia das "classes conservadoras" dessa República que estamos estudando, fundada no predomínio do setor exportador, pôde produzir uma pregação capaz de absorver as contradições produzidas internamente na superação do escravismo. Mas as contradições produzidas pela crise financeira, coetânea da crise

cafeeira, e a expropriação do trabalhador urbano (que a vida urbana se incrementa na virada do século, pela demanda produzida pelas manufaturas), terminariam por forçar frações daquelas classes conservadoras ao rompimento com o Estado Brasileiro que, em nome de um movimento revolucionário, é capturado, três décadas depois. Tal movimento já se prenunciava no início do século XX, na onda da virada republicana. Serão essas "classes conservadoras" que vão gerenciar as contradições produzidas no interior da sociedade, na qual um proletariado se forma à sombra do crescimento de setores de maquinofaturas e de serviços. Essas "classes conservadoras" se apoderarão, em nome daqueles considerados cidadãos de 2a. classe, de uma parafernália de medidas de cunho social, falando em nome de todos, tornando-se assim protetoras ou opressoras, explorando o trabalho, sob o nome da lei.

Por certo, a pregação republicana, mesmo no reduzido espaço das mensagens governamentais, propicia a antevisão da necessidade da contenção do movimento operário, *pari passu* à sua formação. A unidade da dominação capitalista estabelece o movimento do comando da nação/estado.(4)

É nesse jogo que está a fala política mineira e suas propostas educacionais.

É realizando esse jogo interno de controle/pregação da cidadania que Minas participará em posição de destaque na vida do Brasil político; ora como "coringa", ora como unidade descartável. As oscilações da atuação dos políticos mineiros definiram, em última instância, as diretrizes do Estado frente a

expansão do capitalismo no Brasil e o discurso da educação a seu reboque.

Feita esta apresentação, vejamos algumas referências sobre a vida mineira no século XIX.

Dos trabalhos atuais sobre Minas Gerais no século XIX, dois se destacam: *Growing in Silence*, de Roberto Martins, e *Transformação e Trabalho*, de Douglas Cole Libby.

Martins nos descreve um crescimento lento, porém persistente, da economia mineira, na primeira metade do século XIX, que evolui de modo significativo, depois. Com uma mineração decadente e esgotada pelos métodos de trabalho aplicados, ausência de técnicas e/ou de capitais, vamos ver, já nas primeiras décadas do século passado, que a economia das antigas áreas mineradoras apresentavam fazendas de transição, parte mineração, parte agricultura, tornando-se uma característica comum na economia de Minas Gerais.(5) Esta era uma tendência que vinha do século XVIII, quando as fazendas, unidades produtoras, já combinavam mineração, açúcar, cachaça, gado e cereais de vários tipos como principais atividades.(6) Com a decadência da mineração acentuou-se o processo da transferência de ocupação e do perfil das atividades das fazendas mineiras.(7) É nessa expansão, de produção para comercialização interna, que estava o potencial da manutenção dos níveis de ocupação e produção de riquezas em Minas do século XIX. Por volta de 1820, a transição para a economia agrícola em Minas Gerais estava completada e, como de resto no Brasil, a mão-de-obra escrava era dominante, se não universal. Nesse momento, Minas era a principal província escravista do Brasil.

Já no texto de Libby(8), podemos seguir um quadro de proto-industrialização, do início do oitocentos até por volta de 1870, quando uma parcela significativa da população de Minas se encontra ocupada com as fundições de ferro, manufaturas de panos de algodão, e, em menor escala, com a exploração capitalizada do ouro de mineração profunda. Circundando toda essa produção, podemos acrescentar uma evidência: a produção mercantilizada de alimentos. A partir dos anos 70, consubstanciou-se a expansão cada vez mais ampliada do café, gerador de riquezas em números que dobram de ano a ano.

Esse setor impulsiona a riqueza estadual após 1870.

Assim, Libby nos mostra como foi possível superar o revés da decadência mineradora pela diversificação e expansão das bases produtivas, através da fiação e tecelagem, "verdadeira indústria textil doméstica", e das fundições, ou sejam, atividades de transformação.

Que Minas crescia, não há dúvidas.

"Afim, como poderia uma economia estagnada, entregue ao miasma da produção para autoconsumo, sustentar a maior população provincial do Brasil e manter o maior plantel de escravos de todas as unidades do Império ao longo do século passado?"(9)

Mas uma província que tinha (no dizer de qual poeta perdido na memória? - ah! o primário...), "um coração de ouro em um peito de ferro", não podia facilmente esquecer seu passado próximo. A mineração do ouro e do diamante nunca deixou de acontecer por essas terras mineiras. Ainda hoje continuamos a

matar nossos já sofridos rios em busca de faíscas amarelas e brilhos de sol! Durante o século XIX o sonho dourado do ouro abundante e dos diamantes era mantido quer no nível do inconsciente, quer no nível do trabalho, da atividade econômica. Sem dúvida, no último caso, os resultados eram quase sempre inexpressivos. Era atividade, essa da faiscação, que envolvia número não tão expressivo de pessoas em relação ao todo provincial. Estamos falando exclusivamente do ouro aluvional, aberto aos aventureiros de todas as espécies. "Ouro" sempre foi palavra mágica. Quando, nas Minas, os melhores aluviões se esgotaram, muitos dos envolvidos na atividade aleatória da cata nela permaneceram, sobretudo na primeira metade do século XIX.(10) Ainda no século XIX, há surtos na região diamantina, no Paracatu e em outros locais. O grito da descoberta é sempre esperado. Assim a descoberta de diamantes em Bagagem, distrito de Patrocínio, no Triângulo Mineiro, em 1849, para lá levou, segundo o presidente da Província, em 1851, mais de 20 mil pessoas. É surto efêmero, mas nem por isso deixou-se de encontrar ali o famoso "Cruzeiro do Sul" com 254 1/2 quilates!

Mas, se a fama do ouro continuava nas Minas, é para uma nova mineração, que exigia investimentos de vulto, que vieram atuar companhias mineradoras estrangeiras, inglesas principalmente.

Pelas novas empresas, sociedades anônimas por ações, são levantadas e investidas grandes somas, minerando com técnicas atualizadas para a época e organizando o trabalho de forma racional. Em sua maior parte, o trabalho utilizado era compulsório, mas tal fato não impedia que o volume da mão-de-obra

escrava, utilizado por essas empresas, fosse reduzido se comparado ao número total dos escravos em toda a província. Com percentuais tão baixos de participação no todo da mão-de-obra utilizada em Minas, ficava difícil a transferência diretamente da mineração, dos escravos que, na segunda metade do século XIX, seriam empregados na economia cafeeira, quando essa se manifestou, em Minas Gerais, de modo predominante, ou em outros setores agrários que sustentavam bem ou mal a Província.(11) Fora da grande mineração, o trabalho se resumia na tarefa de fiscadores e garimpeiros, quase sempre trabalho isolado, individual, envolvendo baixa rentabilidade e baixa exploração de mão-de-obra servil.

Douglas Libby(12), no estudo que faz da Cia Morro Velho, nos traz uma contribuição substancial para a análise das empresas britânicas em Minas Gerais, no período. Os capitais ingleses vieram trabalhar as minas, que tornaram-se anti-econômicas pelos métodos até então aplicados, introduzindo inovações consideráveis. A utilização do trabalhador escravo permaneceu, porém com meios mais eficientes de divisão do trabalho e pela utilização de máquinas como bombas d'água, socadores e outras, fazendo crescer a produtividade. Apesar das leis britânicas, atingindo as companhias inglesas, proibindo a compra de mão-de-obra escrava, recorreram os empresários estrangeiros a meios alternativos, ampliando-se o preexistente mercado de aluguel de cativos, além de outros artifícios que visavam, também, burlar a legislação brasileira sobre o assunto, especialmente, após 1870.

Em relação aos impostos, a mineração do século XIX

contribuiu com rendas diretas mínimas para os cofres provinciais. As companhias estrangeiras recusavam-se, pura e simplesmente, ao pagamento dos impostos públicos lançados sobre elas. Sua importância vinha das rendas indiretas, como o mercado criado para o abastecimento necessário à sua manutenção.

Como exemplo da não contribuição direta para o erário, Libby(13) relata o caso da St. John, que, em 1875, simplesmente se recusou a pagar qualquer quantia, quando a Assembléia Provincial criou, naquele ano, um imposto de 4% sobre o valor de todo o ouro que fosse extraído na Província. Argumentaram os diretores que as Cias estrangeiras gozavam de isenção completa de pagamento desde 1869. Leis Municipais que antes haviam sido vetadas, tentando taxar a Cia Morro Velho (St. John), já haviam sido derrubadas pela Assembléia Provincial que agora era, ela mesma, afrontada pelos interesses da Mineradora.

As pressões foram intensas. A Companhia simplesmente não pagou e a questão da inconstitucionalidade dos impostos sobre ela lançados, subiu ao Parlamento, onde houve intenso debate em defesa da autonomia provincial.(14) Para receber algo a Província precisou recorrer judicialmente, mas já então a produção da St. John era mínima e caíra ainda mais com o acidente que a fechou por anos, em 1867 e outro que praticamente a encerrou em 1884.

Apesar dos altos capitais investidos e de um sucesso inicial, a maior parte das empresas criadas para a exploração do ouro faliu. Outras tiveram suas atividades suspensas pelo pouco resultado obtido, especialmente na segunda metade do século XIX. Só restaram a lucrativa Morro Velho, a Sta. Bárbara e a Cia. das Minas da Passagem. Nem por isso o sonho do ouro deixou de embalar

a história mineira.

Para a área dos diamantes, a mudança na legislação restritiva do antigo Distrito Diamantino, ainda que incentivasse novas lavras, produziu resultados que não podem ser avaliados. O Estudo da região entre 1830 e 1860 ainda está por ser feito. Outras áreas diamantinas foram abertas, mas o sucesso era sempre individual e aleatório.

Em resumo, podemos dizer que já na primeira metade do século XIX, Minas teria deixado de ser uma economia mineradora sem que houvesse a transferência da massa escrava da mineração para a lavoura de exportação, sobretudo para a cafeeira. A força da economia mineradora era insuficiente, por si só, para animar a Província como um todo, e a mineração, mesmo aquela praticada pelos ingleses, não apresentou alívio substancial para o tesouro de Minas. Mesmo o abastecimento das minas, que teria importância regional, parece não ter demandado extensa linha de suprimentos que promovessem um crescimento substancial da produção pelas regiões não vizinhas.

Do ouro ficara a glória. A vida econômica, social e política mineira corria agora por outros veios.

Acreditamos ser lícito argumentar que, neste período, já a economia das fazendas, vale dizer lavoura e pecuária, produzindo para abastecimento regional e inter-regional, trabalhada por mão-de-obra escrava, era o sustentáculo da vida econômica provincial, sem esquecermos daquele contingente de trabalhadores (livres ou não) já referidos e envolvidos na tecelagem, fundições e outras pequenas atividades possíveis.

Em se tratando da questão política, a nosso ver, não há como desvincular o processo que envolve o movimento centralizador da monarquia das dificuldades de se traçar uma política provincial definida, ou sequer esboçá-la, no ordenamento político-administrativo provincial. Segundo Francisco Iglésias(15), a figura do presidente nomeado pelo poder central, era profundamente apartada dos interesses locais, daí:

"Acima da Província estava o Império. Não se sente, na Monarquia, o espírito de região influenciando no governo, como é comum na República. Os estadistas do tempo foram homens nacionais: ainda que expressivos em sua terra... não faziam o jogo regionalista na vida pública".(16)

Devemos ressaltar ainda que o tempo da presidência provincial era em média curtíssimo, definindo muito mais uma posição política que propriamente administrativa:

"O presidente mal chegava e sabia que não tinha muitos meses para permanecer. Essa certeza já era suficiente para aniquilar qualquer propósito realizador."(17).

Durante o Império, Minas Gerais conheceu nada menos de 122 períodos administrativos, dando a cada uma das administrações a média de 6 meses e 22 dias. O problema afetava diretamente aqueles investidos no cargo, fato por eles mesmos lamentado. E os depoimentos aparecem em sucessão: "o breve espaço de tempo, em que tenho ocupado o lugar de presidente, apenas me permitiu uma ligeira vista de olhos sobre as mais urgentes necessidades"(18) ou "de então para cá, esperando a cada momento ser substituído, nada de maior importância empreendi."(19)

Além de tais inconvenientes há ainda a considerar a dependência desses presidentes em relação ao poder central. Sem ligações com a vida provincial, os ajustes políticos, buscados no âmbito local, terminavam por gerar um quase divórcio entre governo e interesses provinciais, repercutindo gravemente na ordem econômica da Província, deixada sem uma política de governo capaz de articular os interesses internos locais. Iglésias chama a atenção para determinados aspectos agravantes, maiores ainda quando se nota, por parte do governo provincial, um grau de preocupação com atos puramente burocráticos que envolvem a presidência em questões mínimas como atesta este ato da Biblioteca Municipal de Ouro Preto:

"a ninguém se emprestará livro algum para fora da Biblioteca sem licença do Presidente da Província".(20)

Burocratizar as funções de Governo ao máximo parecia ser a tônica que acompanhava os presidentes provinciais. Para isso não faltavam interesses.

É a essa burocracia que nos referimos anteriormente. A ela na verdade devia caber o verdadeiro papel de governo e boa parte da pretensa herança miserável do fim do século do ouro pode muito bem ser parte de um discurso de seu interesse.

Por outro lado o que reclamava a administração da economia provincial? Voltando à primeira parte de nossa exposição vamos verificar que, em 1835, o Presidente Limpo de Abreu classificava Minas como uma "província agrícola"(21), confirmado pelo Presidente José da Costa Machado de Souza quando, na

mensagem de 1868, diz que o dinheiro "entre nós só procede da lavoura".(22) A resposta, pois, para uns, seria fazer voltar para a dinamização do setor agrícola a preocupação governamental. Que tipo de lavoura era essa nas Minas do século XIX? Uma lavoura rotineira: "Processos acanhados de cultivo, falta de variedades, limitação em tudo."(23)

Esta lavoura teria de ser modificada por um produto que tivesse grande dinâmica pelo volume e valor de mercado. Passaria por ele as linhas das mudanças, não só da economia, como do ordenamento político. Isto parece ter acontecido com a economia cafeeira, como logo veremos.

Mas, enquanto... a expectativa cafeeira não se concretizava, o quadro traçado é o do "lavrador... rotineiro dos antigos tempos", pois, cultivava-se, nesta época, em Minas, "precisamente como se cultivava nos tempos dos paulistas e dos emboabas"(24). Agregava-se a esta lamúria a constatação da ausência de capitais e da insuficiência da mão-de-obra, que pode parecer estranha quando se sabe do tamanho da força de trabalho escravo na Província.

Algumas medidas, porém, não deixaram de ser tomadas pelos governos da Província, já que da taxaçaõ agrícola vinham as rendas provinciais e a produçaõ, para consumo, se fazia necessária. Assim foram criados alguns incentivos, prêmios, isenções. Mas, a constataçaõ que fica, do discurso geral e oficial da política de governo para a economia mineira do século XIX, é a de que a mesma foi insuficiente e destituída de maior significado, mesmo sendo capaz de sustentar o erário provincial

nas despesas correntes. A República deveria marcar uma transformação sensível neste particular. À lamúria pura e simples, contrapõe a constatação das dificuldades. Daí, propostas para suas soluções. O governo agora é aqui. Planos políticos e econômicos são aqui, no Estado, discutidos.

Por outro lado, o escoamento principal dessa economia mineira, agrícola ou não, destinada ao abastecimento interprovincial, se fazia via Corte, pelo porto do Rio de Janeiro. Isto é válido pelo menos para as regiões mineiras da Mata e do Sul, onde predominava uma produção voltada para o abastecimento do município neutro. Em relação à produção do Sul de Minas, diz Lenharo, questionando o caráter de auto abastecimento que a mesma poderia ter:

"... pelo contrário, tratava-se de produção mercantil de gêneros de subsistência, mas voltada para fora, em busca de mercado."(25)

O caráter mercantil dessa produção e sua expansão permitiram a fixação e o incremento populacional do Sul de Minas, a partir da primeira década do século XIX, promovendo a ocupação de uma região até então escassamente povoada.

Já, no povoamento da mata mineira

"o movimento centrífugo de população após a mineração também favoreceu a ocupação das áreas virgens que medeavam Minas ao litoral, especialmente as terras férteis do Vale do Paraíba."(26)

Essa região, que logo será a principal região produtora do café

em Minas (Mata Mineira), sempre fora a porta de passagem para as regiões mineradoras, ponto de passagem para o Rio de Janeiro, principal centro consumidor dos produtos mineiros como comprova a citação: "... nosso único mercado (...) é a Corte do Império", (27) dado esse, de suma importância, porque se os caminhos tornam difíceis e onerosos os transportes, sem portos Minas terá que exportar por terras não mineiras.

Dizia o Presidente em 1844:

"ninguém recebe os nossos gêneros ou os carregam de tais tributos que equivalem à exclusão." (28)

Além desse fato, o caráter marcadamente mercantil da economia mineira vai subordinar-se aos comerciantes do Rio, intermediários na comercialização da produção mercantil de exportação, além, é claro, de manter a produção mercantil de subsistência. Esta produção para subsistência é marcante pois será ela que suprirá ou sustentará o crescimento das forças produtivas nas regiões da economia exportadora.

No que se refere ao financiamento da produção mineira, as casas comissárias do Rio tiveram importante papel. Lenharo reproduz um anúncio do "Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais para o anno de 1864":

"Lazaro, Cardoso & Cia, R. de S. Pedro, 58. Recebem à consignação para vender: porcos, gado, carneiros, toucinho, fumo, café, algodão em rama e em pano, couros, sola, e todos mais gêneros do país, para que tem em Macacos, como correspondentes, a Casa dos Senhores Neves & Cia., a qual recebe e envia os gêneros para a Corte sem cobrar agência pela remessa: garante o pontual pagamento formular as contas da venda; a casa tem um

caixeiro especial para coadjuvar os fregueses nas compras de suas encomendas e agenciar cargas para as tropas que conduzem os gêneros, sem que por eles tenha porcentagem: os fregueses tem casa para se arrancharem, no que evitam despesas da estalagem a que estão sujeitos em outras casas: facilitam maior prazo aos compradores de porcos, do que resulta maior vantagem na venda em favor dos fregueses; as contas são lançadas em livros para que a todo o tempo se verifique qualquer dúvida que possa haver e provar aos fregueses a boa fé com que tratam."(29)

Em Minas, a subordinação do capital mercantil perdurará e se estenderá até boa parte do período republicano. Quando a economia cafeeira atingir a zona da Mata e do Sul, a esfera produtiva continuará em parte separada da circulação. Este será sempre um ponto importante no discurso republicano, em Minas Gerais.(30)

O caráter mercantil, que marcou a economia exportadora mineira, bloqueará seu desenvolvimento em larga escala desde que sua característica fundamental, e seus interesses, atuam em busca dos lucros na compra e venda: vender caro, comprar barato, bloqueando boa parte do impulso que os mercados da Corte ou o internacional pudessem promover no interior de Minas Gerais.

Assim, veríamos a economia mineira do século XIX como uma economia dominada pelo capital mercantil, capital que se desenvolve na base de uma forma social de produção a ele estranho e independente, estando o desenvolvimento autônomo do capital mercantil na razão inversa do desenvolvimento geral da sociedade. Tanto maior será a soma do capital mercantil, quanto menos desenvolvidas se apresentarem as relações sociais(31) e menos desenvolvida estiver a produção. Por outro lado, tanto menor aquele será, quanto mais desenvolvida esta se apresentar. O

predomínio do processo de circulação significa que a circulação ainda não se completou, apoderando-se da produção. Em segundo lugar, significa que a produção não controla o processo da circulação transformando-a em sua base.

As casas comissárias dominaram e sugaram, por longo tempo, a economia mineira. Segundo Maria Sílvia de Carvalho Franco(32), tratando do homem livre na organização do trabalho escravo, no momento da transição, marcada pela superação do trabalho compulsório, o setor produtivo não tinha como se safar do controle mercantil.

"Correlatamente à sua dependência para com o comissário, houve a quase impossibilidade de desenvolver-se a capitalização no setor agrícola. Terminado o ciclo da produção, o lucro auferido escapava do sujeito diretamente empenhado nesse processo e rumava para aquele que o dominava à distância. Isto traz à luz o caráter auto-danificador da ação do comissário: entrava a acumulação de um capital agrícola, ipso facto comprometia-se a vitalidade do processo de produção nesse setor, sendo esta condição que, em última instância, poderia garantir a prosperidade daquele negociante."(33)

O comissário prendia o fazendeiro exercendo sobre ele "o papel de conselheiro de negócios chegando a avocar a si a contabilidade dos negócios agrícolas, exercendo sua influência com "uma tutela amistosa e interessada."(34) O comissário, pela própria função do capital dinheiro no processo da circulação, dominava o investimento e a renda das mercadorias, fazendo canalizar para si a valorização e os lucros gerados na produção sem correr os riscos da produção.(35)

O controle comercial da produção avançava ao longo do

tempo. José Carlos Barreiro cita o desabafo de um fazendeiro paulista em 1897:

"Não é possível imaginar-se uma situação mais aflitiva que aquela em que nos achamos. Temos sido forçados a entregar as nossas mercadorias aos preços que nos são impostos por estas casas."(36)

Em Minas, o desabafo dos fazendeiros segue no mesmo teor e os comissários são chamados de ladrões e vampiros.(37)

Esta situação de controle mercantil agrava a situação mineira, em vista das dificuldades de transportes e comunicação da Província, além do fato de ficar a acumulação que se dá nas mãos dos intermediários paulistas, em São Paulo, ou no Rio de Janeiro, aquela que se dá nas mãos dos intermediários fluminenses. Minas exportava seus excedentes. Como em outras regiões, o intermediário retirava parte significativa.(38) Além disso, por não ter portos, agravou-se a perda financeira, pois parte substancial do valor criado era transferido e acumulado além fronteiras.

Mesmo assim, ao longo do século XIX, a população mineira cresceu de modo constante, tendo o censo de 1872 atribuído a Minas 2.102.689 e, o de 1890, 3.184.099 habitantes ou, mais ou menos 20% da população brasileira e nada indica que a renda total tenha caído.(39) De qualquer modo, esses números devem ser vistos com possível variação pela conhecida precariedade com que tais censos foram realizados. Esta população distribua-se de modo irregular sobre o espaço mineiro. No século XIX, em sua primeira metade, a maior concentração estava no centro da Província,

espalhando-se pela Mata e Sul. Essa população era pequena para o tamanho do território e sua distribuição criava imensos vazios, agravados pela quase inexistência de estradas e pelas dificuldades topográficas da região. Desde 1836, propostas foram feitas para incentivar a imigração, mas a imigração estrangeira para Minas foi deficiente e limitada. Ao final do Império, o número de estrangeiros em Minas era de 46.787 pelo censo de 90.

A divisão das regiões mineiras a que nós nos referimos fica clara no mapa que se segue.

Já, por várias vezes, nos referimos ao número de escravos em Minas Gerais. Ora, quanto maior o número de escravos num território, maior sua significação social, e na questão da transição para o trabalho livre, sem dúvida a percepção da desestruturação do mundo do escravismo evidenciará as incertezas quando for decretado o fim do trabalho compulsório. Além de que escravidão e analfabetismo são também quase sinônimos.

A larga predominância do setor escravo na economia mineira fica clara pelos números levantados em quadro comparativo:

No. Escravos nas Províncias de MG e SP	
Minas Gerais	São Paulo
	1854 - 117.731
	1872 - 156.612
1873 - 381.893	1873 - 174.662
	1874 - 169.964
1880 - 324.538	1880 - 168.950
	1883 - 174.622
1884 - 298.931	
	1885 - 128.000
1886 - 286.491	1886 - 106.665
1887 - 191.952	1887 - 107.829

Fonte: Martins op. cit. p. 350 e Cano. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, p. 36.

Se a economia mineira não era mais mineradora nem predominantemente cafeeira, onde estariam os escravos? Qual a função do homem livre dentro desta sociedade? Fora o setor cafeeiro da Mata e do Sul,

"exportação era uma exceção ao invés de regra geral, e o resto da economia mineira era a antítese de uma economia de plantation para exportação."(40)

Relembrando que um dos nossos objetivos é definir, na República, em discurso modernizante, a expectativa de crescimento e financiamentos possíveis do Estado, pelo alargamento do setor cafeeiro, que remetia para os cofres públicos até 70% de suas rendas, em oposição ao quadro até então existente, temos, como quadro geral para Minas, uma produção voltada em parte para auto-consumo, em parte para abastecimento interprovincial e local cujo mercado cativo era o Rio de Janeiro. Assim, as fazendas seriam a unidade básica de produção diversificada, ao lado da roças que manteriam, em níveis de subsistência, as camadas pobres.

A economia mineira seria auto suficiente e isolada e, em algumas áreas, só parcialmente integrada a uma economia monetária. Mesmo os produtos típicos do período colonial, como algodão e açúcar, estavam voltados, quase que exclusivamente, para o setor interno. O sítio, a roça e a criação do gado permaneceriam como o âmago da vida econômica da maior parte de Minas, mesmo com a rápida expansão do café.(41) Analisando o desempenho e a origem dos produtos regionais, partes inteiras do Oeste, do Leste e do Norte integravam-se debilmente ao mercado

mineiro, o que era agravado pela inexistência de bons caminhos. Sabemos que para o Nordeste de Minas - Região do Mucuri - era mais fácil atingir o Rio de Janeiro por via marítima, via portos baianos, do que chegar a Belo Horizonte. Isso já na terceira década do século XX. A estrada de ferro que cortava a região corria direto para o litoral baiano, não integrando aquela porção regional ao todo mineiro.

A ocupação do espaço físico e a formação das propriedades em Minas Gerais, de forma legal, indicam que, de 1710 a 1832, foram concedidas 6.642 sesmarias num total de 4257 léguas. Em 1815, de uma superfície de 18.000 léguas quadradas, 4.257 léguas estavam distribuídas em sesmarias; as reservas em margens de rios eram em número de 743; as datas somavam 2.000 léguas e as posses e os loteamentos arbitrários somavam 8.000 léguas quadradas, além de terras incultas e ocupadas por índios somando 3.000 léguas.(42)

Na segunda metade do século XIX, a ocupação rápida da Mata se explica pelo café; a expansão e o povoamento do sul por estar tal área voltada para o abastecimento da Corte tornando-se, posteriormente, também região cafeeira.

É interessante notar que à medida em que esta ocupação humana se fazia, a pressão sobre a terra dificultava a presença de posseiros, ou eram esses simplesmente expropriados. Saint Hilaire escreveu, ao passar pelas regiões onde a economia mercantil exportadora era mais desenvolvida, que:

"Os pobres que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono. Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas, e quando menos esperam,

aparece-lhes um homem rico, com título que recebeu na véspera, expulsando-os e aproveita o fruto do seu trabalho".(43)

Isto significava que a demanda sobre a terra crescia, o que faz supor uma mesma demanda sobre a mão-de-obra, já que, em 1850, tivemos, a um só tempo, uma legislação restritiva ao acesso à terra e o final do tráfico de escravos.

É, pois, significativo referir-se à lei no. 601 de 1850, a denominada Lei de Terras, que visava adequar o ordenamento fundiário à questão da mão-de-obra livre, que já transparecia como alternativa e suporte para a expansão da agricultura de exportação.

"A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso."(44)

Com a Lei de Terras buscava-se definir a propriedade como mercadoria - tornar móvel a propriedade imóvel -, como também procurava-se, através de mecanismos fiscais, financiar a importação de colonos livres, desde que a escravidão já sofrera o primeiro dos golpes legais: o fim do tráfico apenas duas semanas antes da Lei da Terra (setembro de 1850). A opção pela mão-de-obra livre seria feita via imigrante europeu e impedir o seu acesso à terra por apossamento era um problema que devia ser visto. Promover a imigração e oferecer ao mesmo tempo ao imigrante a possibilidade de tornar-se dono de sua própria terra do interior era opção e ao mesmo tempo uma contradição. Opção

quanto à colonização. Contradição quanto ao desvio da mão-de-obra que deveria ser reservada para as fazendas cafeeiras em plena expansão. "A fórmula que propunham e que acabaram implantando era a de que o imigrante deveria conquistar a propriedade da terra pelo trabalho".(45) A colonização oficial, por sua vez, incumbia-se de promover a oferta ampliada de imigrantes com dispêndios mínimos para quem iria usá-la, isto é, os proprietários cafeeicultores, como forma de indenizá-los, de modo significativo e indireto, pela abolição sem prévia compensação.

Em relação aos nacionais, como impedir os homens livres, pobres, do sertão, em áreas pioneiras da expansão cafeeira, não só no vale do Paraíba mas em regiões limítrofes, de manter-se pela ocupação de pequenos tratos de terra? Tornar a terra equivalente de mercadoria, dificultando o acesso à mesma, privatizando-a juridicamente e negando, na medida do possível, o apossamento que representava uma negação da autoridade do Estado enquanto proprietário de todas as terras devolutas. Promover forte coerção de caráter policial sobre o que se descrevia como vadiagem era seu complemento.

Na República esse discurso foi ressaltado a cada instante. No Congresso de 1903, em Belo Horizonte, ampliou-se o debate sobre a questão da mão-de-obra e da vadiagem. Nesses momentos são ressaltados os valores das letras e da escolarização como meio da superação das dificuldades constatadas, como veremos no Capítulo 3.

Pregava-se também a fundação de colônias em grandes fazendas de café. O objetivo era obter a formação de "viveiros de

mão-de-obra que se oferecesse às fazendas de café para o trato e a colheita, à medida que isso fosse necessário"(46), pela impossibilidade mesma, argumentava-se, de o colono competir numa economia de mercado.

Na superação do trabalho escravo pelo livre temos também que modificar a exploração via coerção pela dominação ideológica, legitimada pelo próprio vendedor da mercadoria trabalho. Uma das formas era exatamente abrir a propriedade privada do solo ao imigrante.(47)

No caso de Minas, havia o problema das migrações de mineiros, pobres ou não, não só para o interior da província mas para as províncias vizinhas como São Paulo, Rio, Goiás e Mato Grosso. Talvez ligado a tal fato estivesse articulada a permanente demanda de cativos para Minas. Depoimento muito sugestivo sobre este assunto é o que se segue. Neste depoimento, ao mesmo tempo em que era justificada a relativa ausência de Minas Gerais na Guerra do Paraguai, era exposto o êxodo de mineiros e as razões de não se conseguir em Minas Gerais, braços para o exército ou como mão-de-obra. Ao mesmo tempo são indicadas as áreas para onde o mineiro migrava, confirmando ainda o apossamento de terras e a auto subsistência.

"Ao concluir este capítulo do meu relatório devo fazer um protesto contra o que tão geralmente se diz desta província em relação à guerra. Apesar da antipatia natural dos mineiros ao serviço militar, apesar de suas condições muito excepcionaes em relação às outras províncias do Império, não tem ela contribuido somente com o pouco que oficialmente se conhece. Além do que consta das participações oficiais, é mister não esquecer que no primeiro impulso popular para a guerra, muitos batalhões em outras províncias se formaram com grande número de mineiros. Os primeiros do Pro o

Janeiro, e mesmo até ao presente os que da margem do Rio S. Francisco seguiram para a Bahia, os que se formaram em S. Paulo, todos se compuseram, em boa parte, de elementos mineiros. Podemos, pois, afirmar que mais do duplo, se não do triplo do número de soldados desta província, que oficialmente são como tais reconhecidos, existe hoje em armas no Paraguai; e, sem medo de errar, direi a V. Ex. que o sacrifício de sangue, e de dinheiro, não tem sido menor a esta província do que às suas irmãs. E nem a espontaneidade aparente, que nas outras tem havido para o serviço de guerra, pode servir de argumento para ofuscar os bríos desta província. As suas condições topográficas, os costumes de seus habitantes, os meios fáceis de viver, a generalidade de possuidores de fortuna, limitada, mas suficiente para a manutenção, a sobriedade notável deste povo, bastam para fazer compreender quanto é custoso abandonar seus lares, e sair para longe, sempre com maior, ou menor prejuízo, de fortuna e de futuro. As dificuldades que se observam em Minas para coagir ao serviço militar seriam iguais em todas as províncias, se todas oferecessem aos seus habitantes os mesmos recursos, e se todas fossem centrais, como ela, e, como ela tivessem tão vasto território, tanta fertilidade, e tantas vantagens naturais. Assim, pois o pouco de Minas equivale ao muito de outras províncias, aonde para muita gente, a profissão militar é um meio de vida, em falta absoluta de outro".(48)

O texto de um presidente interino guarda uma exposição contraditória pois, se a maior parte do povo mineiro, formada por homens livres, era composta por pessoas remediadas, dispondo de meios fáceis de viver, encontrando na terra "fortuna, limitada, mas suficiente para a manutenção", sendo difícil ao exército encontrar, aqui, efetivos, por que migravam os mineiros? Que eles migravam fica claro pelos quadros do exército organizados fora da Província, que o autor diz ser necessário computar, o que elevaria ao triplo o total dos soldados nascidos em Minas que teriam lutado no Paraguai. Se o número de soldados mineiros, porém alistados em outras províncias, era tão considerável, como afirmar que as condições de vida aqui, para o homem livre pobre,

eram suficientes? Que o homem era pobre, podemos inferir. Mas seu não alistamento como militar em Minas se dava pela possibilidade da subsistência. Os que migravam o faziam por não disporem de nenhum meio adequado a esta sobrevivência. Fora da Província, era, então, no exército que esse último, mais pobre, ia encontrar saída para sua manutenção. Será ainda interessante notar o que Saldanha Marinho chama de "meios fáceis de viver" e a "sobriedade notável de seu povo", qualificativos positivos que entendemos como descrição de uma economia primária para subsistência. Mais tarde, em meio à crise da lavoura, entre 1898 e 1903, a avaliação desta atividade se tornará negativa, sinônimo de vagabundagem, risco à segurança dos cidadãos ordeiros, passível de legislação coercitiva.

A abundância de terras livres, que fazia do mineiro pobre um ser independente, favorecia a permanência da escravidão. Esse mineiro pobre é a mão de obra que faltava e que a República vai procurar ordenar ao seu tempo.

Para os anos 70 e 80, segundo comentadores arrolados por Martins, (49) somos informados de que "quase toda família tem uma roça nas vizinhanças, um porco e aves nos cercados". A carência de mão-de-obra devia se fazer sentir de modo sensível. Afinal no interior mineiro "o homem livre pobre não era nunca suficientemente pobre para trabalhar por um salário". (50) Martins conclui que, no século XIX, o camponês não era um proletário, no sentido exato do termo, por ter acesso aos meios de subsistência. A lenta transformação da economia mineira e a predominância da mão-de-obra escrava são correlatas à ausência de mão-de-obra possível de assalariamento.

A questão da propriedade e a do valor das terras perduraram por largos anos. Em 1893, na mensagem que Afonso Pena enviou ao Congresso Mineiro, fez referência à lei de 1850. Segundo o Presidente Pena, o prazo marcado pela lei estadual, para admitir a legitimação de acordo com os princípios de 1850, parecia curto em função do tamanho do Estado e atraso nas petições, entre outras justificativas. Segundo o Presidente, o preço mínimo da terra era elevado em muitas zonas onde havia terras devolutas e era imperativo facilitar a aquisição das mesmas. Como informes sobre as regiões do norte e leste, e mesmo centro, indicaram o baixo preço das terras locais. A premissa é de a referência servir primordialmente ao setor cafeeiro.

Entre 1892 e 1900, várias leis passaram pelo Congresso Mineiro relacionadas com a questão das terras devolutas, além de ser criada, na Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, seção especial para o serviço de terras e colonização, ao mesmo tempo que se promovia a demarcação das terras devolutas do Estado.(51) Já no momento do Congresso Agrícola Industrial e Comercial de 1903, será o Registro Torrens o pedido dos proprietários como solução rápida para o apossamento.

Com relação à questão especificamente cafeeira, Minas chegou a ser primeiro produtor de café no Brasil, no século XIX, logo suplantada por São Paulo, em espetacular ascensão. A expansão do Rio não vai além dos anos 70. São Paulo logo tomou a dianteira com o Oeste, e na década de 80 é o primeiro produtor brasileiro. Os dados disponíveis atestam que, por volta de 1870, Minas Gerais e São Paulo possuem um volume produtivo mais ou

menos semelhante, para se diferenciarem substancialmente na década seguinte. Trabalhando os dados, João Heraldo diz:

"entre os quinquênios 1876-1880 e 1881-1885, Minas intensificava sua produção em 77,7%, acompanhando de perto a expansão paulista que fora de 83,7% (...). A década de 1880, entretanto, seria crucial para o distanciamento da produção e da capacidade produtiva de ambas as economias".

Assim, no quinquênio 1881/85, a produção média de Minas Gerais era de 4,8 milhões de arrobas, competindo com a paulista de 6,8 milhões. A partir daí, a distância só aumentaria e já no período republicano chegaria a 9,8 milhões de arrobas para 41,3 milhões (entre 1906-1910). Ora, será no período republicano que o café representará até 60% das rendas provinciais mineiras. Por que então o café paulista iria apresentar uma dinâmica com ampla base de acumulação, enquanto Minas estagnaria?

Para João Heraldo, além do ritmo diverso que marcara o crescimento das duas economias, à medida que chegamos no século XX:

"se agravará a diferença entre suas bases de acumulação". (52)

Em Minas, tais bases eram frágeis, começando pela qualidade das terras, topografia, possibilidade de expansão da fronteira agrícola, meios de transportes e a questão básica da mão-de-obra, além dos problemas relativos ao capital mercantil.

O movimento da expansão física dos cafezais mineiros estagnou-se por volta de 1905. Nova expansão só se daria no

início dos anos 20. Entre 1900 e 1919, o café foi o produto mineiro que menos aumentou(53) e a região de maior dinamismo, a Mata mineira, cansada, mantinha-se nos limites já atingidos.(54)

No relatório, apresentado pelo Engenheiro Carlos Prates ao Secretário das Finanças, em 1906, sobre as condições econômicas da zona da Mata, o salário diário, médio, "a seco" era de 1\$553 (o salário máximo indicado somava 2\$000).(55) Emília Viotti indica que este nível teria sido atingido por São Paulo já em 1883, sendo que no caso de salários "a seco" a remuneração era mais alta, atingindo 2\$000 diários.(56)

Por outro lado, o Relatório Carlos Prates informa que o sistema de custeio, vale dizer de manutenção da mão-de-obra, era o "mixto", jornal e meação de empreitada, esta aparecendo em apenas quatro municípios em um total de treze.(57)

A meação era a forma predominante. As tentativas de introdução de colonos falhariam e, nos discursos que temos, no terceiro capítulo, podemos atestar formas de repúdio ao imigrante europeu, prevenções e desinteresse por essa forma de oferta de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que as gritas contra a "vadiagem" são universais nas classes proprietárias. Por outro lado, o pedido de escolas primárias é sempre acompanhado pela visão regeneradora da educação.

A descrição da meação na zona da Mata indica a persistência do que José de Souza Martins chama de Renda Capitalizada, revelando as "precárias condições para o desenvolvimento capitalista dessa produção, incapaz, portanto, de instituir um mercado de trabalho".(58) Daí também a grita pela ação do Estado como coator da vadiagem, ou seja, coator do homem

pobre que vivia da subsistência.

Se considerarmos que nossa preocupação é definir, além do econômico, suas repercussões no setor político e educacional, no período entre 1898-1906, vamos notar que, nesta fase, plena de crise de preços, caindo o preço médio do café do ano base de 19\$000 para 7\$000, reduzindo fortemente os ganhos do cafeicultor, impedindo a expansão da economia sobre novas terras, evidentemente seria atingido o Estado em sua fonte mais sensível: o imposto sobre o café.

Sem dúvida a economia cafeeira teve um significado especial para a política fiscal e objetivos futuros do governo mineiro como um todo. A questão do café e de sua determinação no futuro da Província; porém, não é um ponto pacífico.

Martins, por exemplo, enfatiza que muitos historiadores não hesitaram em afirmar que a cafeicultura teve um papel importante de liderança na economia mineira, capaz de recuperar a economia provincial de um impasse econômico gerado pela estagnação após a mineração. O autor em questão chega a dizer que tal visão é questionável e constitui um grosso exagero:

"é uma visão míope a que representa a adoção, pelos historiadores, da mentalidade difundida sobre eles pelo colonizador, de que os produtos de exportação são os únicos objetivos econômicos respeitáveis, e que, somente por eles, o "progresso" deva ser medido." (59)

Na sequência de seu trabalho, ele nos apresenta um amplo quadro da produção em Minas e da distribuição da mão-de-obra sobre os setores estudados, visando comprovar suas observações.

A nós interessa ver, porém, o crescimento que o setor cafeeiro do Estado vai apresentar e relacioná-lo com o projeto político do Estado que se instala no Brasil: o café significava o maior percentual na composição do fisco e sua dinâmica, em dado momento, fazia acalentar a possibilidade de uma expansão econômica com a ação estatal como grande incentivadora, fazendo pensar até mesmo na alternativa da industrialização como proposta da ação governamental.

Voltando a Martins, que critica o sentido de "progresso" atribuído ao setor exportador, nada impede de reiterarmos o fato de que certo presidente provincial pudesse discordar de suas afirmações:

"a nossa agricultura, com exceção feita da produção de café, não passou ainda em geral, do período que se denomina doméstico." (60)

Martins, porém, admite que entre 1850 e 1870, o setor mineiro do café estava crescendo mais rápido que qualquer outra área cafeeira no Brasil. (61) Entendemos que entre os anos 1870 e 1900, tornou-se, o café, uma alternativa de produção voltada para uma acumulação ampliada, já que os preços no mercado internacional eram favoráveis e o café brasileiro respondia praticamente por quase todo o abastecimento do mercado mundial. O café podia ser para Minas sua saída mais razoável em termos de perspectivas futuras. Se o café pôde realizar a transformação do perfil de São Paulo e do país, Minas, que desde 1870 já possuía um potencial de exportação cafeeira muito grande, teria, pelo menos no período demarcado, isto é, entre os últimos anos da monarquia e os

primeiros 15 anos da República, um potencial renovador que marcaria a expectativa de esboço de uma nova política econômica.

Daf pretendemos buscar, pelo menos no discurso de seus condutores políticos, basicamente os Presidentes Provinciais, as palavras que reforçam a ênfase nas relações de produção capitalistas, marcadas sobretudo pela esperança de um crescimento industrial e da implantação de uma agro-indústria em termos modernos, no Estado, com o apoio do próprio governo, que se encarregaria também da legislação coercitiva sobre a decantada vadiagem; "mal maior" mineiro a comprometer seu potencial de produção. Isto tudo, favorecido pelo modelo republicano de federalismo, além da possibilidade de se contar com a própria máquina do estado nacional através do exercício da presidência da República. Não esquecendo que, para a formação do trabalhador, o discurso para oferta de uma educação primária nunca deixou de ser formulado.

Como já afirmamos em ítem anterior, entre os fatores condicionantes da expansão cafeeira em Minas, estaria a predominância da média propriedade como unidade produtora, sendo raras as fazendas que produziam, entre seis mil e dez mil arrobas, algo em torno de 10% das grandes plantações paulistas. Uma das conclusões a que podemos chegar é que comparadas às fazendas paulistas, as mineiras se caracterizariam como detentoras de médios capitais, impedindo a formação de uma burguesia cafeeira como a paulista e impedindo, enfim, a formação de uma classe hegemônica capaz de se assenhorar do Estado, tornando-o instrumento de seus objetivos particulares. (62)

Como as margens de lucro da economia cafeeira de Minas eram reduzidas(63), ficava o setor incapacitado de extrapolar para outros setores. Aqui, entra no nosso entender a ação apropriadora do Estado. Com taxas que chegam a 11% sobre o produto exportado o próprio governo era o principal beneficiário da economia cafeeira, arrecadando valores substanciais e daí poder bancar, nos momentos iniciais da República, um direcionamento da economia segundo seus desígnios. Porém, como o setor dirigente não era explicitamente derivado do café, o Estado gozou de autonomia em relação aos interesses específicos da cafeeicultura que, a não ser em momento muito específico do governo João Pinheiro (1906-1908), criou um plano mineiro de valorização do café, tentando resolver a questão da comercialização, estabelecendo, por conta do Estado, entrepostos comerciais na Europa, agências de café no Rio de Janeiro, Santos e Espírito Santo e incentivando a criação de cooperativas cafeeiras nos municípios produtores. O sistema que, a princípio apresentou resultados, rapidamente declinou tendo como causa, por hipótese mais provável, a forte concorrência das casas exportadoras do Rio de Janeiro.(64) Na verdade, o que João Pinheiro punha em prática eram as decisões e propostas do Congresso Agrícola de 1903 que tomamos como marco na tentativa do reordenamento da economia mineira em relação à crise que batia diretamente no setor cafeeiro e nos cofres do Estado. A questão do Congresso Agrícola será tratada especificamente no Capítulo 3, bem como sua proposta sobre a educação.

Em relação à proposta educacional é necessário lembrar que o século XIX nasceu sob a influência da Revolução Francesa e

com ela a esperança do resgate das liberdades públicas e dos Direitos do Homem e do Cidadão. Nos sagrados princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade ressaltava-se a educação como meio de resgate do Homem, ser de Razão, como concebido pelas "Luzes". Agora era dever do Estado suprir e promover esses direitos elementares do homem fornecendo-lhe a Escola.

Mas, na medida em que o Estado passava a assumir, entre as suas responsabilidades políticas, a educação escolar primária, como alicerce da dignidade do cidadão, os princípios educativos como fruto das Luzes e da Razão, eram concebidos cada vez mais dentro do conceito da Ciência da época com valor prático, básico nos cânones do positivismo clássico. Além do mais, o século XIX é o século no qual a "aceleração do mundo" tornava-se sinônimo de Progresso, idéia de uma nova concepção do tempo, característica decisiva da modernidade. O século XIX é também o século da burguesia européia. A ela coube reconstruir ou adaptar aos novos discursos seus princípios, que passaram a governar o todo social. E a burguesia soube construir, sob aparências, seus desígnios de dominação e ordem social, assumindo e impondo seu progresso.

Liberdade, Ordem, Ciência, Progresso, tetratologia que vai convergir para um quinto elemento, o Estado, na formulação da educação elementar e pública, tornando-a obrigatória. Educação e razões de Estado vão, pois, se complementar.

Tais princípios, espalhando-se pela Europa Ocidental, construindo o novo universo de valores do Ocidente, tornaram-se espelho onde foi mirar-se a América Latina, e, dentro dela, o Brasil.

Mas, se a educação escolar, da escola das primeiras letras, tornou-se questão incontroversa para os governos e setores dominantes da ordem política e econômica, no que podemos chamar de "revolução Atlântica", sua passagem do nível do discurso para o da efetiva instauração foi um longo processo, que passou pelas condições internas, próprias da sociedade brasileira.

No Brasil (e nele Minas), pelo que será dado expor, vamos encontrar um extremo descompasso entre o discurso e a ação. Leis visando a ampliação do espaço escolar e promotoras da educação primária não faltaram. Propostas de escolas não foram esquecidas. Escolas práticas, sobretudo. Por sinal, foi em favor das escolas práticas que o discurso da educação elementar se espalhou pelo Brasil. Porém, no universo do trabalho brasileiro estava a massa de escravos que o ocupava de modo quase total. A escravidão era o grande limite ao avanço das idéias européias e burguesas no país, carente ainda de uma burguesia stricto-sensu. Para que escola para escravos, se educar é acender as "luzes" da reflexão, é abrir caminho ao "entendimento"? Para que fundar na força do argumento escrito, da letra, aquilo que os setores dominados do país já sentiam no exercício cotidiano da vida?

No discurso, a educação no Brasil acompanhava as propostas avançadas do século XIX; não criar a escola, porém, era antes de tudo medida cautelar, meio de manter a própria ordem dominante. Daí a multiplicação de intenções.

Sem dúvida, no Brasil Império, as relações sociais modificavam-se ao longo do século XIX. E agora, na passagem para o século XX, quando o progresso prometia os astros, a República

se instalava como passageira privilegiada. Também aqui, o discurso da educação tinha que acompanhar as mudanças; mas, abrir o espaço político à participação popular, nunca! O que, entretanto, fazer dos súditos, agora cidadãos, num país que abolira a escravidão? Na República que acabara de nascer, como esquecer o direito elementar de votar e ser votado, primeiro preceito da cidadania? Do controle do demos republicano, logo a lei constitucional se encarregaria: tornou o analfabeto cidadão de segunda classe, retirando-lhe o direito de voto.

Tal ação, ao mesmo tempo que limitava a participação popular na escolha dos governantes, elitizando o demos, abria um espaço amplo para o discurso republicano da educação fundamental e nela, mais do que antes, a questão do trabalho é fixada como prioritária; mais do que antes, o discurso em prol das escolas técnicas e práticas ao lado das "primeiras letras" tornava-se imperativo do progresso. A educação primária era o passo inicial para a definição do trabalho como regeneradora do homem. O resgate da escola para o povo, para as camadas populares, traduzia-se como necessário em nome da cidadania. Esse é assunto tratado nos próximos capítulos.

Antes de chegarmos lá, analisemos um pouco o discurso da educação em Minas no século XIX.

A pregação por uma educação popular como meio de alcançar a igualdade entre os homens também atingiu o Brasil, já o dissemos. Em 1823 constava no anteprojeto da Constituição:

Art. 10. - a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos.

Art. 11 - a criação de escolas para meninos, nas cidades e vilas mais populosas.

Art. 179 - a garantia de instrução primária gratuita a todos os cidadãos.(65)

Não é preciso nenhuma demonstração para sabermos que nenhum desses dispositivos jamais foi cumprido e sequer incluído no texto final da Constituição de 1823.

A educação e o ensino formal nas escolas praticamente inexisteram como obrigação política do Estado. Bastava a palavra. Soluções para o problema, quando eram propostas, buscavam, nas saídas fáceis e mal remuneradas, seu próprio abandono e descaso pela inviabilidade material da prática pedagógica proposta.

O artigo 10 parágrafo II da lei de 12 de agosto de 1834 atribuiu às Províncias o direito de legislar sobre a instrução primária e secundária. Segundo Pires de Almeida,(66) o que se seguiu foi uma "multidão de leis incoerentes". Informa o autor citado que um grande número de relatórios dos Presidentes Provinciais davam conta da falta de condições para executá-los. Muitas escolas foram criadas no papel e, para os programas, não existiam professores.

Somava-se a esses problemas, o salário ínfimo a que estavam submetidos os professores (questão da qual até hoje não nos livramos!).

"É preciso que o Governo, quando se trata da instrução primária, intervenha e retire sempre - mesmo com muito pesar - um pouco de dinheiro do bolso do contribuinte para dá-lo aos institutores".(67)

Os professores primários eram escolhidos sem nenhum critério. A maior parte leigos, miseravelmente pagos e que, normalmente, tinham o cargo "por bico". Não é sem estupor que ficamos sabendo que a única lei, que a Câmara dos Deputados votou sobre a questão do ensino primário, foi aquela promulgada em outubro de 1827 que proibia os castigos corporais, então coisa banal. Por seu turno, a criação de cursos normais não resolveu o problema. Eram poucos para atender o grande número de analfabetos.

São, porém, inúmeros os relatórios que mostravam a situação da educação no Brasil. Num relatório de 1870, o ministro do Império, Conselheiro Paulino José de Souza, era enfático:

"Em algumas províncias a instrução pública mostra-se em grande atraso; em outras, em vez de progredir tem retrogradado, conservando-se aqui estacionária, ali andando com a maior lentidão. Em poucas é sensível o progresso; em nenhuma satisfaz o seu Estado, pelo número e excelência dos estabelecimentos de ensino, pela frequência e aproveitamento dos alunos, pela vocação para o magistério, pelo zelo e dedicação dos professores, pelo fervor dos pais em dar aos filhos a precisa educação intelectual..."(68)

Reformas educacionais, dizia o ministro, sucediam-se, mas o ensino não se difundia, nem era fiscalizado.

A escola era basicamente masculina. Poucas eram voltadas à educação feminina. Turmas mistas não passavam, para muitos, de "ensino promíscuo de ambos os sexos".(69)

Se o ensino primário era assim tão degradado, outros cursos, como os profissionais, não receberam impulso, embora não deixassem de ser citados sempre como solução para os problemas

nacionais. No ensino secundário não era outro o aspecto, com um número pequeno de escolas particulares atendendo a pouca demanda existente.

O padrão de ensino era fornecido pelo Imperial Colégio Pedro II, destinado a oferecer "cultura básica necessária às elites dirigentes". No quadro geral de matrícula para o ensino secundário, em 1865, Minas Gerais apresentou 638 alunos matriculados no ensino público e um total, não levantado, igual ou inferior para o ensino privado, o que soma menos de 1500 matrículas para o universo da população mineira estimada em dois milhões de habitantes. (70)

Como explicação para tanto abandono dizia-se da impossibilidade de o Estado assumir seus compromissos com a Educação e de dificultar a fundação de escolas particulares, liberdade que na realidade sempre existiu.

Segundo Werebe os únicos pareceres que podem ser considerados como um projeto global da educação brasileira para a época foram os de Rui Barbosa, que conferiam à educação papel de fundamental relevo, preconizando a reforma social pela reforma da educação, muito em voga naquele final de século. Assim dizia Rui

"A nosso ver a chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação... eis o formidável inimigo intestino, que se asila nas entranhas do país. Para o vencer, releva instaurarmos o grau de serviço de defesa nacional contra a ignorância, serviço a cuja frente incumbe ao Parlamento a missão de colocar-se, impondo, intransigentemente, a tibieza dos nossos governos e cumprimento de seu supremo dever para com a pátria." (71)

Em síntese, diz Werebe, ao chegar, a República encontrou não só uma deficiência quantitativa, mas sobretudo qualitativa. Em todo o país contavam-se nove milhões de habitantes livres, porém só 2% deles recebia educação escolar. O analfabetismo corria pelos 78%. A rede escolar primária, bastante precária; corpo docente leigo e incapaz; a escola secundária particular, só para os mais favorecidos economicamente. A herança era boa para mais retórica republicana.

Se este era o quadro brasileiro vamos ver como ficava, em rápido apanhado, a educação em Minas no período do Império. Diz Iglésias que o ensino primário era deficiente, e nos depoimentos oficiais confirma-se que o nível do professorado era péssimo. Muitos professores eram semi-analfabetos. Algumas escolas secundárias que foram criadas "preparavam, sobretudo, candidatos aos empregos públicos"(72). Mesmo assim um presidente provincial se insurgiu contra o ensino secundário "que via aí o perigo de desprezo pelas atividades da agricultura ou da indústria, fundamentais para a Província." Enfim, "a instrução foi antes uma teia de equívocos que uma realidade bem sucedida."(73)

No texto de Pires de Almeida, as informações sobre Minas são restritas a algumas tabelas, onde são fornecidos números de alunos, de escolas e valores investidos na educação. Outras informações são escassas, não ocupando sequer meia página. Na pág. 224, nos dá, porém, em tom laudatório, alguns dados sobre o Barão de Ibituruna, fundador da Escola de João dos Santos, em São João del Rei, em 1881.

Na verdade a preocupação com o ensino primário nunca foi transformada em ação pelo governo provincial.

Acompanhemos, agora, um pouco das vicissitudes do ensino técnico mineiro. São inúmeros os relatórios a enfatizar a necessidade de escolas de agricultura, de artes e ofícios e de outros estabelecimentos modelo. Visto como único meio de aumentar os rendimentos das atividades agrícolas, o Estado deveria ser o principal interessado na implantação dessas escolas.

Já em 1837 o presidente Costa Pinto lembrava as vantagens de estabelecer uma fazenda modelo como meio de romper com a rotina e a destruição do trabalho do campo. Parece que de efetivo só houve a criação de uma Cadeira de ensino agrícola: a cultura do chá.

Assim, diz Iglésias(74) "muitas leis foram sancionadas, mas poucas tiveram aplicação", confirmando as afirmações de Pires de Almeida.

Segue-se uma sequência de constatações: "Em 1845, havia cadeiras de ensino agrícola, mas sem frequência": em 1853, o governo foi novamente autorizado a criar uma escola de agricultura e estudou-se em qual município seria, a mesma, implantada. Não o foi. Em 1860, nova lei para nova escola. Em 1870, nova lei é votada para que o executivo despendesse "a quantia necessária para fundar 3 escolas práticas de agricultura nas imediações das cidades de Ouro Preto, São João del Rei e Campanha, mandando para esse fim vir da Alemanha ou de outros pontos 3 famílias de agricultores".(75) Também não vingou a determinação. Cinco anos depois, nova lei para outras três escolas agrícolas industriais. Como se vê, lei é que não faltou.

Em 1883, o presidente Antônio Gonçalves Chaves ainda dizia: "do que havemos mister é da educação profissional elementar, difundida na população rural". Propunha, ainda, que tais escolas deviam ser particulares e animadas com a garantia de juros. Sua idéia, ainda que testada, foi impraticável.

A questão do ensino agrícola em Minas passava também pelo Império, como preocupação educativa, sem resultados outros além das denúncias e constatações permanentes de falhas e falácias.

Pires de Almeida, identificando as razões das dificuldades, diria em 1889 que a solução estava à vista pois:

"O ensino agrícola não está adequado a importância do papel da agricultura na riqueza pública do Brasil. Isto se deve a duas causas: a existência da grande propriedade, latifúndio, (sic) e a execução do trabalho rural por homens privados de sua liberdade. Esta última causa praticamente já não existe, e a primeira decresce pela divisão natural da propriedade. Apesar disso, as consequências de um estado de coisas, que há pouco terminou, far-se-ão ainda sentir por muito tempo; não se modificam, de um dia para outro, os costumes seculares de uma nação".(76)

Semelhante às escolas agrícolas, os liceus de artes e ofícios também não criaram raízes. Criados em Ouro Preto e São João del-Rei não chegaram a funcionar.

Assim, em matéria de educação e ensino, em Minas só frutificou, de modo permanente, a Escola de Minas de Ouro Preto.(77)

Resumindo, boa parte do que encontramos nos documentos oficiais do século XIX são falas sobre a paralisação das

atividades produtivas, dispersão populacional, populações perdidas pelo Sertão, promessas de educação. A economia é reduzida em sua maior parte a um caráter de subsistência, na qual a circulação monetária seria quase inexistente. Pelas demonstrações de novos estudos, tais descrições ficam em xeque, o que não acontece para a educação. Aí, a propaganda republicana não perdeu a oportunidade de explorar o espólio. É sobre esse quadro de decadência não real, e de educação quase inexistente, que a República fará o melhor de sua propaganda como regeneradora do povo, do trabalho e da nação.

NOTAS

- (1) Sérgio Buarque de Hollanda, Do Império à República in História Geral da Civilização Brasileira, T 1 V. 5 p. 82.
- (2) Douglas C. Ljbbby, Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX; Ana Lúcia Duarte Lanna, A transformação do Trabalho; Roberto Borges Martins, Growing in Silence: the Slave economy of XIX century in Minas Gerais, Brazil; Alcir Lenharo, As tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil; Laura de Mello e Souza, Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII; João Antônio de Paula, Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a siderúrgica e a indústria textil, ibid. Prometeu no Sertão (economia e sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais).
- (3) Um testemunho da implantação da República em Minas Gerais em seus primeiros dias é o do primeiro presidente provisório Antonio Olinto dos Santos Pires, publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro n.
- (4) Sobre o assunto ver: Eliana Regina de Freitas Dutra, Caminhos Operários nas Minas Gerais; ibidem, República e Trabalho no Registro da Burguesia; Maria Auxiliadora Faria e Yonne de Souza Grossi. A classe operária em Belo Horizonte, 1897/1920.
- (5) Martins, op.cit. p. 36.
- (6) Ibid.
- (7) Ver a respeito o texto de Robert Wayne Slenes, Os múltiplos

de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX.

Segundo Libby (op. cit., cap. 1), podemos inferir que no atual estágio os estudos demográficos em Minas, não nos permitem ter uma noção segura de qual teria sido a estrutura ocupacional da Província, que estava em constante fluxo de população devido a sua diversificação econômica em todos os níveis.

(8) Libby, op. cit.

(9) Ibid. p. 14.

(10) Ibid.

(11) Martins, op. cit. p. 88.

(12) Libby - Trabalho escravo e Capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho.

O autor demonstra a importância da mineração de Morro Velho na medida em que ela articulou e sustentou um mercado de abastecimento regional.

(13) Ibid. p. 63/73.

(14) A proposta da declaração de inconstitucionalidade da lei mineira foi formulada por um deputado do Paraná.

(15) Francisco Iglésias, Política econômica do Governo Provincial mineiro.

(16) Ibid. p. 39.

(17) Ibid. p. 41.

(18) José Pedro Dias de Carvalho. Relatório de 1848 in Iglésias op. cit. p. 43.

(19) Joaquim Camilo da Mata. Relatório de 1862 in Iglésias. op. cit. p. 43.

- (20) Iglésias. op. cit. p. 52.
- (21) Ibid. p. 62.
- (22) Ibid.
- (23) Ibid. p. 63.
- (24) Ibid. p. 62.
- (25) Lenharo. As tropas da Moderação. p. 73 (grifo nosso).
- (26) Ibid. p. 75.
- (27) Iglésias, op.cit. p. 68.
- (28) Ibid.
- (29) Lenharo, op. cit. p. 92.
- (30) Sobre o assunto ver: Sérgio Silva, Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil; João Heraldo Lima, Café e Indústria em Minas Gerais: 1870/1920.
- (31) *ibid.*
- Não podemos deixar de nos referir ao papel relativizador dos tropeiros, em si mesmos um somatório de elementos econômicos (comerciantes, fazendeiros, emprestadores). Não será por acaso que a primeira fábrica de tecidos em Minas terá suas raízes ligadas aos capitais gerados por tropas.
- (32) Maria Sílvia de Cavalho Franco. Homens livres na ordem escravocrata, p. 168/9.
- (33) *Ibid.*
- (34) *Ibid.* p. 163.
- (35) *Ibid.* p. 165.
- (36) José Carlos Barreiro, Campesinato e Capitalismo. p. 33.
- (37) Lenharo, op. cit. p. 107.
- (38) Não esquecer aqui, que a outra face da moeda é a proto

industrialização. Sobre o assunto ver Libby, *Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX.*

- (39) Provavelmente o censo de 1872 está subavaliado. Para o estudo da demografia mineira ver o excelente capítulo de Libby em *Transformação e Trabalho.*
- (40) Roberto B. Martins. p. 248.
- (41) *Ibid.* p. 249.
- (42) Iglésias, *op. cit.* p. 66/67.
- (43) St. Hylaire, *cit.* por Lenharo, *op. cit.* p. 75, nota 5.
- (44) José de Souza Martins, *Cativeiro da terra*, p. 59.
- (45) *Ibid.* p. 86.
- (46) Souza Martins *op. cit.* p. 65. Conferir com o discurso do Congresso de 1903, cap. 3, nota 26.
- (47) José Carlos Barreiro, *op. cit.* especialmente cap. 2 e Souza Martins, *op. cit.* p. 61.
- (48) Relatório apresentado pelo Vice Presidente da Província de Minas Gerais Dr. Elias Pinto de Carvalho ao Sr. Conselheiro J. Saldanha Marinho ao lhe passar a administração da Província, em 1867, apud Maria Auxiliadora Faria, *A Guarda Nacional em Minas*, p. 73/74.
- (49) Martins, *op. cit.* p. 347.
- (50) *Ibid.* p. 348.
- (51) Norma de Gois Monteiro, *Imigração e Colonização em Minas: 1889-1930.* p. 53/54.
- (52) João Heraldo Lima, *op. cit.* p. 17.
- (53) *Ibid.* p. 21.
- (54) *Ibid.*

- (55) Carlos Prates, Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário das Finanças de Minas, pelo Engenheiro Carlos Prates Inspector de Indústria, Minas e colonização, adendo n. 9.
- (56) Emília Viotti, Da Senzala à Colônia, p. 195/196.
- (57) Carlos Prates, op. cit., adendo n. 2.
- (58) João Heraldo Lima, op. cit. p. 27.
- (59) Roberto Borges Martins, op. cit. p. 90.
- (60) Apud Iglésias, p. 63. (Grifo nosso).
- (61) Roberto B. Martins, op. cit. p. 94.
- (62) Para o assunto, ver as conclusões de Lima, op. cit., p. 60/62.
- (63) Ibid. p. 41 a 43.
- (64) Ibid. p. 66.
- (65) Sobre a educação na Constituição de 1823, ver:
Maria Elizabeth Sampaio Prado Xavier. Poder, política e educação de elite.
Sobre o século XIX em geral ver: José Ricardo Pires de Almeida. História da Instrução Pública no Brasil, 1500 a 1889.
- (66) Pires de Almeida, op. cit. p. 64. Trata-se de um livro clássico, fonte necessária a quem quer que se dedique à história da educação brasileira. Sua primeira edição, em francês, é de 1889, sendo em boa hora traduzido e republicado pelo INEP/PUC/SP. Em matéria de educação o Governo Imperial se obrigava a cuidar dos custos superiores e da escola primária no Município Neutro. Criado pelo

Imperador, o Colégio Pedro II, tornou-se modelo do ensino no Brasil, sob o patrocínio direto de seu criador. Além do "Pedro II" poucas outras escolas de nível secundário recebiam auxílio direto da Coroa.

(67) Ibid. p. 65.

(68) Maria José Garcia. Wereber. A Educação in Hollanda, S. Buarque (org.) História Geral da Civilização Brasileira, T II, v. 4, p. 376.

(69) Não encontrei nas falas dos presidentes mineiros referências maiores às escolas para meninas, já que predominava a idéia de que para a mulher o essencial era o serviço doméstico ou a costura. Faltavam professoras mais que professores. A instrução das mulheres era nula ou quase nula, além de hábitos e costumes não lhes facilitarem o exercício de funções públicas (V. Pires de Almeida, op. cit. p. 61.).

(70) Os números indicados por Pires de Almeida são mais generosos. Minas Gerais teria 17.696 alunos matriculados. op. cit. p. 112. De qualquer forma, número ínfimo se cotejado com o número da população mineira.

(71) Wereber. op. cit. p. 380.

(72) Iglésias, op. cit. p. 152.

(73) Ibid. p.

(74) Ibid. p. 139.

(75) Ibid. p. 139.

(76) Pires de Almeida. op. cit. p. 21.

(77) Sobre o assunto ver a obra de José Murilo de Carvalho - Escola de Minas de Ouro Preto, o peso da glória.

CAPÍTULO II

A NOIVA DO TRABALHO

"O nosso Estado foi organizado não como um simples Estado mas antes como uma grande nação".

Da mensagem de 1899

No capítulo anterior foram expostas algumas das condições da vida mineira ao longo do século XIX.

Tentamos ali mostrar que Minas era uma região importante no Brasil e que a decantada decadência mineira, profunda e devastadora, não existia. Havia, sim, na Província, sinais de vida material, social e política bem sensíveis para servirem às pesquisas recentes. Por aqui crescia a população provincial; ainda que contabilizemos as notáveis perdas migratórias, Minas continuava a ter a maior população do país. Em Minas, sem dúvida, avançavam internamente as condições políticas e institucionais para a derrocada definitiva do trabalho escravo, mesmo se contarmos com a viabilidade econômica do sistema escravista. A substituição do trabalho servil, pelo trabalho livre, mesmo lenta, crescia.

Em outros momentos, referimo-nos aos lamentos dos presidentes provinciais, que, acreditamos, não devessem diferir dos de outras Províncias, quanto às condições gerais das escolas mineiras e do ensino público primário, que as leis, sempre as leis, diziam obrigatório e gratuito. Por eles, ficamos sabendo que faltavam professores e os que havia eram iletrados, os

programas eram inadequados, o mobiliário inexistente, além da falta crônica de salas de aula. Eram poucos os que podiam estudar. No Relatório de 1880, são 39.755 os alunos matriculados em toda a Província e 24.700 os frequentes, numa população de quase três milhões de habitantes. O analfabetismo imperava.

Esse somatório de deficiências era um bom espaço para ser ocupado pela propaganda republicana, regeneradora dos espíritos com uso do discurso educacional.

Pelo lado do exercício do poder, no sistema verticalizado e centralizador do Império, o espaço da representação política estava congestionado, e, segundo Renato Lessa, a questão da representação política do Império prescindia da manifestação dos súditos. O exercício do voto poderia ser visto como formalidade, pois:

"o caso do Império revelaria a opção pela idéia de representação simbólica, presente na sequência que faz do príncipe o criador do Estado e deste o instituidor da sociedade. Através desta perspectiva, a formação de um poder central compacto aparece como condição necessária à criação de instituições capazes de definir o tamanho da polis e o alcance da incorporação do demos.

Continua o autor citado, afirmando que, no Império, "tudo parece indicar a presença de um singular sistema de eleitor único" [o Imperador]. Mas a República chega em 15 de novembro. Então, "será tarefa da República inventar nova dinâmica capaz de erradicar o eleitor único, evitando, com igual ênfase, o eleitorado clássico".(1)

Nesse processo de construção do Estado Brasileiro, o

privilégio dos discursos de restrição da participação política elementar, votar e ser votado, se deu pela importância do político dentro do Estado com fortes elementos oligárquicos, fase de transição ao domínio propriamente burguês do Estado Brasileiro, completado, sobretudo, após 1930. Vemos, pois, o Estado brasileiro pós-proclamação da República como um Estado de transição: autoritário quanto à forma de exclusão na participação política, o sistema republicano vigente no Brasil, oligárquico em seus fundamentos, prescindiu dos partidos nacionais, e, internamente, nos Estados, as questões resolviam-se nos partidos locais, controlados por suas comissões executivas. Em Minas, ao se configurar o PRM, Partido Republicano Mineiro, a Comissão Executiva vai receber o nome sugestivo de "Tarasca".(2)

Os demais setores sociais só se opunham, debilmente, ao poder dominante na medida de sua fraqueza e dependência econômica (o que não ocorreu com o setor cafeeiro, que, por sua importância, buscava capturar o próprio Estado).

Para o instante que estamos analisando, tradicionalmente conhecido como República Velha e, dentro dela, Minas Gerais, os antagonismos existentes na consolidação do Estado brasileiro eram mais visíveis no campo político, embora existissem setores que pudessem já confrontar os setores hegemônicos, auto denominados "classes conservadoras".(3)

É nesta transição republicana que o setor exportador, ou seja, o cafeeiro, tenta universalizar seus interesses através de slogans como "O Brasil é café" ou "O problema do café é o problema do Brasil", "O café é a vocação brasileira", e outros. Buscava-se evidentemente subordinar todos os outros interesses

aos interesses cafeeiros, favorecendo desse modo os estados exportadores do produto. E aí residia um risco em potencial para Minas Gerais, pois sua dinâmica cafeeira não acompanhava a expansão paulista do setor. Além disso, a dinâmica do principal produto condicionaria os demais setores pela própria evolução da divisão interna do trabalho, muito embora convivessem as mais variadas formas de produção, mesmo no setor cafeeiro.

É nesse Estado, no qual a oligarquia ocupa o principal espaço, que a construção da representação política é relativizada e esvaziada. Porém, os representantes dos setores hegemônicos de então expunham claramente seus objetivos. As leis, pedidas ou sugeridas, não eram, em sua maior parte, escamoteadas por metáforas ou outros subterfúgios em suas justificações. Os objetivos políticos e econômicos dos setores predominantes eram explicitados de modo claro e os conceitos sobre o exercício do poder deixavam aflorar seu tom autoritário. Assim, nem sempre há uso de recursos retóricos, com funções de mascaramento do controle social e ideológico. Dessa função era quase sempre encarregada a educação agora entendida do ponto de vista formal, escolar. Refletia esse comportamento, não só os princípios gerais inerentes ao autoritarismo do positivismo prático, que impregnava as elites brasileiras, mas todo o cientificismo do séc. XIX, como o evolucionismo, o naturalismo, a economia clássica, o darwinismo social que, apropriados, serviam de propostas para as "classes conservadoras" que aí encontravam as palavras chave do seu discurso como Nação, Bem, Verdade, Justiça e outros "abstratos universais", fundantes dos ideais de

"progresso pelo trabalho", "ordem pela disciplina", "virtude pela educação"(4) e outros tantos que poderíamos pinçar no discurso dominante em Minas Gerais, no fim do séc. XIX e início do séc. XX.

Neste sistema de dominação no qual a oligarquia ocupa espaço, e que classificamos de excludente, o quadro tem como base da atuação política o controle do voto popular. Mais do que mera forma de simular a participação do povo, o processo eleitoral era ainda o meio eficaz de articular o personalismo local - municipal - no seio do sistema estadual e federal, garantindo a manipulação dos resultados da então denominada "verdade eleitoral", que ainda passaria pelas "comissões verificadoras" para confirmar os eleitos. Se, no plano federal, não havia institucionalização de princípios para a indicação do presidente da República, é porque tal preocupação extrapolava o próprio sistema, não refletindo o que se dava no âmbito restrito dos municípios ou mesmo das Províncias.

Os partidos estaduais, mais tarde criados, responderam por essa lacuna e condicionaram os setores municipais. A não definição das regras do jogo federal só favoreceu a quem detinha os instrumentos do exercício hegemônico: os grandes estados exportadores, aparentemente iguais em seus setores principais da economia, mas, na realidade, defasados quanto aos fundamentos da subordinação real do trabalho ao capital.

O Estado Brasileiro que surgiu pós proclamação da República só terá seus contornos definidos, de modo mais completo, após 1898, quando a crise econômica abre a composição do poder federal para o próximo período presidencial e Campos

Sales, por cartas e visitas, sedimenta os princípios já elaborados da "Política dos Governadores" ou "dos Estados".

É o momento que, em Minas, o presidente Silviano Brandão estará muito próximo do governo federal (será o próximo candidato à vice-presidência) ao mesmo tempo em que se repensava a própria questão de reduzir a autonomia dos Estados membros, (favorecidos pelo ultra-federalismo vigente) que tornava Minas um Estado concebido como nação soberana e não como simples Estado, (como veremos mais a frente neste mesmo capítulo).

Com esta exposição inicial tentamos deixar entendido que, na jovem república, a educação do povo e do governo não se fez pelo debate político aberto e pelo voto. As elites republicanas, uma vez no poder, na composição que se seguiu ao 15 de novembro, tiveram, necessariamente, que incorporar novos agentes e atores vindo dos quadros dos monarquistas adesistas, e terão que educar-se na prática mesma do exercício do mando político, fundado numa representação manipulada. Desse modo, os primeiros dez anos republicanos guardarão mais desejos/propostas que efetiva compreensão e institucionalização dos princípios constitucionais na ação do Estado.

Aqui em Minas (como de resto no Brasil), o exercício da cidadania, pelo preceito elementar do votar e ser votado, era limitado ao máximo. Na República, se os eleitores contabilizados eram em número menor que nas eleições que aconteceram no final do Império e se o Estado de Minas foi concebido como nação e não como um simples Estado, é porque o aprendizado do funcionamento do caos republicano que se seguiu ao 15 de novembro deu-se no

próprio confronto com a realidade do exercício do poder. Acerto e erro, até ocorrer o quadriênio Campos Salles.

Por outro lado, se avançarmos para a questão do trabalho, no trato republicano, vamos constatar, já o dissemos, que se no Império pediam-se braços, primordialmente dos imigrantes, secundariamente pela coerção aos desocupados e vagabundos que andavam por aí atemorizando a todos, na República recém inaugurada, o discurso não será diferente. Até mesmo porque, com os meios de comunicação e transporte se alargando (as estradas de ferro estavam aí para comprovar) e o principal fator de riqueza interna, o café, expandindo-se, tornava-se aguda a questão da oferta de mão-de-obra, agora que a escravidão já findara. Era imperioso educar formalmente o povo nas primeiras letras, para adestrar trabalhadores braçais de melhor qualidade de desempenho e submissão ao poder constituído. Que esses trabalhadores fossem coagidos ao trabalho, era outra necessidade. Antes, justificava-se a ausência das escolas pela existência da escravidão. Agora era necessário que fossem construídas escolas. Era, pois, preciso insistir na educação formal como regeneradora da nação. Mas, se leis coercitivas se fazem, as escolas não se constroem. E o ensino primário continuava arrastando-se em números insuficientes de alunos, de professores e de locais adequados.

Finalmente, no caso mineiro, no caos dos dez primeiros anos da República, o ideário republicano vai transparecer numa obra que o discurso da época dizia ser a síntese do progresso e símbolo do moderno; primeira grande realização material do belo horizonte que o futuro republicano prometia.

Foi na construção da nova capital de Minas e na leitura do simbólico, nela embutida, que se revelou de modo mais patente a consolidação republicana em Minas. A nova capital, em seus primeiros anos, destinava-se a ser o símbolo da capacidade realizadora do governo e educadora dos sentidos e valores políticos de que o povo necessitava. Na justaposição OURO PRETO/BELO HORIZONTE buscou-se o mito da fundação e a legitimidade da representação republicana, num instante em que a própria integridade territorial do Estado era colocada em risco.

Esses são os pontos fundamentais que serão desenvolvidos neste capítulo buscando esclarecer os primeiros dez anos republicanos. Vejamos, primeiro, como se deu a composição da nova ordem política republicana:

"Nem mesmo os que acreditam ter a História algum sentido podem honestamente supor que havia ordem subjacente e invisível a regular o caos da primeira década republicana no Brasil. Ainda que a cronologia induza a supor uma sequência aceitável do ponto-de-vista da razão comum, o tumulto dos primeiros anos republicanos é virtualmente avesso à narração sistematizada".(5)

Para Lessa, a quem pertence a citação acima, República era, então, significado de "associação entre estado de anarquia e elevado grau de incerteza".(6) Para o autor, se o demostrializado brasileiro tomou ciência, no dia 15 de novembro, de que o país tinha novo nome (Estados Unidos do Brasil), foi também informado da nova forma, "República federativa".(7)

Ora, na hiperdescentralização administrativa que se seguiu, chegou-se ao controle efetivo da ordem interna dos

Estados membros pelas elites locais, agora ampliada pelos novos atores republicanos. De qualquer modo, foram os republicanos e monarquistas adesistas que compuseram os quadros daqueles que detinham a hegemonia e o controle econômico, e denominavam, a si mesmos, de "classes conservadoras". Organizar o poder, controlar os excessos daqueles que pretendiam o controle do Estado, fora dos compromissos e interesses do grupo hegemônico, era a tarefa principal dos primeiros presidentes estaduais, após a surpresa do 15 de novembro.

Assim, se para o País

"aos cinco anos de idade, a República não havia ainda depurado o sentido de aventura que presidiu a sua fundação... pois nada nos cinco anos iniciais do novo regime revela a existência de um processo de criação institucional portador de algum desígnio inequívoco e ordenado.

"Ao completar cinco anos, a República não apresentava nenhuma remota garantia a respeito de sua viabilidade futura".(8)

Se aplicarmos a Minas a exposição acima, constataremos que, enquanto se desenrola uma violenta luta pelo poder interno, só mais tarde controlada(9), para o público dizia-se

"sem riscos de contestação consolidou-se a República... É que em 6 anos pode o novo regime fazer mais pelo Brasil que o antigo em 67 anos. As antigas Províncias que definharam por falta de rendas, presas e manietadas ao governo central, são hoje Estados prósperos, pujantes de elementos de vida.(...) a República será mantida pela Federação (...) O Estado vai progredindo pelas libérrimas instituições decretadas.(10)

Sobre a representação política e sua legitimação pelo

voto, também os relatórios governamentais transmitiam certezas. Descrevendo as primeiras eleições oficiais da República, em 1894, dizia Afonso Pena que

"a eleição para Presidente e vice presidente da República pelas urnas foi a consagração popular do regime republicano".(11)

Afinal, diz o documento, tudo transcorria em calma, com uma ou outra violência de âmbito municipal, coisa normal, o que demonstrava que o povo estava preparado para a República. Não se considerou que no universo da população mineira, pouco mais de 2% votaram. Mas, se alguma questão pudesse ser colocada contra a República, continuava Afonso Pena, antigo Conselheiro do Império, encontraria preparadas as forças regulares, os Batalhões Patrióticos e a Guarda Nacional, que representariam, segundo ele, "todas as classes sociais e que lutaram para a defesa da constituição ameaçada".

Na verdade, esses primeiros anos republicanos estavam marcados por profundas questões. A abolição da escravatura impunha a necessidade da subordinação real do trabalhador ao capital. Além disso, a constituição de 1891, ao instituir o federalismo, abria o caminho para que interesses estaduais buscassem no discurso da "pátria estadual"(12) o esfacelamento da União. É de se louvar que nesses discursos não se propusessem soluções militares. No caso mineiro, dizia Afonso Penna, comparadas às de outros Estados, as disputas internas eram tranquilas e pacíficas. Completava dizendo que tal fato tinha

como explicação o sentimento religioso do povo e seus sentimentos democráticos.(13) No caos dos primeiros anos republicanos era preciso encontrar a "luz no fim do túnel". Mas a solução para o regime republicano brasileiro, após seus primeiros dez anos, só aconteceria no instante em que Campos Sales, como presidente, estabelecesse as linhas do consenso entre os setores estaduais dirigentes e predominantes. Os presidentes republicanos que se fariam, após Campos Sales, podiam então assumir posições "nacionais" e identificar em si a "nação brasileira" dentro de um Estado Federalista. Ao mesmo tempo, a consolidação das forças estaduais através de seu partido hegemônico, controlaria os destinos internos dos Estados, impondo-se aos Municípios.

A construção da "Política dos Governadores" passou desde seu início por Minas Gerais, no momento mesmo em que a crise econômica se instalava no Estado. Vejamos como isso se deu.

"O nosso Estado foi organizado não como um simples Estado, mas antes como uma grande nação; os seus serviços ordinários, em geral aparatosos, foram generosa e largamente dotados, e os de caráter extraordinários... não podiam deixar de pesar no orçamento...(14)

Com as palavras acima, o Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão, na sua longa mensagem anual, fazia chegar, ao Legislativo Mineiro, suas conclusões sobre a situação política financeira e econômica do Estado de Minas Gerais e os destinos da República como um todo.

Parte, o Presidente estadual, do pressuposto de que, nos momentos que antecederam à Proclamação da República, o projeto

político dos republicanos históricos tinha o federalismo como uma panacéia universal, que, aplicado ao emperrado Brasil monárquico, abriria as portas do progresso econômico, do crescimento industrial e da ordem política, fundado no exercício da cidadania. Tal projeto acreditava que a autonomia local era, por si mesma, capaz de produzir um crescimento econômico, desde que ficasse no interior dos estados exportadores a maior parte da renda/tributo lançada sobre a produção estadual.

O que ocorreu é que, como em outros estados, os republicanos históricos mineiros logo buscaram tomar para si o controle do poder Estadual logo aberto aos adesistas vindos do antigo regime. Apresentaram-se, então, como um grupo social progressista que, provido de um programa de Governo, o dirigiria com eficiência. Mas o programa republicano carecia de direção. Seu pressuposto maior eram princípios positivistas e tais pressupostos eram "a um só tempo uma teoria do conhecimento, uma filosofia da história e um programa de reconstrução social".(15) O pensamento positivista no Brasil atuava muito mais em função de seus pressupostos sociológicos e políticos, às vezes esquecido de sua própria pregação de eficiência como garantia de modernidade.(16) Nesse particular, diz Cruz Costa que o positivismo teria como traço principal para o Brasil uma curiosa adequação às nossas condições, à nossa formação e às realidades do espírito do homem brasileiro.(17) Constatava-se uma sociedade injusta, pregava-se uma nova ordem social e, importante, pregavam-se também a harmonia entre capital e trabalho além da defesa da propriedade privada. A pregação republicana com tais fundamentos, era, ao mesmo tempo, uma

pregação autoritária e paternalista, politicamente restritiva quanto ao controle do trabalho e serviços do Estado, exercido por parte das elites, "classes conservadoras" que rearticulavam-se pelo poder.(18)

Mas, a República era o progresso e a

"imagem do progresso - versão prática do conceito homólogo de civilização - transformou-se na obsessão coletiva de nossa burguesia".(19)

Uma vez estabelecidos no poder, os republicanos viram seus programas como insuficientes. Passaram, pois, a lutar pela sua sobrevivência. Desde logo elegem como inimigo o propagado perigo da volta da monarquia, o que justificaria as medidas de defesa e coerção ao lado do alargamento dos aparelhos de Estado. O alargamento desses aparelhos, que será feito após 91, vai acompanhar e consolidar um avanço real das transformações hegemônicas internas, conformando-se, porém, com as questões políticas locais, ou seja, as do âmbito municipal e seus controladores, os "coronéis". Assim, na República, os desequilíbrios internos de cada Estado tiveram no Coronelismo os meios eficientes para promover o jogo de interesses e de influência no âmbito municipal e, os "coronéis", agindo como principal instrumento do controle eleitoral local, grosso modo, facilitaram o controle dos setores hegemônicos centrais.

Feita esta digressão, voltemos a Silviano Brandão.

O ano de 1898 não era um momento difícil só para Minas Gerais. Era um momento difícil também para o governo federal. O

país, envolvido na crise do câmbio e na impossibilidade de pagar os credores, abre caminho para o "funding loan". Para o governo federal, o controle do todo nacional dificilmente se faria sem Minas, pelo seu peso eleitoral e por seus interesses econômicos, ainda próximos dos interesses cafeeiros.

É na condição de Presidente da República que Campos Sales buscará cooptar Silviano Brandão para, articulados, encaminharem o projeto da regeneração do caos republicano até então vigente.

Para Silviano Brandão, o momento político era favorável. Estavam controladas as dissensões internas, que marcaram os primeiros anos da vida republicana. O Silvianismo, como setor dominante no interior do Partido Republicano Mineiro, transformava o PRM em instrumento capaz de responder ao comando de Brandão de modo monolítico. Além disso, o momento econômico-financeiro de Minas Gerais era delicado.

Para o acordo, a carta convite de Campos Sales a Silviano Brandão era muito clara em suas propostas. O controle político do país seria realizado via Câmara Federal e daria a Minas e a São Paulo um largo espaço na direção nacional.

"O Estado de Minas acha-se destinado a representar o mais importante papel na unificação de poderes da futura Câmara.

A reforma do regimento, ao findar-se a passada legislatura, deu ao Dr. Vaz de Mello, deputado mineiro, a investidura de presidência interina desta casa do Congresso na próxima sessão. A ele caberá formar a comissão dos poderes. Ao lado desta reforma estatuiu também, o regime, as condições do que seja, em princípio, o diploma legal ou presumivelmente legítimo: aquele que é expedido pela maioria das juntas apuradoras". (20)

Ora, atendendo ao chamado de Campos Sales, Silviano só teria a ganhar. Além disso, abria espaço para sua participação efetiva no governo federal pois, na eleição seguinte para a Presidência da República, seu nome apareceu como o candidato à vice-presidência, garantindo a participação mineira no poder federal. Isso também vai abrir as portas do Poder Central e ali buscar os meios, o espaço político e o apoio financeiro para controlar e minorar as dificuldades do Estado, através de empréstimos federais, transmissão de encargos estaduais para o âmbito federal (como as estradas de ferro mineiras, todas deficitárias) e tarifas preferenciais para certos produtos exportados para o Rio de Janeiro.(21)

Voltemos à mensagem de 1899.

Logo à página quatro o presidente mineiro narra a visita que Campos Sales fizera a Belo Horizonte:

"veio prestar homenagem aos lugares santos, berço dos proto-mártires e precursores da independência nacional e da idéia republicana no Brasil".(22)

Após expor a recepção que o povo e o governo mineiro fizeram ao Presidente, "recepção condigna" com "respeito e carinho por parte do povo, que o aclamou e o vitoriou delirantemente", o que significava a "Glorificação da República" na pessoa do presidente, Siviano Brandão declara muito pragmaticamente que "são manifestas e intuitivas as vantagens que para o nosso Estado poderão advir da visita presidencial".(23)

Silviano deixa antever a futura participação no esquema que se montava no âmbito federal: "em momento solene, tive ocasião de afirmar o meu apoio franco, desinteressado, incondicional, ao programma político do Sr. Presidente da República"... E completa "esta afirmação foi resultado de profunda meditação".

O Presidente mineiro tem uma clara visão da República brasileira que se articularia. De imediato descreve os problemas brasileiros como sendo, a um só tempo, internos e externos. Superá-los é condição para a manutenção da nacionalidade, da República e do federalismo. Desse modo, a visão das dificuldades abria três estratégias para o governo de Minas:

- Fortalecer a União através da força e prestígio do poder central;
- Manter a confiança e a ordem de um governo forte, inexorável, dentro da lei;
- Fortalecer o crédito nacional e promover a "imigração de capitais estrangeiros, que virão reanimar as indústrias existentes e criar novas".(24)

Tais estratégias seriam responsáveis pela manutenção das instituições republicanas e pelo fortalecimento do crédito nacional, sob um governo que pudesse, como o dele, afirmar que "a razão de Estado tudo deve subordinar-se e obedecer".(25)

Ora, apoiar a política econômica de Campos Sales parecia a Silviano o caminho correto. Afinal, a República até então só acumulava erros. Erros que foram frutos da própria prática e juventude republicana. Na visão do governador mineiro, as dificuldades republicanas não foram criadas de fora, pelos

inimigos do regime. Para esses governadores, um sistema de governo forte, definido, no nível político pela existência de uma deputação unida à ação governamental, era suficiente em termos de defesa do regime. O problema era interno, fruto dos desarranjos econômicos e da falta de capitais para promover os investimentos necessários na economia. Há, em Silviano Brandão, a consciência da crise e, como solução, o endurecimento do regime e o controle estrito do povo para a atração dos capitais externos.

"A República tem lutado e continua a lutar com grandes dificuldades; erros acumulados, embaraçando e entorpecendo a sua marcha, crearam-lhe uma situação angustiosa: - no interior, o acirramento de ódios e paixões partidárias, as dissensões, as desordens, as revoltas, a baixa do câmbio, a depreciação da moeda, o extenuamento da indústria, a paralisação do comércio, o encarecimento da vida, o mal estar geral; no exterior, a campanha de difamação, a má vontade, a desconfiança, a retração do capital; no interior, o déficit; no exterior, o descredito".(26)

Enfim, o federalismo brasileiro pedia nova orientação.

Nossa realidade, sendo outra, exigia "adaptações" aos modelos vigentes. Assim, as forças locais são realidades brasileiras desde o Império, e os regionalismos facilitavam, ainda mais, a manutenção das forças municipais. A incorporação destas forças ao comando estadual viabilizaria o funcionamento de um sistema eleitoral que, na realidade, mantinha intacto o próprio controle pelas "classes conservadoras": cidadania restrita com exclusão da massa. Para a elite, o controle técnico e político.

Por outro lado, numa situação de crescimento desigual,

como já vinha acontecendo com o setor econômico principal do Brasil, o café, tornava-se importante para Minas a oportunidade de partilhar do poder central. A "Política dos Governadores" dita, por Campos Sales, "dos Estados", ampliava, na realidade, a tutela da União sobre os Estados Membros, através do controle financeiro e das intervenções federais, trazendo, para os Estados maiores, os poderes de árbitro.

Para participar de tais vantagens só havia uma saída: tornar a "federação uma força poderosa". Mas, uma Federação sui-generis, que se imporia através de mecanismos que permitissem ampliar a intervenção do poder central nos estados membros. Assim, a "União", encarnada, prioritariamente, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, encontrava como meio de defesa, em relação à excessiva autonomia dos outros estados membros, o uso artificioso de uma técnica peculiar para garantir sua prioridade.

"Através do artigo 60. da Constituição, que se torna uma das alavancas do arcabouço institucional, o que de resto permitia interpretações ambíguas, patenteavam-se os interesses políticos dominantes; ao mesmo tempo que era firmado o princípio da supremacia dos grandes estados, ficavam juridicamente asseguradas as condições para possíveis intervenções federais". (27)

Na mensagem de 1900, quando Silviano informou o resultado das eleições e as normas que norteariam a ação dos deputados, visando assegurar a atuação dos representantes mineiros "em bloco" na câmara e no Senado, a composição e a orientação da deputação mineira ficaram claras. Em 130 mil votantes, mais de cem mil mostraram-se solidários para com a orientação seguida pelo governo estadual e da União. A deputação

surgida, por sua competência e benéfica influência, deveria, por suas deliberações, exercer o papel controlador, pedido em carta por Campos Sales. Silviano completava que, para serem atingidos tais objetivos, uma condição se impunha:

"a inquebrantável união da bancada; união que, para ser eficaz, deverá ser efetiva em todas as questões, desde que sejam de certa importância".(28)

Assim, o governo "fechava questão" em todos os pontos de interesse. Pelo controle do Parlamento buscava-se a legitimação da política governamental nas mãos dos setores dominantes do centro sul.

Este tipo de compromisso que se instaurou e se configurou no Governo Campos Sales, foi colocado em prática imediatamente, logo na primeira sucessão presidencial que se seguiu, na qual Silviano Brandão foi eleito vice-presidente da República, na chapa de Rodrigues Alves como presidente. Porém, o vice-presidente eleito morreu antes de assumir o cargo. Nas tramas iniciadas para substituir Silviano, ficam claras as manobras e os envolvimento políticos, os nomes de consenso e os daqueles que devem ser afastados e, principal, o sucesso do plano para capturar o poder. O novo nome indicado para ocupar a vice-presidência foi o de Afonso Pena. A articulação da candidatura envolveu outros Estados. Em carta confidencial, o Governador da Bahia, Severino Vieira, dizia ao presidente eleito, Rodrigues Alves, à espera da posse:

"A questão do momento, com alcance mais imediato no seu governo, é a substituição do nosso inditoso amigo Silviano Brandão, que está infelizmente perdido. Da capital federal tenho recebido algumas cartas de que ressumbram pavores (sic) do espectro do Pinheiro Machado. Não vejo razão para isso. Em minha humilde opinião o sucessor do Silviano deve sair ainda de Minas: Sabino Barroso, Olinto Magalhães ou Afonso Pena. Não sei se por mais velho, ou mais conhecido, eu acho este melhor para vice-presidente; e depois o Silviano, quando se tratou da combinação, antepunha ao próprio o nome do Pena. Mas isto não importa muito: seja o que for mais bem acolhido em Minas, a Bahia apoiará essa candidatura. Terá São Paulo razão para impugnar uma candidatura dessa procedência, desde que o candidato seja digno? Penso que não. Logo está ainda desta vez fechado o triângulo. Pode-se ainda contar com Goiás e Pará, que são dos nossos, e o mais vem por si. O que é preciso é não ficar quedo. Enquanto não tivermos partidos é de necessidade que o presidente tome a decisão política para não ser subjugado pelas dificuldades que lhe nasceriam da abstenção. Lembre-se dos dois primeiros anos do período do Prudente. Se V. Sa. conta, como estou certo que conta, com São Paulo, escreva ao Sales que façam lá por Minas a seleção do candidato, porque nós preferimos candidato mineiro..." (29)

Rodrigues Alves recebe a carta, informa-se com o Presidente paulista, Bernardino de Campos, e é este que responde concordando e dizendo

"o nome aceito para a vice-presidência só pode sair de Minas ou da Bahia. Entre a Bahia e Minas é preferível esta, porque, além de já estar de algum modo indicada, por ser de lá o Silviano Brandão, não sofre a competição de outro pretendente à preeminência do Norte, o que, não é [o caso] da Bahia..." (30)

Mas, para chegar à composição da nova ordem articulada por Campos Sales (31), Minas passou primeiro pela constatação da crise econômica interna. Nos primeiros momentos republicanos pudera dizer, o presidente provisório Cesário Alvim, que a

oposição política que lhe faziam era por parte daqueles que sabiam que o Estado estava com os cofres cheios de numerários. Na verdade, entre 93 e 97, os governos mineiros apontam saldos orçamentários. A produção cafeeira crescia e as rendas fiscais, de modo geral, superavam, a cada ano, as previsões.

Já na mensagem de 1893, Afonso Pena dizia irem bem as coisas de Minas, "graças ao incremento que tem tido a renda pela natural expansão da riqueza pública do Estado".(32) De fato, dizia ele, o que acontecera em 1890 e 1891 em relação ao movimento financeiro do Estado, repetira-se em 92, confirmando o movimento ascendente das rendas públicas.(33) Dessa forma, para um orçamento previsto em 10.325:868\$000, foram arrecados 15.603:101\$000. Só as exportações produziram um excedente de 3.000 contos.(34)

O crescimento do Estado era visível, palpável. Mas as oscilações nos preços do principal produto de exportação - o café - não deixavam de preocupar. Manter o Estado nesta dependência era um risco, dizia Afonso Pena, futuro presidente da República

"Não devemos, entretanto, perder de vista que a nossa principal fonte de renda é o imposto de exportação, que em sua máxima porcentagem é representada pelo café..."

"Qualquer perturbação no desenvolvimento dessa importante fonte de renda, quer pela diminuição da produção, quer nos preços dos mercados consumidores, pode gerar decepções nos cálculos orçamentários".(35)

As observações de Afonso Pena não podiam soar, inicialmente, senão como voz cautelar, desde que cresciam as despesas do Estado, financiados por empréstimos externos, com

investimentos pesados na construção de estradas de ferro e, logo depois, na construção da nova capital. Na verdade, naquele momento, ainda que sem a dinâmica e os níveis de produtividade e acumulação de São Paulo, o café mineiro continuava sua expansão e com ele a confiança nos papéis financeiros do Estado. O crescimento da produção, da renda fiscal, e o equilíbrio orçamentário tornavam os títulos estaduais papéis com boa aceitação no mercado, tanto assim que, ao se fazer a aplicação de 3.000 contos para resgate de apólices de 6%, foi preciso recorrer a sorteio para retirá-los da circulação, cotados que estavam, acima do par.

As preocupações econômica e financeira, decorrentes da dependência a um só setor, voltam também nas mensagens seguintes, correspondentes ao governo Bias Fortes. Na de 95, dizia, o novo presidente de Minas, que o aumento constante das rendas do Estado era satisfatório, mas duas circunstâncias mereciam ser consideradas:

1. os excedentes da renda sobre as estimativas orçamentárias provêm em maior parte do imposto de exportação do café cobrado ad valorem, e cujo preço varia na razão inversa do câmbio;
2. são limitadas as fontes de receitas do Estado, sendo difícil criar outras.

Continuava o presidente:

"a situação do Estado está na dependência de uma fonte exclusiva de renda sujeita a oscilações por causas variáveis e complexas. Sua diminuição de momentos para outro trará sérios embaraços". (36)

As preocupações de Bias continuavam, em 96, quando dizia que o café era a principal fonte da renda pública e da particular,

"porem deve haver comedimento para com esta fonte e os projetos do Estado devem considerar que os recursos podem vir a ser insuficientes".(37)

Isso acontecia apesar dos superavits de 94 e 95 terem sido os maiores até então auferidos.

Na mensagem de 1897, o tom do Presidente se alterou profundamente. Já então os alarmes soaram fortes. Sobre a crise do café, que se delineava, dizia que era "o que de presente apavora a lavoura em nosso Estado"(38). E dessa constatação vinha outra: a de que a crise do café era igual à crise do Estado".(39)

Isso posto, mais uma vez voltamos a Silviano Brandão. É nas suas mãos que a crise que envolve o Estado de Minas atinge o ponto mais alto, assim como foi em seu governo que o papel de Minas na "política dos Governadores" se efetivou.

Silviano Brandão proporá algumas medidas alternativas para o erário mineiro como estabelecer impostos diretos sobre a propriedade, para abandonar, gradativamente, o imposto de exportação. A grita foi quase geral, por parte das "classes conservadoras"

Contudo, reiterava Silviano:

"Não há antagonismos entre minha administração e a de meus antecessores. Não houve imprudência ou imprevidência das administrações anteriores. As circunstâncias mudaram, mudaram também o programa. Não há por isso quebra de solidariedades antigas. Mesmo

durante o governo é necessário mudar a estratégia, e se não se faz é porque certas medidas radicais, certas reformas só podem ser levadas a efeito no início do governo".(40)

Se antes "escapava a todos que a taxa cambial caísse a 5 e junto com esta queda caísse também o valor do café",(41), no novo momento, urgiam novas soluções. Tais soluções não poderiam envolver só, e especificamente, o setor cafeeiro. Este, escapava ao controle, exatamente por sua estrutura de comercialização e preços, pelos comandos externos sobre ele existentes.

Os caminhos escolhidos pelo governo foram, de imediato, o das medidas tradicionais, hoje se diria ortodoxas: cortar despesas despedindo pessoal, paralisando obras, baixando salários. A segunda alternativa - medida radical - seria a de criar um novo imposto que substituísse o de exportação: o territorial, assunto que gerou, ao longo de todo o período de domínio Silveirista, grandes debates e polêmicas, não tendo o governador conseguido fazer votar suas propostas originais. É só no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 que o assunto voltará a ser ventilado. (Ver Cap. 3).

O corte de despesas imposto pelo governo mineiro abrangia uma lista enorme, que atingia quase um quinto do orçamento estadual, num total de 5.183.896\$772. A educação foi particularmente atingida. Foram fechadas escolas, institutos de zootecnia (que, durante o período republicano até então, eram vistos como meio de redenção econômica, pois que a educação poderia promover uma revolucionária mudança na produção), suprimidas aulas de canto e ginástica. Outras economias foram

feitas pois foi reformulada e simplificada a fachada do Palácio da Liberdade, reduzido o pessoal das estradas de ferro, diminuídos os investimentos em ferrovias, reduzido também o pessoal na Repartição de Terras e Colonização, extinta a comissão de limites, fechadas as hospedarias de imigrantes e a agência de imigração no Rio de Janeiro, encerradas as atividades de bandas de música, cortes na polícia, em material de expediente (no Gabinete do Governador) e até mesmo foram lançadas, como economia, obras não iniciadas, mais uma vez no setor que se relaciona com o ensino: "deixei de gastar por não ordenar a construção do Instituto Profissional de Barbacena 133:280\$000".(42)

Em todas essas resoluções, uma constatação pragmática: "as medidas de contenção tomadas estão longe de satisfazer as exigências da situação".(43) A certeza era a de que as rendas do Estado baixariam ainda mais, pela queda, sem fim, do setor cafeeiro.

Como evitar o contínuo esvaziamento dos cofres do governo?

"O imposto territorial é o sucedâneo natural do imposto de exportação".(44)

A adoção da medida seria, segundo a mensagem, o início da transformação de todo o regime fiscal e iria favorecer a lavoura que se veria aliviada dos ônus gerados pelos impostos até então vigentes. O presidente mineiro tentava de todo modo não alarmar os proprietários:

"Tempo houve em que essa medida, pouco estudada e mal compreendida em seus efeitos, causava receios ao proprietário do solo; hoje, são as classes interessadas que, melhor esclarecidas e vítimas de amarga experiência almejam os benefícios da reforma".(45)

O imposto seria de progressão decrescente partindo de uma unidade inicial máxima que seria adotada.

"Deste modo a grande propriedade fica sob a proteção do regime diferencial, e nada terá a recear por sua existência normal".(46)

A preocupação é não transmitir o terror da divisão territorial, de uma reforma agrária via taxaçaõ da propriedade fundiária. A divisão da propriedade seria fato natural, caminhando junto do próprio aumento populacional, fugindo à ação governamental:

"Ninguém decerto cogita do parcelamento do solo, desde que escasseem os ocupantes; tal subdivisão vem naturalmente, como tem vindo, à medida que a população e o capital aumentam".(47)

Na oposição aos seus objetivos "falou por vezes a paixão, e agitaram-se, embora sem eco interesses de ordem diversa...".(48)

O governador não colocava dúvida na grandeza de seus planos:

"É esse o cortejo inevitável das grandes reformas, sobretudo em matéria de ordem econômico-financeira".(49)

De permeio às dificuldades, o governo mineiro, ligado ao federal, não deixava de dar seu crédito ao Presidente da República.

"A Situação da República já não é tão sombria quanto em 1900".

"O governo eminente do Dr. Campos Sales, forte e bem orientado, em pouco mais de dois anos a modificou para melhor".(50)

O programa de valorização da Presidência da República é apoiado sem reservas e a apreciação do mesmo pode ser sintetizada.

"Se o Imperio era o deficit, no dizer dos mais abalizados estadistas do regime decaído, será consolador para os republicanos que possamos afirmar que a República é o saldo".(51)

Mas, nem por isso, Silviano deixava de afirmar mais à frente:

"Nossa situação acha-se extraordinariamente agravada. A crise financeira... atingiu ultimamente o seu máximo de intensidade".(52)

Naquele momento, o presidente lamentava a falta de recursos para o pagamento da dívida interna. Para o da dívida externa, ontem como hoje, porém, o argumento era o mesmo. Assim, dizia Silviano Brandão que os "pagamentos externos são mantidos com sacrifícios para que fique ileso o nosso crédito estrangeiro".(53)

Já o problema da mão-de-obra, sempre dada como escassa em Minas, aparece em todas as mensagens entre 1892 e 1902. Porém, com tratamentos desiguais.

A imigração é assunto marcado em toda esta documentação, inicialmente como solução para as questões do crescimento

econômico e da desconfiança em relação ao trabalhador nacional, invariavelmente apresentado como vagabundo, vadio ou incapaz. Só no último relatório de Silviano Brandão, em 1902, quando o Estado praticamente encerra a imigração subsidiada, é que o governo fará uma reavaliação favorável do trabalhador brasileiro, mesmo que ele continue marcado por graves vícios que precisavam ser eliminados.

A constatação da falta de mão-de-obra não se referia só à camponesa. Já Gama Cerqueira reclamara da dificuldade em conseguir funcionários públicos para compor o quadro administrativo do Estado, por haver carência de recursos humanos, desde que grande parte dos profissionais mineiros emigrava para outras regiões mais promissoras.(54)

Afonso Pena dizia ser difícil compor o quadro de praças da Força Pública, pela inexistência de interessados,(55) e Bias Fortes não completava o quadro de professores de zootecnia por não haver técnicos suficientes. Assim apresentado, o problema era insolúvel.

De qualquer modo é ainda pela imigração que os primeiros governos republicanos mineiros esperavam a saída para as dificuldades que envolviam a oferta de mão-de-obra. Gama Cerqueira observara:

"Não nos passou despercebidos, eu sei, as condições precárias de nossa existência econômica comprometida entre a desorganização do trabalho, consequência necessária da lei humanitária de 13 de maio e o despovoamento de nosso vasto território".(56)

Assim, em vista de tal constatação, a solução era promover a imigração. Declarava, porém, não haver recursos para a colonização oficial e defendia a manutenção da grande propriedade. Portanto, ao imigrante, caso viesse, não se devia permitir o acesso à terra, pois devia o mesmo ser dirigido para a grande lavoura como assalariado. Justificava assim, o presidente, suas posições:

"Além disto, Srs. Membros do Congresso, não oculto as dúvidas, que me assaltam o espírito quanto à eficácia dessa teoria tanto em voga, que aconselha o parcelamento da propriedade, passada a mãos de pequenos lavradores encarregados de reviver no país suas melhores épocas de prosperidade econômica, apesar da ruína certa da grande propriedade, a cuja sombra construimos de modo lento, mas seguro, a fortuna nacional".(57)

Tais considerações mudam com os governos seguintes.

Assim Bias Fortes afirmou que o imigrante se fixaria em Minas desde que aqui se tornasse proprietário.(58) O mesmo dizia Silviano Brandão quando, defendendo a vinda de maiores contingentes de imigrantes, defendia ser a medida necessariamente completada com a fixação do colono à terra como pequeno proprietário.(59)

As queixas contra o trabalhador brasileiro, já foi dito, partiam principalmente dos fazendeiros. Os adjetivos com os quais classificavam o homem pobre mineiro, eram sempre os mesmos: preguiçoso, vagabundo, vadio, instável. Para eles, só leis coercitivas dariam conta do problema, devendo ser promulgadas para transformá-los de vadios em trabalhadores úteis, passando, se possível, por algum tipo de educação prática e de primeiras

letras.

O trabalhador brasileiro visto com tão graves defeitos reforçava o desejo de promover a vinda do imigrante estrangeiro; podia ser ele o remédio, pois incorporava em si os valores da civilização européia, positivos, desde que dóceis. Nos primeiros tempos, de 93 até 95, pensava-se em promover a vinda de chineses. Em 1894 Afonso Pena relatava que, usando da autorização da lei 32, havia celebrado contrato com uma companhia de navegação para a introdução, no Brasil, de alguns milhares de famílias européias e de trabalhadores asiáticos, sendo que, para os últimos, tudo dependia de um tratado a ser assinado entre o Brasil e a China.(60)

Tais objetivos nunca se cumpriram. O período de 95 a 98 foi o que mais marcou o empenho do governo em incentivar a imigração européia. Porém, em Minas, o número de imigrantes introduzidos será sempre baixo. Desse modo, se

"a explicação mais profunda do sucesso da agricultura paulista passa necessariamente pela análise dada pelo Estado à questão da mão de obra na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, em primeiro lugar(...)"(61),

e se a solução paulista teve, sobretudo na imigração européia, seu principal ponto de apoio, Minas não cumpriu tal estágio, necessário à superação de suas deficiências estruturais.

Além disso, o período a que nos referimos (94/98), deve ser lembrado como período mais ou menos estável na conjuntura econômica de Minas Gerais. Esgotada a fase, praticamente esgotou-se o fluxo imigratório promovido pelo Estado.

Bem que o governo mineiro insistiu na solução do imigrante, mas todas as tentativas feitas para promover a imigração oficial foram praticamente nulas. Os contratos assinados com particulares falharam e o próprio Estado chegou a administrar, ele mesmo, a imigração, enviando um superintendente à Europa. Apesar dos subsídios aos custos da viagem, e dos atrativos com que se pintavam as colônias, Minas não oferecia a atração de outras regiões do sul e o volume de imigrantes europeus, até o final do século XIX, não atingiu a cifra significativa.

A partir de 1899, a tônica da política silvianista será outra em relação à imigração. Em 99, dirá Silviano não ter sido possível dar desenvolvimento à entrada de imigrantes; em 1900, reafirma que não foi dado impulso à imigração, por dificuldades econômicas; em 1901, dirá que a colonização continuava seu impulso e que Minas, em questão de tolerância, era a "Suíça brasileira".(62) Já em 1902, no período complementar de Costa Sena, este vai explicitar de modo claro o quadro de dificuldades para a imigração em uma linguagem significativa já que, para ele, a imigração era cara e insuficiente, e a solução estava aqui mesmo, no trabalhador brasileiro. Era preciso recuperar o homem pobre brasileiro como força de trabalho.

"Bem falsa é a idéia dos que, vendo o pouco que produz o trabalhador nacional, apregoam a superioridade do estrangeiro... limita-se o nacional a produzir apenas o que lhe é necessário, pois seria pouco inteligente produzir para perder. Coloque-se o europeu nas mesmas condições e os resultados serão os mesmos".(63)

Daí, para conclusões extremas, era um passo. Se a questão era falta de mão de obra e o homem brasileiro existia, mas não aparecia como trabalhador, então o problema era de vadiagem e esta devia ser reprimida, pois isso acabaria com os ociosos e desordeiros e fariã surgir braços para a lavoura. A consequência, o próprio Silviano apontava-a para as ações mineiras contra a vadiagem: "já há redução dos salários agrícolas". E completava: "também diminuiu a estatística criminal".(64)

Com Silviano, praticamente se fechou o ciclo da política imigracionista mineira, muito embora o assunto continuasse a ser tratado até a década de 20.

Em meio a tantas vicissitudes, à República, em Minas Gerais, coube promover uma obra marcante em significados simbólicos, efeitos materiais e políticos: a construção da nova capital mineira.

Implantada a República em 15/11/1889, já no dia 20 de novembro, o decreto n. 7 do Governo Provisório dissolvia e extinguiu as assembleias provinciais, fixando as atribuições dos governos dos Estados. Ali lemos:

Art. 2o.: Até a definitiva constituição dos Estados Unidos do Brasil, aos governadores dos mesmos Estados competem as seguintes atribuições:

Párrafo 1o.: Estabelecer a divisão civil, judicial e eclesiástica do respectivo Estado e ordenar a mudança de sua capital para o lugar que mais convier.

A Constituição Mineira de 15/06/91 nas Disposições transitórias estabelecia

Art. 13 - É decretada a mudança da capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade.

Estava aberto o caminho para a transferência da capital, para a construção de uma cidade que pudesse responder pelas novas direções que a República impunha ao exercício do poder e ao mesmo tempo, não deixando, porém, transparecer, de modo explícito, no discurso político da época, propiciar o resgate de Ouro Preto como cidade do séc. XVIII, século do Ouro, época de ouro de Minas e dos Inconfidentes republicanos.

A recuperação do movimento de 1789 já vinha acontecendo. Quando em 1870 o Manifesto Republicano foi lançado, teve início também a reabertura do affaire Inconfidência. Vai começar a discussão sobre os inconfidentes e os limites de sua ação. A República vitoriosa, a das "classes conservadoras", soube buscar essa memória e fundou sua própria História em raízes de tradição e luta, instrumentalizando, em seu proveito, a memória resgatada. Para o Governo Mineiro, recuperar o movimento, cujo centenário coincidia com a proclamação da República, era uma tarefa primordial.

Além disso, o momento era de risco para a integridade territorial mineira. Nos primeiros momentos republicanos, o federalismo implantado colocou em destaque interesses regionalistas dentro de Minas Gerais, reacendendo antigas tentativas secessionistas.

Ao longo do século XIX, Minas já conhecera movimentos regionais de caráter separatistas além de enfrentar tentativas

externas de desmembramento de seu território. Segundo Mello Franco(65), o movimento revolucionário de 1842 (Revolução Liberal) havia deixado em alguns políticos da Corte o terror de uma província central, cuja população e recursos internos estavam em desequilíbrio com os demais. Minas seria "um espantalho para os governos" na afirmação do deputado pernambucano Barros Pimentel que, em 1843, propôs, no Parlamento Brasileiro, lei que fazia dividir a Província de Minas Gerais, unindo o Sul mineiro à Província de São Paulo. Propostas como esta foram apresentadas mais de uma vez. Em 1863, o deputado Evaristo da Veiga propôs a criação de Minas do Sul com capital em Campanha, cidade do sul mineiro da qual era representante. Em 1868 é a vez de Américo Lobo propor a separação da mesma região, denominando, a nova província a ser formada, de Sapucaí. Como nota Melo Franco "até o nome de Minas deveria ser esquecido".

Com o advento da República, a defesa dos interesses municipais reascendeu, com vigor, os movimentos regionalistas. Os municípios separatistas do sul refletiam a interpretação extremada das franquias políticas abertas pela Constituição de 1891.

Mal se instalara a República, passam os políticos do Sul a atacar "os governos montados em Ouro Preto [que só queriam] galvanizar o centro e enriquecer o norte".(66) O novo movimento separatista que surgia no Sul do Estado, em 1892, tinha sentido. Afinal a região teria um sexto do antigo território mineiro (mais ou menos 90.000 km²), 1/4 de sua população (mais ou menos 800 mil habitantes) e - fundamental - concorreria com significativa

parcela da receita estadual. A região contava com numerosos centros urbanos e as estradas de ferro já cortavam de modo significativo suas terras. Ao governo mineiro não escapava a crise. Na mensagem de 91, dizia Augusto de Lima, que fundar uma nova cidade significava criar "um centro de atividade intelectual, industrial e financeiro, e ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais".(67)

O movimento separatista do Sul, a partir do município de Campanha, ocorreu em um momento político crítico da vida republicana mineira. Há pouco ocorrera a revolta da Armada e a Renúncia de Deodoro. As pressões federais iniciadas pelo novo presidente Floriano Peixoto, visavam, em Minas, atingir o Presidente Alvim que se colocara em favor do golpe de Deodoro. Na derrubada geral dos governos estaduais, ordenadas pelo "marechal de Ferro", Alvim sobreviveu, mas manteve-se precariamente no poder, evitando a intervenção federal. Com um governo enfraquecido, o movimento separatista do sul eclodiu. O Presidente mineiro reuniu forças políticas bastante para impedir a secessão, mas não para permanecer no poder.

Que havia outros interesses favoráveis à divisão territorial de Minas, podemos atestar pelo texto que se segue, publicado no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, em 4 de março de 1892:

"A Mata e o Sul repelem o presidente [Alvim] que, perjurando, aceitou o golpe de Estado; o Norte e o centro sustentam-no. A questão se resolveria muito naturalmente, muito pacificamente, sem se derramar uma gota de sangue, com a separação da Mata e do Sul para constituírem o Estado de Minas do Sul, e unindo o norte e o centro ao Espírito Santo para constituírem o Estado

de Minas do Norte, com os desejados Portos de mar. Geograficamente Minas é uma anomalia dentro da União, é a antiga capitania dos tempos coloniais".(68)

O objetivo era refazer o mapa do país, criando um novo estado exclusivamente cafeeiro, dependente do Rio e São Paulo para a exportação, afetando ainda, de modo sensível, o poder político das duas Minas, do Norte e do Sul, pela divisão e diminuição de suas representações políticas, quando Minas Íntegra significava a maior bancada na Câmara federal.

Voltando ao texto do Jornal do Comércio, tratando Minas como anomalia - "é a antiga capitania dos tempos coloniais", nos deixa antever como o fato de ser a antiga capitania colonial era importante para a República em Minas Gerais. Por sua história colonial era possível a Minas reencontrar seu passado; manter seu solo sagrado era uma necessidade republicana. Construindo Belo Horizonte era possível descaracterizar Ouro Preto como centro de coerção política e transformá-la em cidade símbolo, pátria da liberdade, espelho da riqueza que Minas ainda retinha em seu seio.

Assim visto, a criação da nova capital de Minas é parte da síntese, não da ruptura com o passado, na busca dos valores que criaram e deram identidade ao Estado/nação, de seu mito fundador. Em resumo, trata-se de abordar a cidade como intenção significativa, sem passar pela análise dos fatos urbanos constituídos, ou pela apropriação social dos mesmos. Não é nosso objeto trabalhar a figuração espacial do tempo, embora seja forçoso reconhecer a complementaridade de ambos os conceitos.(69)

Muito se tem escrito sobre a cidade. Nossa abordagem da

construção de Belo Horizonte só tratará, pois, o simbólico, com função pedagógica: fundar Belo Horizonte permitiu preservar Ouro Preto como raiz e centro sagrado da República. Belo Horizonte era o outro símbolo, e como tal também uma criação histórica, para o uso da cidade como voz do discurso do poder do novo regime, materialização do compromisso republicano com o futuro por resgatar Minas da decadência atribuída ao regime anterior, a Monarquia, esta sim, flor exótica na América. Afinal a República era mais um passo para a realização do sonho da identidade continental. Era o encontro do Brasil com o Continente "Somos da América e queremos ser americanos", já registrara o Manifesto Republicano de 3/12/1870. (70)

Nos relatórios oficiais dos Presidentes Estaduais, correspondentes ao período da construção da nova Capital, as informações são singelas. Mas o caráter político da ação de criar a cidade, é carregado de sentidos.

Antes de tratarmos da questão da não ruptura, comecemos pela explicação mais difundida sobre a criação da cidade. Vem ela da visão modernizante da República, que enriquecida pelo auge cafeeiro pode contrapor o novo, como progresso, em relação à monarquia, sinônimo de decadência e estagnação.

Mas se os nossos pressupostos, fundados na nova historiografia mineira, estão corretos, (cf. capítulo primeiro), não aconteceu nem a grande decadência, nem a República foi o decantado erário abarrotado de recursos advindos do café. Realmente, o setor cafeeiro foi importante, pelo volume exportado e pelo momento em que chegou, mas sua euforia durou pouco. Além

disso, a edificação da cidade, e principalmente o pagamento dos custos da construção foram quase todos eles contemporâneos da crise econômica que se abateu sobre Minas.

De qualquer modo, por esse tipo de abordagem, Belo Horizonte, como próprio símbolo da República, teria sido fruto da emergência das novas forças econômicas que, atuando dentro do Estado, eram capazes de exercer influências profundas nas decisões políticas dos novos dirigentes republicanos.

Afonso Arinos de Mello Franco, (71) aponta o momento da nova capital como sendo coincidente com o da emergência de novos interesses econômicos que, agindo dentro do Estado, tornaram-se suficientes para gerarem movimentos de transformações significativos.

Em seu texto sobre a fundação da cidade, Maria Efigênia Lage de Resende, (72) no levantamento que fez das falas no Congresso Mineiro, relativos à transferência, enfoca principalmente os debates sobre o local da implantação daquela "filha primogênita das realizações materiais da República" e que, nos primeiros anos, chamou-se Cidade de Minas.

Mas, a autora ressalta, que para ela, a leitura dos discursos trazia algo diferente daquilo que se estava a discutir, ou seja, em lugar do local o que estaria em questão eram as diferenças econômicas inter-regionais. Em minha opinião, o "algo diferente" que a criação de Belo Horizonte podia suscitar para além do econômico, ou dos interesses locais, era a busca das raízes republicanas mineiras, que se encontravam em Ouro Preto, via Inconfidência Mineira, como legitimação mesma da República em Minas e no Brasil, por extensão. Raízes que legitimavam a

República recém implantada e seus dirigentes, em oposição à monarquia, esta sim, usurpadora do poder no Brasil, pelo menos desde a Inconfidência.

Começemos pelo primeiro nome da nova Capital: Cidade de Minas. Este nome, quase sempre esquecido e normalmente apenas referido, parece-nos extremamente sugestivo em sua conotação política.

Se a República era o novo, a cidade, que como capital abriria o novo século que se aproximava, seria, por seu nome, a própria síntese de Minas, e mais, simbolizando o tempo da ação no presente.

Logo depois de inaugurada a cidade, no meio da crise em que vivia o país e o Estado, e o século XX nascendo, o futuro se tornava mais confiável. Voltou-se ao nome primeiro cogitado para a cidade, Belo Horizonte, agora futuro permanentemente aberto. O horizonte sempre se deslocando e sempre promissor. A cidade podia configurar o espaço por excelência da transformação, do progresso e da história. A cidade é o local privilegiado do domínio da natureza pelo homem e das condições artificiais da vida.

Mas, a questão básica, do ponto de vista político e educativo, para a elite e para as massas, não era só isto. Era o de, ao se criar a nova cidade, fazer Minas recuperar suas raízes, que se fundavam na Colônia, tempo de riqueza e de apogeu do fausto. Esquecia-se o Império, tempo da decadência. Abria-se o presente e o futuro, tempos de "Ordem e Progresso".

Parece-nos que o "diferente" é que, quando se propunha a mudança da capital, não se falava mas se fazia sentir que era

para não se esquecer Ouro Preto e nem recalçá-la como cidade decadente, enquanto antigo centro do poder monárquico. Se assim fosse, teria sido mais representativo e eloquente a modernização do velho que ela, Vila Rica, simbolizaria.

É claro que tal ação destruiria Ouro Preto(73). A violência é uma voz normal ao poder. Podemos atestar tais ações nos exemplos de modernização das cidades que os países industriais vinham fazendo, já que a reforma urbana era algo, na segunda metade do século XIX, próprio do discurso da ordem burguesa que se consolidava. Era preciso higienizar, racionalizar, embelezar. Abrir avenidas. Criar praças. Enfim, hierarquizar o espaço da nova sociedade, segundo os parâmetros de quem detinha a hegemonia. Assim se fez, em parte, no Rio de Janeiro(74). Foi derrubado parte do casario do centro da cidade, seu coração, e no lugar surgiram avenidas e luz. No Rio, a República, na ação de Pereira Passos, era agente de modernização explícita e mostrava na prática este seu poder.

Mas, em Minas não foi assim. Quando se mudou a capital, não foi para esquecer Ouro Preto, mas para transformá-la em santuário.(75) Lá, naquela terra, Vila Rica, agora sagrada, Minas voltava a suas raízes coloniais e republicanas, de formação do povo/nação. Ouro Preto preservada, seria, e é(76), símbolo do passado colonial glorioso que só o novo regime podia fazer reviver, dada a correlação republicanism e Inconfidência.

Assim, muito ao contrário do enfoque ruptural novo/velho, construir uma nova capital, não significava um corte em oposição ao passado. Criar a capital era voltar à luz daquele

passado que, pela usurpação da Monarquia, não conseguiu ser futuro. A nova capital, por seu turno, também não era criada sem raízes. Cidade de Minas faria reviver Ouro Preto. Era o presente capaz de preservar suas origens. Quem consegue viver sem sua História? Ora, Cidade de Minas era a chance de mostrar quão verdadeira era a República para Minas. Ficaram preservados os lugares santos do republicanismo precoce dos inconfidentes como prova material da chama republicana. A ruptura com o regime imperial se faria pela transição continuada entre o passado violentado e - no presente - a sua recuperação e promessa futura.

Era agora possível à sociedade mineira reencontrar seus valores. Afinal, em Ouro Preto conspiraram os primeiros mártires republicanos. Mudar a capital era ganhar o futuro, pelo passado. Muito mais rico politicamente era tornar Ouro Preto pátria da idéia republicana e investir nesta idéia, como desejo profundo da nação brasileira. Preservar Ouro Preto, torná-la santuário, era criar os altares para heróis republicanos. Criar os mitos. Fundar para as elites suas origens e ideais. Enfim, criar e cultuar um passado republicano.

É preciso deixar claro que a Ouro Preto republicana só aparece como santuário via Cidade de Minas/Belo Horizonte, que tem nisso sua primeira missão. A segunda missão, como capital, era com a ordem e o progresso. Também cidade projetada segundo os modelos e desejos da ciência positiva tão coerente com os valores do industrialismo emergente no Brasil da transição, do trabalho escravo para o trabalho livre. Significava projetar a cidade com seu traçado ortogênico, sua hierarquia de bairros, sua Praça da Liberdade (e liberdade é a palavra chave da mente mineira, por

ela morreram os inconfidentes).

Poucos anos depois de sua inauguração, durante o Congresso Agrícola de 1903, no discurso de encerramento do evento, João Pinheiro, agradecendo a recepção que tivera o acontecimento, deixava bem claro o que se sentia pela nova Capital. Antes ele já a identificara como filha primogênita das realizações materiais da República. Agora, quando a cidade promovia o acontecimento mais significativo de seus cinco anos de vida, Pinheiro podia dizer:

"A nova capital, a mais formosa cidade brasileira, conquistou-nos o coração. Dir-se-ia a noiva do Trabalho ansiando pela realização de seus destinos, ponto de convergência que deve ser de nossos esforços, centro de impulsão que será da nossa atividade..."(77)

O futuro, pois, estava aberto. Ouro Preto tornava-se a Acrópole da Nação Mineira. Belo Horizonte a Ágora, o espaço do debate público, espaço ampliado para o demos republicano, que nem tanto o foi. De qualquer modo, a nova capital era o espaço da ação política e do ganho material; Ouro Preto, o altar dos heróis. A Belo Horizonte cabia agora vigiar e punir; a Ouro Preto, manter a chama da liberdade.

Se a construção de Belo Horizonte/sacralização de Ouro Preto é parte da educação do povo, já o tratamento da educação formal, no período de 1889 a 1903, não mudou substancialmente quanto ao enunciado em relação ao que já relatamos no capítulo I. Sempre referida como necessária e regeneradora, não deixou de ser olhada e lamentada sua difícil situação. Nem por isso uma ação

decidida do Governo para o setor foi implementada de modo duradouro e efetivo.

Nem de longe isso significa que a questão da regulamentação do ensino fosse deixada de lado, gerando atritos, principalmente com a hierarquia católica, que buscava defender seu espaço, não só como detentora da maior parte das escolas privadas, mas pela questão de manutenção do ensino religioso dentro da escola pública, espaço privilegiado para o proselitismo católico.

Por sinal, a questão da regulamentação do ensino foi sempre uma preocupação no Brasil, em qualquer etapa da sua história, desde a época colonial, como podemos constatar em José Ricardo Pires de Almeida. Relata nosso autor que, com a vinda da Família Real, o projeto de educação pública, concebido por D. João VI, foi feito pensando na unidade nacional, além de o Estado dever possuir um órgão capaz de supervisionar a "difusão das Letras e das Ciências, de conservar as doutrinas morais e sociais às quais um país deve sua existência como nação".(78)

Assim, a função da educação seria fundamentalmente reprodutora. Acima de tudo, o controle estatal visava defender-se do poder dissolutivo que tem a educação livre.

Para alguns republicanos radicais, a questão educativa, presente sempre nos seus manifestos e discursos propagandísticos como vergonha nacional; a abertura do processo de ensino, sobretudo o de primeiras letras, ao povo, era uma questão de honra. Pires de Almeida, que escreveu seu livro no calor da hora da mudança republicana, expressava seus temores em relação ao assunto:

"Disso [difusão do ensino], à liberdade de ensino, sonhada pelos elegantes e sutis espíritos de nosso (sic) dias, há um abismo. Com efeito, o poder central e responsável, que se chama monarquia ou sob qualquer outro nome, não consentirá jamais, sob pena de suicidar-se e de conduzir a nação à anarquia, que a instrução fique sem direção central nem controle, que seja livre na acepção plena da palavra. Quando se decretar a liberdade absoluta do ensino, ver-se-ão surgir imediatamente estabelecimentos de educação onde reinarão desordens ainda mais graves que aquelas das quais nos lamentamos, às vezes, hoje. À regra, à uniformidade veremos suceder a especulação, abrindo internatos e externatos como os que existiam em certos condados da Inglaterra e que Charles Dickens pincelou com tanta energia e verdade: casas de educação onde as crianças morriam na miséria, onde matavam-se alma e corpo".(79)

Deste ponto, o governo republicano não abriu mão. Não foi por falta de legislação que a escola andou carente ou sem tutela. Muito ao contrário. Foi mesmo pela vontade política. Se antes a escola primária não funcionava, tal se deveu, na explicação da época, à questão escravista.

Educar, por mínimo que seja, o escravo nas letras, era abrir as portas à rebeldia.

Mas agora era questão de direitos de cidadania. Não se punha em dúvida a questão da escola pública e o ensino das "primeiras letras" como direito do cidadão, bem como o dever do Estado de garanti-lo.

Pires de Almeida, por exemplo, já demonstrara que, desde a Revolução Francesa, os espíritos modernos tinham como obrigação a questão da educação do povo. Ora, se na Constituição de 1891, já tinha sido limitado o direito de voto, fechando a porta aos analfabetos, parte maior do universo do povo brasileiro, era uma

questão de coerência, ainda que puramente retórica, que a educação primária aparecesse nos discursos e relatórios oficiais de governo, como meio de recuperar para o povo aquilo que era fundamental ao exercício da cidadania: o direito elementar de votar e ser votado.

Segundo Arroyo, a imagem criada no Brasil de que a instrução popular teria sido dádiva republicana, do idealismo liberal cientificista e positivista, herança da segunda metade do século XIX, parece não ter bases sólidas. (80)

A leitura dos relatórios dos Presidentes estaduais, confirma tal posição. Se a propaganda republicana promete fazer o governo investir na área da educação popular, ele o faz, porém de modo lento, cheio de lamentos, principalmente quanto ao vulto das despesas. A constatação das dificuldades por que passa a educação, em geral, e os professores, em particular, é marcada ano após ano nos relatórios. No entanto, ação efetiva para resolver o nó górdio da questão da educação e do ensino não acompanha os fatos, em que pese sempre a necessidade decantada de reformas e adequações à nova ordem política e às mudanças sociais que vêm ocorrendo no país.

Assim, relatório após relatório, lemos sobre as dificuldades de implantar-se um ensino básico, da falta de locais apropriados para as escolas funcionarem, da carência e despreparo dos professores, da inadequação dos currículos, da inexistência de inspetores, etc, etc.

Tal constatação, já o dissemos, não implica em afirmar que, após o regime republicano, a participação do Estado tenha diminuído no setor escolar. Pelos relatórios constatamos que o

governo republicano investiu na educação de modo crescente e tornou-se, por seu envolvimento, o controlador maior daqueles que se dedicavam ao ensino.(81) Mas, cada vez mais, o tornar-se professor público significava estar sob a tutela do político. Arroyo demonstra como o Estado, na medida em que ampliou sua função de educador formal, controlou o corpo técnico, ou seja, os professores das escolas públicas criadas, e como nessa lenta evolução a escola oficial foi sendo instrumentalizada politicamente pelo Estado.

Mas vejamos algo do caminho tortuoso dessa evolução através dos relatos oficiais, de modo cronológico.

Em 1893, Afonso Pena não relata mais do que a necessidade de se criar o ensino agrícola e profissional no Estado.(82) Porém, no relatório de 1894, diz o Presidente que as escolas funcionavam mal porque não dispunham de um professorado em condições de executar o programa extenso que a lei exigia para as escolas públicas. A própria fiscalização das cadeiras, através de autoridades locais, não podia ser implantada pois dependia das eleições municipais. Também as escolas eram pobres de móveis. Constatando tal fato, o governo compra "móvelia modesta" para algumas,(83) e até mesmo livros foram adquiridos para alunos pobres. Porém, o que mais chama a atenção é o fato de que o governo que dizia em 1894 que tudo ia bem, na economia e na política, confessa que havia uma grande carestia de vida e como consequência, enquanto não se construíssem os prédios escolares oficiais, o que ainda dependia do apoio dos municípios, o governo devia, "de justiça", votar algum auxílio para os professores

locais alugarem as casas onde funcionavam os seus cursos. Não se podia também deixar de louvar os investimentos particulares na educação. Assim é que se informa que a "Academia de Comércio" de Juiz de Fora estava em vias de ser inaugurada. Apesar das dificuldades para implantar as escolas primárias, foram votadas, naquele ano, verbas para a fundação de dois institutos agrônômicos e dois de zootecnia, sendo, para um dos últimos, convidado um profissional competente para ser diretor. Tais institutos eram vistos como o caminho certo da restauração nacional. Afinal o sucesso dos mesmos nos Estados Unidos e na Europa comprovava a certeza em relação ao futuro daqueles institutos no Brasil, considerando, ainda, que o nosso país tinha na agricultura sua vocação natural.(84)

Já em 1895 o relatório presidencial dizia que "material escolar fora comprado na Europa" para suprir as necessidades e carências das escolas mineiras, que cresciam principalmente via escolas normais (então seriam 10 estaduais e 4 municipais). Mas as escolas primárias, essas "não possuem material", ou seja, continuavam como antes. Os professores continuavam escassos, sobretudo os nomeados, daí o grande número de professores provisórios,(85) o que agravava o problema do ensino pelo despreparo dos mesmos. Para Bjas Fortes, a razão principal para a falta de professores continuava a ser um programa inadequado de ensino, quase sempre superior às habilitações de grande número dos docentes então existentes.(86) O relatório de 1896 não é mais original e atesta os mesmos problemas antes apresentados. Mas o de 1897, do mesmo presidente, diz que a instrução pública "continua a frutificar de modo lisonjeiro tornando nesse

particular o elevado ideal de completa autonomia do Estado".(87)

Mas nem mesmo tais frutos, já lisonjeiros, impediam escolas de continuarem a funcionar com programas de ensino inadequados, que pediam revisão. Quanto aos professores, continuavam, esses, a receber mal por seu trabalho. Era imperioso uma melhoria de vencimento dos mestres! (por sinal, a melhoria não foi concedida).(88)

No documento de 1898, o Presidente Bias Fortes repetia a necessidade de serem construídas ou construïrem-se "casas próprias para as escolas". O professor "em geral" continuava a ser mal remunerado. Sem espaço adequado e sem salário

"Tem ainda o professor primário, em muitas localidades do Estado, o encargo de pagar o aluguel de casa onde funcione a escola que rege, e a casa - nessas condições adquirida - é quasi sempre má".(89)

Como solução para impedir o agravamento da situação, propunha, o Presidente Bias Fortes, que não se criassem novas escolas, mas que se redistribuíssem as já existentes. Afinal já eram 2120 as escolas estaduais, além das mantidas pelos Municípios. E sempre a declaração "a falta de recursos para as mesmas, porém é imensa".

Quanto aos professores, já que eram funcionários do Estado, porque não estender aos mesmos a gratificação anual de 5, 10 e 15% por 10, 15 e 20 anos de serviço como os outros funcionários já recebiam?(90)

Ao passarmos para o relatório seguinte, lembremos que 1899 e os anos seguintes serão anos de acentuada crise econômica

para o Estado e o país.

No relatório de 1899, (91) Silviano Brandão se estendeu por quatro páginas, descrevendo a questão da educação e do Ensino em Minas Gerais. Assim é que começa seu relato renovando aquilo que já conhecemos, ou seja, as más condições das escolas, os métodos de ensino defeituosos, insuficientes e pouco práticos, daí pouco proveitosos, não compensando o grande sacrifício que o tesouro faz a cada ano com o ensino.

A denúncia de Silviano Brandão é longa. Faltam escolas em prédios apropriados, professores despreparados afastam, das salas de aula, os alunos e a falta de frequência em muitas classes, torna ociosos os professores. Como a frequência era menor nos bairros com população esparsa, a supressão dessas escolas era um imperativo. Defende o princípio de que aos municípios deveria caber a responsabilidade do ensino primário, pois só o governo local tinha condições de controlar o funcionamento das classes, tanto assim, que 338 das escolas visitadas pelos inspetores estaduais não apresentavam alunos com frequência legal. Mas, segundo Silviano, se tal acontecia, a culpa era dos pais que não cobravam a presença dos próprios mestres... O Presidente estadual, nesta que é sua primeira mensagem presidencial, não deixa de apontar aqueles fatos que considera causas da situação "lastimável" do ensino primário, quais sejam:

- extensão territorial do Estado;
- grande acúmulo de matérias;
- falta de preparo dos professores;

- criação da classe dos professores provisórios;
- falta de inspeção nas escolas.

Para tanto problema só promovendo uma reforma da educação estadual:

- simplificando e uniformizando o ensino primário, tornando-o prático e exequível;
- suprimindo, por economia, as cadeiras rurais;
- extinguindo as cadeiras provisórias;
- delimitando o orçamento do Estado para o número de cadeiras exequível;
- proibindo os professores de ocuparem-se de outras atividades.

Mas ao lado de tantas constatações não se efetivam as mudanças. Mais uma vez, um governador republicano podia constatar aquilo que os cidadãos já sabiam de longa data. Porém investimentos concretos na educação exigiam uma vontade política que o próprio Estado e a sociedade, por suas "classes conservadoras", não queriam assumir, por incompatível com os limites políticos que o próprio sistema dominante impunha. Além do mais, em momento de crise é bom lembrar os gastos. Mais angustiosas que as condições escolares são as condições da lavoura, daí, dizia Silviano, ser um exagero o que se gastava com as escolas mineiras. Os dados que Silviano Brandão oferece dizem que em 1891 o Estado gastava 91.990\$000, em 99 gastou-se 668.650\$000. E o Estado cada vez mais mergulhado em déficit. Lamentava, sobretudo, o custo exagerado do aluno das escolas normais, pois já o Estado tinha despendido 5.651.686\$568 e só formara 671 professores, ao custo elevadíssimo de 8.422\$781 por

aluno.(92) Levantando tais dados, não será sem dó que Silviano simplesmente se calará sobre a educação no relatório de 1900. De qualquer modo foi ordenado um amplo censo escolar. Por ele ficamos sabendo que o próprio Estado não conseguia gerenciar suas escolas. Só 716 mapas foram arrolados, total bem inferior ao número de cadeiras providas pelo Governo. Os números são os seguintes:

		Meninos	Meninas
Alunos matriculados	31.068	18.421	12.647
Alunos frequentes	13.113	7.556	5.557

(93) Fonte: Mensagem de 1901, p. 20.

Com esses totais de alunos nas escolas públicas (para um total de mais de três milhões de habitantes) e uma infrequência que chegava a quase 50% do total, atestando as dificuldades para a frequência escolar, Minas entrava no século XX.

NOTAS

- (1) Renato Lessa, *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*, ps 44, 45 e 46. (Grifo nosso).

Por eleitorado clássico o autor entende o exercício do direito de votar e ser votado, próprio a todos os cidadãos, elemento básico da cidadania em um sistema republicano representativo.

- (2) O Novo Dicionário Aurélio registra: Tarasca [Do fr. tarasque ou do provenc. torasco.] S.f. 1. Boneco que representa um animal monstruoso, e que era exibido no Pentecostes em Tarascon e noutras cidades do S. da França. 2. Monstro(1). 3. Mulher feia e de mau gênio. 4. Espada velha e enferrujada; chanfalho. Bras., R.J.V. arapaçu-grande. Quanto a formação do PRM ver Maria Efigênia Lage de Resende, *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*.

- (3) Conferir as "memórias" apresentadas à comissão fundamental do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, além de discurso e falas outras publicadas no Minas Gerais, na cobertura do evento, entre março e maio de 1903.

- (4) Ver sobre o assunto o excelente texto de Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, p. 22 e seq.

Cf. também João Cruz Costa, *Contribuição para a História das Idéias no Brasil*; Antônio Poim, *Introdução*, in *O apostolado Positivista e a República*.

- (5) Lessa. op. cit. p. 49.
- (6) Ibid.
- (7) Ibid. p. 51.
- (8) Ibid. p. 73.
- (9) Ver Maria Efigênia Lage de Resende. op. cit. e Affonso Arinos de Mello Franco. Um estadista da República: Afranio de Mello Franco e seu tempo.
- (10) Bias Fortes. Mensagem Presidencial de 1896, p. 4. Não seria a parte por nós grifada a origem do posterior "cinquenta anos em cinco" de Juscelino Kubstcheck.
- (11) Afonso Pena. Mensagem Presidencial de 1894. p. 4.
- (12) Sobre o federalismo e a pregação capitalista ver Alberto Sales, A Pátria Paulista.
- (13) Afonso Pena, Mensagem Presidencial de 1894. p. 3.
- (14) Silviano Brandão, Mensagem Presidencial de 1899. p. 62.
- (15) Boris Fausto, Trabalho Urbano e Conflito Social. p. 48.
- (16) Sevcenko, op. cit. p. 22.
- (17) Cf. Cruz Costa, op. cit. p. 352.
- (18) Sevcenko, op. cit. p. 22.
- (19) Ibid. p. 29. Ver também Francisco Foot Hardman. Trem fantasma: a modernidade na selva.
- (20) Maria do Carmo Campelo de Souza, O processo político partidário na Primeira República in Mota, Carlos Guilherme (org.). Brasil em Perspectiva, p. 184.
- (21) Nosso quadro foi traçado de modo esquemático. A eleição de Rodrigues Alves como sucessor de Campos Salles exigiu uma ampla articulação entre os governos estaduais. Ver Lessa op.cit. cap.

- (22) Silviano Brandão, Mensagem Presidencial de 1889. p. 4.
- (23) Ibid. p. 6. (Grifo nosso).
- (24) Ibid.
- (25) Ibid. p. 135.
- (26) Silviano Brandão, Mensagem Presidencial de 1899. p. 5.
- (27) Maria do Carmo Campelo de Sousa. op. cit. p. 189.
- (28) Silviano Brandão, mensagem Presidencial de 1900. p. 14.
(Grifo nosso).
- (29) Citado por Afonso Arinos de Mello Franco, Rodrigues Alves,
V. 1. p. 196.
- (30) Ibid. p. 198.
- (31) Tradicionalmente conhecida por "Política dos Governadores, e
que o Presidente Campos Sales preferia denominar de
"política dos Estados".
- (32) Afonso Pena, Mensagem Presidencial de 1893. p. 6.
- (33) Ibid. p. 7.
- (34) Ibid. p. 8.
- (35) Ibid. p. 6.
- (36) Bias Fortes, Mensagem Presidencial de 1895. p. 31.
- (37) Ibid. (Grifo nosso).
- (38) Ibid, Mensagem de 1896. p. 39 a 46..
- (39) Ibid, Mensagem de 1897, p. 14/15.
- (40) Silviano Brandão, Mensagem Presidencial de 1899. p. 48 a 50
(Grifo nosso).
- (41) Ibid. p. 52.
- (42) Ibid. p. 46.
- (43) Ibid. p. 61/62.

- (44) Ibid. p. 64.
- (45) Ibid.
- (46) Ibid.
- (47) Ibid.
- (48) Silviano Brandão, Mensagem Presidencial de 1900, p. 44.
- (49) Ibid.
- (50) Silviano Brandão, Mensagem Presidencial de 1901, p. 9.
- (51) Ibid. p. 10.
- (52) Ibid. p. 48.
- (53) Ibid. p. 49.
- (54) Gama Cerqueira, Mensagem Presidencial de 1892 - p. 9.
- (55) Afonso Pena, Mensagem Presidencial de 1894 - p. 9.
- (56) Gama Cerqueira, Mensagem Presidencial de 1892 - p. 14.
- (57) Ibid. p. 18.
- (58) Bias Fortes, Mensagem Presidencial de 1896, p. 32.
- (59) Silviano Brandão, Mensagem Presidencial de 1899, p. 24.
- (60) Afonso Pena, Mensagem de 1894, p. 16.
- (61) Simon Schwartzman, São Paulo e o Estado Nacional. p. 78.
- (62) Silviano Brandão, Mensagens Presidenciais de 1889, p. 24; de 1900, p. 41; de 1901, p. 5.
- (63) Costa Sena, Mensagem presidencial de 1902. p. 30.
- (64) Silviano Brandão, Mensagem Presidencial de 1901, p. 15.
- (65) Mello Franco. Um estadista da República. p. 231 a 235. Os fatos que se seguem são relatados pelo mesmo autor, no mesmo texto.
- (66) Ibid. p. 233.
- (67) Augusto de Lima, Mensagem Presidencial de 1891. p. 15.
- (68) Mello Franco, op. cit. p. 233.

(69) Para uma metodologia da análise urbana em termos arquitetônicos e territoriais, com a hierarquização dos espaços e das tipologias construtivas peculiares à uma abordagem formal (se entendemos a forma em seu sentido contemporâneo e no aristotélico), ver a obra já clássica de Aldo Rossi. *La arquitectura de la ciudad*.

(70) Cf. Paulo Bonavides e Roberto Amaral Vieira, *Textos Políticos da História do Brasil*.

(71) Mello Franco, *Um Estadista da República...*, p. 232/271.

Os textos sobre Belo Horizonte chegam à casa das centenas, entre teses, artigos de jornais e livros. A fonte bibliográfica principal é o texto de Hélio Gravatá; *Contribuição bibliográfica sobre Belo Horizonte*. O livro mais recente publicado sobre a cidade, a que tive acesso, foi o de Magalhães e Andrade, *Belo Horizonte, um espaço para a República*.

(72) Maria Efigênia Lage de Resende, *Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte*. A citação que imediatamente se segue é de João Pinheiro.

(73) Sobre as cidades no século XIX e início do século XX, ver:

Levis Munford, *A Cidade na História*.

Carl E. Shorske, *Viena fin-de-siècle*.

Stela Brescianni, *Megalópolis*.

(74) José Murilo de Carvalho, *os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*.

(75) Vamos aqui relembrar o texto de Silviano Brandão sobre a viagem do Presidente da República a Minas:

"... Manoel Ferraz de Campos Sales, que, no seu próprio dizer, veio prestar homenagem aos lugares santos, berço dos proto-mártires e precursores da independência nacional e da idéia republicana no Brasil..."

A terra dos inconfidentes, cujo sonho [a República] é hoje uma feliz realidade, vertiu-se de galas..." (Relatório de 1899, p. 4.)

Um levantamento das referências oficiais aos inconfidentes, à Inconfidência Mineira como razão de ser da República, e a glorificação do conceito de liberdade como sendo palavra chave do povo mineiro, seria enfadonho pela repetição. No entanto, vale lembrar que há poucos anos atrás, Tancredo Neves não deixou de começar seu discurso de posse como governador com o tema: "Mineiros! - o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade". Também ele, em sua doença, foi mantido em lenta agonia até o dia 21 de abril, quando cumprida sua missão, juntou-se aos inconfidentes...

(76) É interessante encontrar excursões estudantis de primeiro grau, principalmente dos colégios da elite paulista; em visita a Ouro Preto. Mais de um deles tem, em seu currículo, uma visita à cidade. É a visita anual ao santuário. Visita-se também Ouro Preto em busca da "Cultura Colonial". Hoje é raro alguém se lembrar da Ouro Preto do século XIX. Tudo é colônia, tudo é século XVIII. São tudo raízes.

(77) João Pinheiro, op. cit. p. 154.

(78) Pires de Almeida, op. cit. p. 21. Para a questão anterior, envolvendo a Igreja católica ver CURY, Ideologia e educação brasileira. Católicos e liberais.

(79) Ibid. p. 51.

(80) Miguel Arroyo, Mestre, educador, trabalhador... Organização do trabalho e profissionalização. O autor parte do princípio de que o processo educativo global para a Constituição do cidadão-trabalhador impõe os limites e possibilidades à constituição do sistema de instrução popular. Em seu trabalho o autor estuda como se definiu o trabalhador do ensino, o professor da instrução popular.

(81) Ibid. p. 32 a 35.

(82) Afonso Pena, Mensagem de 1893. p. 24.

(83) Dizem que o jornalismo moderno só informa fatos que se esgotam em horas. -Creio que para o caso da educação a afirmativa não é verdadeira. Ano após ano é só ler qualquer diário brasileiro e está lá: "alunos sem escolas", "escolas não funcionam por falta de móveis", "falta de condições físicas do prédio escolar", "evasão escolar assusta"...

(84) Afonso Pena, Mensagem Presidencial de 1894. p. 11 a 14.

(85) Bias Fortes, Mensagem de 1895. p. 11 e 12.

(86) Segundo Arroyo (op. cit. p. 46) desde 1892 os trabalhadores do ensino (professores) estavam classificados em efetivos, provisórios e substitutos. De acordo com a titulação seriam normalistas e não normalistas ou leigos. Em termos de salário o leigo receberia 1.200\$000 e o normalista 1.800\$000.

(87) Bias Fortes, Mensagem Presidencial de 1897. p. 9 e 10.

(88) Ibid. p. 8 a 10.

(89) Ibid. Mensagem presidencial de 1898. p. 13.

(90) Ibid. p. 14.

(91) Silvano Brandão, Mensagem de 1899. p. 17 a 20.

(92) Ibid. p. 20.

(93) Silvano Brandão, Mensagem Presidencial de 1901, p. 18 a 20.

CAPÍTULO III

OLHEMOS PARA O MÉXICO

A riqueza de Minas não é uma destas fabulosas criações do gênio indígena. Sábios dos mais ilustres o tem constatado.

Minas Gerais, 8 Maio 1903.

No capítulo anterior descrevemos, por quatro abordagens, como o discurso do governo mineiro republicano tratou da própria política e seu projeto de cidadania restrita, da questão do trabalho, da questão da educação primária e finalmente como, na construção da nova capital, o simbólico atuou na síntese do projeto da república que se institucionalizava. A própria centralidade da capital, em relação ao espaço físico estadual, resumia em si uma figura cara ao pensamento do Ocidente: o equilíbrio do centro. O centro como virtude, agora símbolo e síntese do futuro.

Mas ao passo em que evoluía a ordem política e se regulava, via PRM e Tarasca, o comportamento daqueles que pretendiam o poder, evoluía também a crise econômica, arrastando o Estado finalmente para os quadros do governo Campos Sales, quando se implementou através do governo federal, a "política dos governadores", a qual o próprio presidente denominou de "política dos Estados".

Também constatamos, pelas falas governamentais do

período, que, ao mesmo tempo em que se faziam as barganhas políticas no nível federal, o governo e as "classes conservadoras" de Minas Gerais eram obrigadas a tentar redirecionar a estrutura produtiva do Estado, ou, ao menos, propor mudanças.

É importante salientar, mais uma vez, que a elite dirigente mineira e sua "classe conservadora" não se definiam em torno de um setor produtivo predominante, como o cafeeiro.(1)

Vimos que Minas Gerais ultrapassou o século XIX sem uma economia de plantation. Além do mais, sustentava-se em uma produção em que os itens mais variados contribuíam para a manutenção do ecúmeno e da renda provincial. Porém, após 1870, o café tornara-se o principal sustentáculo do erário estadual. Após a República, não sem temores, os governadores apontaram para o perigo da dependência exagerada em relação a um único produto. Agora, no limiar do século XX, a situação tornou-se drástica. Com a queda de preços do café aliada à superprodução tornou-se o horizonte sombrio. Seria possível uma solução alternativa que propiciasse ao Estado fugir da dependência em relação às rendas da cafeicultura?

O Governo mineiro, por sua "classe conservadora", ligado aos interesses cafeeiro e articulado ao controle do poder central, onde se conciliaram, apesar das diversidades, os negócios internos do setor hegemônico nacional (como se representassem eles os interesses exclusivos da união), teria de pensar saídas que reorientassem seu crescimento interno. Já antes, a proposta política de Silviano Brandão era dirigida neste sentido. Procurava mudar o perfil das rendas do erário mineiro

até então dependente, em primeiro lugar, do setor exportador.

Criar alternativas fora do setor cafeeiro era buscar fugir a uma possível tutela dos interesses paulistas que pretendiam ser hegemônicos junto ao poder central. Na verdade, relações clientelísticas pressupõem uma interdependência desigual entre as partes, sobretudo daquela que vem se tornando parte mais fraca.

Ora, todos sabemos como se faziam os presidentes na República que estudamos.(2) As eleições chegavam à perfeição de prescindir do voto dos eleitores. Os votos recebidos eram contados por mera formalidade. Os eleitos eram sempre aqueles previamente escolhidos para os cargos, já que uma comissão de reconhecimento se encarregava de não reconhecer a eleição daqueles que não interessavam ao sistema. Com a prática política institucionalizada por Campos Sales, consolidou-se, não a consulta ao cidadão, mas o conchavo intermuros. Essa escolha prévia, tanto do congresso como do cargo presidencial, trazia para o governo mineiro e sua elite política um poder acima daquele que, enquanto Estado membro, podia atingir. As tensões internas do Estado Brasileiro, no exercício do poder republicano, na sequência ao caos dos primeiros anos pós 91, atestavam uma disputa equilibrada pelo controle do poder da União. Contudo, o que as elites mineiras percebiam era que o desequilíbrio estadual e o crescimento populacional e industrial em favor de São Paulo, e mesmo a identificação do café como "interesse geral da nação", tudo isto propendia a aguçar as diferenças e as contradições internas das relações da dominação do poder nacional ainda que o

Governo Mineiro tivesse que se envolver na defesa do produto básico: o café. Esta defesa seria, ao mesmo tempo, um meio de composição da política externa e uma tomada de posição interna, que a crise financeira do Estado determinava.

A economia mineira do café não conhecera o boom paulista, nem seus níveis de acumulação ou sua força capaz de atrair imigrantes em número significativo. Apesar disso, não deixara de crescer. Com a crise do café urgia convocar a "classe conservadora" para pensar saídas e alternativas fora da ação governamental direta, como fizera Silviano Brandão tentando criar novos impostos. Convocar as "classes conservadoras" era ouvi-las e buscar nas suas propostas uma abertura para o consenso.

Neste particular, entre 1903 e 1908, um certo desejo de mudanças animou a ação política e os projetos de Governo, que serão marcados, antes de tudo, pela presença de João Pinheiro como mentor de propostas, debates e, no devido tempo, chefe político que deveria dirigir tais mudanças na sucessão do Governador Francisco Sales.

O momento adequado para acompanharmos o ideário de Governo que marcará o período João Pinheiro, e o das "classes conservadoras mineiras", será aquele definido pelo "Congresso da Lavoura, Comercio e Industria", de 1903. As questões básicas que passam a ser discutidas no Congresso giraram em torno do café: da defesa do mercado interno via protecionismo, capaz de favorecer o crescimento industrial; das questões da indústria extrativa; da colonização e da mão de obra; da educação prática; dos impostos, transportes, fretes e do sistema bancário.

Assim, abordando os temas do congresso estaremos

tratando da evolução dos assuntos, objeto de nossa análise até agora. Antes de mais nada, é preciso definir os modelos nos quais o Estado de Minas dever-se-ia refletir. Vamos encontrar nas teses propostas o ideal nos exemplos dos Estados Unidos e de seu similar sul americano, a Argentina, pelo sucesso e desenvolvimento na época(3).

É interessante notar que, durante os debates e na fixação das teses aprovadas pelos congressistas, quase nenhuma referência é feita ao Estado de São Paulo. Quando a referência a São Paulo é feita, o é pelo exemplo negativo, pela ausência de solução. O crescimento paulista não é valorizado. Não se deve comparar os dois Estados membros Minas e São Paulo, até mesmo porque a crise que se identifica é nacional. O que afeta Minas, afeta também o estado vizinho. Reconhecer o sucesso paulista é tropeçar numa realidade que não interessava.

Nos temas debatidos durante o Congresso, a referência à educação primária aparece, em todos os setores, como sendo necessária à produção de um operário e/ou camponês mais competente e de melhor rendimento produtivo. O crescimento dos Estados Unidos e da Argentina havia passado por aí.

Porém, a educação do homem pobre brasileiro deveria ser empreendida, tendo em vista a manutenção e garantia de sua situação de trabalhador primário, controlado também pela legislação coercitiva proposta. O que se queria era apartar esse homem dos seus meios de subsistência e garantir, pelo Estado polícia, sua submissão como trabalhador. Assim é que, nos discursos do Congresso, promover o bem público era proibir a

vadiagem, entendido como vadio todo aquele que não sendo proprietário, não tinha uma relação de trabalho efetivo e permanente. Nas discussões que se sucederam, coibir a vadiagem era imperativo essencial para salvar a nação da decadência moral e social que o crescimento da pobreza, ou seja, do homem a ser proletarizado, estava a promover. Nessa situação, a educação primária não passaria de meio a inculcar, ao lado das primeiras letras, os conceitos de trabalho e família, contrapostos ao conceito de vadio e degenerado/dissoluto.

É neste contexto de crise que João Pinheiro era relançado no palco político pelo Congresso, despontando como figura solar. Sua atuação, como presidente da Comissão Fundamental, o colocara em destaque por todo o período subsequente a 1903, e, em estreita colaboração com o Governador Francisco Sales, será indicado para sucedê-lo no governo estadual, que ocupará a partir de 1906. Como Governador, João Pinheiro tentará colocar as propostas do Congresso de 1903 em prática; pela ação governativa terá apoio para promover seu nome, tornando-o nacional. Um ano como Governador e já "fala-se vagamente, em dezembro de 1907, que João Pinheiro, jovem Governador de Minas Gerais seria o futuro candidato presidencial e que o "Bloco" o apoia.(4)

Se a crise era brasileira, João Pinheiro, ainda durante a fase inicial do Congresso Agrícola, procurou articular suas pregações em torno das propostas protecionistas da Comissão Executiva como sendo coincidentes com as posições de figuras republicanas proeminentes como Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Nilo Peçanha.

Para João Pinheiro, o protecionismo econômico passava a ser uma alternativa primeira para superar a crise que se abatia sobre a economia brasileira. A defesa dos princípios protecionistas em relação ao comércio externo era linha de unidade no seio do Congresso Agrícola. Criou-se, então, uma paternidade para a proposta e passou-se a promovê-la com o objetivo de torná-la nacional. Em abril de 1903, o "Minas Gerais" publicava

"telegramas do Rio, com data de 25, dirigidos ao Pharol referem que A Notícia, importante órgão de publicidade da Capital Federal, em local desenvolvida, diz: "Que o brinde de politica protecionista levantado no banquete oferecido ao general Pinheiro Machado, foi o echo do pensamento identico externado pela Comissão Diretora do Próximo Congresso Industrial a reunir-se em Bello Horizonte. Parece, pensa-se geralmente, que modificada a política partidária, esse Estado poderá ser em breve prazo o centro da regeneração nacional".(5) (Grifo nosso).

O mesmo "Minas" do dia 29 de abril voltará a publicar, com mais detalhes, os discursos que foram ouvidos no banquete político oferecido a Pinheiro Machado: "A homenagem", dizia o artigo, "fôra um pretexto; o que se queria, com impaciência, em um pacto de honra, era uma salvadora orientação para os nossos destinos comuns".(6)

Nos discursos que se seguiram (Rui Barbosa e Nilo Peçanha), dizia o articulista, se traçou a linha básica pela qual "nossa pátria se haveria de assentar em uma política honesta de recomposição econômica". Essa linha seria a do protecionismo econômico e o fim do livre câmbio.(7) Este, no dizer de Nilo

Pecanha, razão para que fôssemos "colônia do mundo". Terminava o articulista:

"uma política econômica e protecionista - tal a condição do nosso progresso: eis o que se depreende das palavras do eminente senador Pinheiro Machado".(8)

Na escolha presidencial, daquele ano de 1906, a eleição de Afonso Pena facilitava a implantação do Convênio de Taubaté que, assinado por Minas Gerais, não seria pelo Estado plenamente cumprido - por ação do próprio João Pinheiro, que em entrevistas publicadas em "O Paiz", quando cogitado para presidente da República, continuaria suas pregações, conflitantes com o espírito do convênio.

Assim, dizia ele:

"O meu pensamento capital, você o sabe, é a organização econômica. Dizendo isto, devo acrescentar que o fato principal para mim não é a questão industrial, mas a questão agrícola, e dentro desta o desenvolvimento da pequena agricultura."(9)

A fixação da economia agrícola é o reflexo direto da situação brasileira, em geral e mineira, em particular. Afinal, a maioria do nosso povo vive no campo. A indústria é coisa da cidade. Mas também ela não será esquecida no conjunto da economia. O diálogo seguinte explica as razões:

Entrevistador: "- V. Exa. pensa, como muita gente, que a proteção deve ser dada às indústrias naturais.

João Pinheiro: "- Não. Isto é um erro que corre e que se firma, que muitos espalham por interesse e a maior parte aceita por irreflexão. Não há indústrias artificiais. O

que faz a indústria não é a matéria prima, é a mão de obra, é o trabalho do operário."(10)

O setor industrial seria o resultado de um longo esforço, fruto quase sempre do trabalho individual, que nasce desprotegido e só ganha robustez ao ter resistência ao meio. É, ao criar condições para esta robustez, que o Estado deve se manifestar. Proteger o setor é proteger desde o operário até o caixeiro viajante, este que espalha as mercadorias ou aquele que a retalha e, finalmente, o próprio Estado, que colhe os benefícios da produção e da circulação. Mas, o protecionismo estatal seria "ad tempora", isto é, até o setor protegido conseguir a robustez para viver por si mesmo.

Por outro lado, no campo devia ser revisada a lei da propriedade e da herança. Era mister evitar o latifúndio, e ao mesmo tempo evitar a destruição da propriedade, repartindo-a, pela herança, como se fazia. A escolha do filho para a sucessão devia recair no mais competente, o que eliminava o morgadio.

Já no plano da colonização, esta seria determinada por princípios científicos. O lote a ser dado ao colono deveria ter 25 hectares, com casa, paiol e chiqueiro, pasto e terras de culturas. Tudo estudado convenientemente.

O pagamento da propriedade por parte do colono se faria no prazo de cinco anos, "in natura", e o produto recebido seria vendido pelo próprio governo.

"É, como se vê, um verdadeiro regime de parceria, que facilita ao lavrador a questão do dinheiro em espécie, mas uma parceria especial com amortização do pagamento para propriedade do lote."(11)

Na recomposição do setor agrícola estava a certeza da recomposição da economia mineira e da nacional.(12)

Mas, vejamos com mais detalhes o que foi o Congresso de 1903, verdadeiro resumo daquilo que João Pinheiro e a "classe conservadora" pretendiam estabelecer no Estado.

O "Minas Gerais" que circulou no dia 30 de dezembro de 1902, trazia sem maiores destaques, na página cinco, uma informação:

Congresso Industrial

"O governo resolveu convidar os representantes das diversas indústrias do Estado abaixo mencionadas para uma reunião no dia 12 do mês de janeiro proximo afim de assentarem as teses que devem ser submetidas à discussão no Congresso da Lavoura, Comercio e Industria que o Sr. Dr. Presidente do Estado vai convocar para dia que previamente será designado.

São os seguintes os representantes das industrias ora convocados: Fabril, Coronel Francisco Mascarenhas; Agrícola, Dr. José Joaquim Monteiro de Andrade; Pastoril, Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes; Bancárias, Dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza; Cerâmica, Dr. João Pinheiro da Silva; Extrativa, Dr. George Chalmers.

Além desses representantes será também convidado o do comércio, recaindo o convite sobre o comerciante que for destinado para tal fim pela Associação Comercial."

Começava o evento síntese daquele período da República em Minas Gerais.

No dia 12 de janeiro de 1903, a reunião prevista cumpriu-se, sendo escolhido o Dr. João Pinheiro da Silva para presidente da Comissão Fundamental. Na mesma assembléia, foram distribuídos os assuntos entre os membros comissionados, para

que cada um, no seu ramo, preparasse os quesitos que seriam posteriormente discutidos, e, sobre os quais, seriam definidas as linhas de ação propostas ao governo do Estado, que se dispunha a efetivá-las. Assim, as medidas propostas deveriam, segundo ficou deliberado, ser de caráter eminentemente prático para que atendessem, não só às forças do governo para colocá-las em execução, mas às "dificuldades próprias do nosso meio ao iniciar-se um empreendimento sistemático, muito fora dos nossos hábitos."(13)

No dia 24 de Janeiro já as teses eram publicadas, antecedidas pela exposição da Comissão Fundamental, que traçou os princípios que guiarão os trabalhos.

O primeiro ponto ressaltado nessa exposição foi a consciência da crise que afetava o Estado, pelas dívidas e pela retração do setor cafeeiro. O momento era marcado pela "retração do crédito, os capitais desconfiantes pelo insucesso de tentativas mal pensadas em quase um decênio de loucuras", além da crise do café representar um momento sem precedente na história econômica e financeira do Brasil.(14)

A reflexão sobre a crise é benéfica. É nela que está a saída, pelos caminhos novos que serão encontrados. A partir desse ponto, o autor, João Pinheiro,(15) faz um apanhado histórico do povoamento e da mineração em Minas nos séculos XVIII e XIX. É interessante notar que, nas causas apontadas para a decadência das explorações auríferas e diamantinas, o café aparece como causa indireta, dominando como produção econômica e "vencendo pela concorrência do trabalho remunerador todos os outros ramos

da atividade nacional".(16) Mas o café também tem seus inconvenientes, que podem ser eliminados. É o da colocação da mercadoria no estrangeiro, "comércio altamente remunerador e inteiramente abandonado à ação mercantil estrangeira".(17) Mas o fato marcante é que, por se submeter ao comércio externo, este fica sujeito inteiramente à lei da oferta e da procura, fazendo a primeira ser maior do que a segunda. Como consequência: queda dos preços, super produção, desequilíbrio, crise.

A partir da ênfase dada a estas análises é que deverão surgir alternativas novas:

"A crise do café tem, como primeiro efeito, a deslocação das atividades e forças vivas nele empregadas para diferentes ramos de exploração.

Ocupar, fixar e dirigir estas atividades é o ponto principal da questão.

Haverá lugar para o emprego destas energias superabundantes? Haverá novas explorações de consumo certo, interno ou externo, para colocação das mercadorias acrescidas ou novas?"(18)

A resposta, João Pinheiro encontra-a aqui mesmo, no mercado interno, não controlado pelos capitais estrangeiros, fazendo um levantamento dos principais produtos importados pelo Brasil entre 1901 e 1902, constatando que tais produtos eram produzidos em Minas, desde o século XVIII, tendo sido, porém, banidos do mercado interno pela concorrência estrangeira.

Naquele momento, o café era o dominador dos mercados externos. Mas para o mercado interno, as mercadorias produzidas no país são insuficientes. É mercado a ser atendido. É este o mercado a que Minas deve se dedicar. Para tal é necessária a ação

do governo, tanto da União como estadual, intervindo diretamente na produção. Como fazê-lo por meios legais? Como estimular a "iniciativa particular, aperfeiçoando as indústrias existentes e criando novas?" "Devemos pedir tarifas protecionistas?" "Não seria mais conveniente a importação das manufaturas, ao invés dos objetos manufaturados?"(19)

A resposta é uma só, parte de um exemplo que também é único. Os Estados Unidos que têm "nas tarifas protecionistas a fonte de seu deslumbrante poder de atualidade."(20)

Com este princípio fundamental e outras soluções que os momentos pedirem, é que a economia poderia fugir ao impasse em que se encontrava. A defesa do protecionismo econômico é a linha que marca a unidade da ação do Congresso Agrícola, já afirmamos.

Mas além dessa linha principal, foram levantadas teses em número de 62, distribuídas dentro dos seguintes setores:

SETORES	N. QUESITOS	OBSERVAÇÕES
1 - Lavoura ou café	11	
2 - Policultura e pequena cultura	9	
3 - Pecuária	13	*
4 - Indústrias Manufatureiras	3	
5 - Indústrias Extrativas	3	
6 - Indústrias diversas	6	**
7 - Colonização	1	
8 - Comércio	2	
9 - Transportes e Fretes	4	
10- Impostos e Tarifas	4	
11- Mobilização da Riqueza Móvel	1	
12- Questão Bancária	5	***

* Inclue Laticínios e a importação de margarina.

** Inclue águas minerais, vinhos, seda, sindicato agrícola e ensino profissional.

*** Inclue relações de trabalho e repressão à vadiagem.

Os trabalhos prosseguiram sem interrupção. Em 28 de abril, foram publicadas as conclusões julgadas mais urgentes, baseadas nas teses anteriormente formuladas e que seriam discutidas no Congresso Pleno, de maio, quando se fixariam as indicações e recomendações, fruto dos debates a serem realizados.

Enquanto as reuniões aconteciam, o "Minas Geraes" publicava grande número de cartas e propostas de análise dos quesitos já divulgados, correspondência essa que vem de todas as regiões do Estado. Esta correspondência é sumamente interessante, e ao lado das memórias escritas pelos encarregados de cada setor em estudo, fornece um quadro do pensamento e das posturas dos setores econômicos e hegemônicos do estado, ou melhor, um quadro da mentalidade das "classes conservadoras".(21)

Analisemos alguns dos quesitos, considerando o tratamento daqueles assuntos que temos tratado. Vejamos assim a questão do trabalho através da imigração e tratamento do vadio, estranhamente incorporado às teses da questão bancária, porém discutida pelo Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes na "Comissão Fundamental sobre Águas Minerais, Vinicultura, Viticultura, Colonização, Organização do Serviço Agrícola, Repressão da Vadiagem, Colônias Correccionais, Impostos municipais e intermunicipais, Sindicatos agrícolas e Cooperativas, Mobilização da riqueza Imóvel e Sericultura". Ali lemos:

"é possível ao Estado manter uma corrente imigratória, não só para colonização do solo junto às estradas de ferro existentes ou em construção, como ainda para fornecimento de operários assalariados à lavoura e às indústrias"?(22)

A memória que respondeu a tal quesito dá bem a medida como era vista a imigração em Minas. Começa por demonstrar que a imigração assalariada não havia produzido resultados satisfatórios no Brasil. A maior parte dos imigrantes introduzidos não passava de aventureiros, mercenários, instáveis, que só trabalhavam para seus próprios países. É uma população forasteira, flutuante, demasiado exigente. Só trabalha terras novas, aproveitando a uberdade do solo, abandonando-o em seguida. Como comprovação, o memorialista recorre à imigração paulista:

"Exemplo muito eloquente nos oferece, além do nosso próprio, o Estado de São Paulo. São mesmo paulistas respeitáveis os que proclamam que a intensa corrente imigratória, dirigida para o seu Estado, a fim de suprir a lavoura de braços, transformou-o quase em uma colônia da Itália, desnacionalizando, por assim dizer, a lavoura do país".(23)

Continuando sua memória, o autor diz que em São Paulo eram patentes os maus efeitos do sistema, ameaças de abandono do trabalho, de saques, de sequestros, enchendo de horror os fazendeiros. Uma crise social, de nova espécie estava se sobrepondo à crise da super-produção cafeeira.

Paradoxalmente, para mudar a direção desses absurdos, só colonizando, dando a terra e nela fixando o imigrante:

"a fixação do imigrante ao solo e a atuação de capitais são os elementos mais úteis e necessários nos países novos para impulsionar o seu desenvolvimento industrial e constituir sua riqueza."(24)

A colonização era o caminho para o progresso. O exemplo

argentino e norte-americano estavam aí para comprovar o acerto da medida. Mas, o Estado, a manter uma corrente imigratória na qual já havia investido 7 mil contos, sem qualquer proveito, devia modificar a sua conduta:

"O sistema deve ser radicalmente reformado, e os fins da imigração devem visar a fixação do colono ao solo e o fornecimento de operários às indústrias".(25)

Os núcleos coloniais por sua vez deviam ser colocados nas próprias zonas cafeeiras onde

"tornar-se-ão viveiros de trabalhadores úteis e já afeitos ao gênero de cultura da zona, prestando-se nas épocas precisas ao custeio das lavouras extensivas".(26)

O objetivo é claro: a pequena propriedade é simples meio de gerar mão-de-obra barata e disponível para a grande lavoura. Em relação ao brasileiro pobre, a vagabundagem é sinônimo. É necessário tornar o trabalho obrigatório, evitar que homens válidos sejam desocupados, provocando crimes, assaltos, pilhagens.

"O que é preciso, antes de tudo, é ocupar os braços nacionais desocupados, que, ao invés de empunharem os instrumentos da lavoura, vivem carregando armas de fogo, faca e cacetes".(27)

A solução, mais uma vez, era criar núcleos coloniais ao longo das vias férreas e lá fixar o nacional.

O Congresso também deu parecer sobre a regularização das

relações de trabalho entre proprietários e colonos, patrões e trabalhadores. No dia 26 de março, o "Minas Geraes" estampou um longo trabalho, que a Comissão acolheu. As conclusões sobre o assunto foram interessantes: o pressuposto é o da solidariedade que deve existir entre os patrões para coibirem o operário faltoso ao mesmo tempo em que se capitula como crime a vadiagem.

Para o tratamento do problema da vadiagem, a visão era policialesca. Não se deixou, antes, de lamentar as dificuldades da repressão, em vista dos princípios liberais que garantem as liberdades individuais.

"Mas a situação da nossa indústria agrícola, trabalhada profundamente pela crise é ameaçada de ruínosa decadência, torna de palpitante necessidade a resolução desta questão, atendendo aos insistentes reclamos da lavoura e dotando o país de leis repressoras da ociosidade". (28)

Ligado à questão da mão-de-obra estavam: a insegurança da propriedade, a escassez de braços na agricultura e na indústria, a alta dos salários, a desorganização do serviço doméstico. A solução para o serviço doméstico e rural era a adoção de cadernetas de trabalho (como São Paulo já fizera, diz o memorialista), tornando obrigatório seu porte. Nesta caderneta seriam anotadas a boa ou má conduta do portador. O trabalhador rural seria registrado na sede de cada distrito. Na caderneta seria lançado o nome, origem, características físicas, datas de entrada e saída das fazendas. Seria vedado o trabalho a quem não se registrasse. Para maior eficiência à repressão da vadiagem, seria diligenciada a criação de uma polícia municipal. Para

facilitar o controle sobre a circulação dos indivíduos, seria vedada ao trabalhador, não domiciliado num distrito, a permissão para permanecer ali, mais de oito dias, desempregado. Após tal prazo, seria posto fora do distrito por medidas policiais e proibido de aí retornar por outros dois anos, sob pena de prisão em colônias especiais, ditas correcionais, ponto final da recuperação dos vadios, dotadas de oficinas mais ou menos aparelhadas para receber aqueles condenados por vadiagem. De qualquer modo era mister reagir ao problema do vadio a menos que o corpo social brasileiro se resignasse

"a viver em uma sociedade, cujos direitos serão todos os dias conculcados pela mais baixa camada social, composta de libertinos, perversos, degenerados, ébrios e malfetores de toda espécie".(29)

Por extensão, esse sub-homem devia também ser excluído do processo eleitoral pela incapacidade manifesta de escolher ou participar da vida política. A conclusão n. 51, votada na comissão, resume para o Congresso a questão:

"É necessária a decretação de leis rigorosas para repressão da vadiagem, tanto nos povoados, como nos campos, declarando, o Congresso, ser esta uma das maiores e mais palpitantes necessidades do Commercio, lavoura e Industria.

Como uma das condições de realização desse desideratum, o Congresso pede encarecidamente a quem de direito e pelos tramites convenientes, reforma urgente da lei eleitoral, estabelecendo o censo alto, porque o povo, dado o seu atraso intelectual, é incapaz de sufragio universal."(30)

Uma segunda solução para a questão da mão-de-obra era a da criação de escolas práticas de zootecnia, agricultura e oficinas técnicas. É interessante notar que em tal proposta o modelo é o argentino e são transcritos os estatutos da Escola Prática de Agricultura e Pecuária de Córdoba como ideal a ser seguido.(31)

O material sobre o Congresso de 1903 fornece, por si mesmo, um excelente campo de trabalho acadêmico.

Do ponto de vista das propostas educacionais, todas elas só diziam de escolas práticas, quer de comércio, quer de agricultura, quer correccionais para a educação dos vadios. Também as escolas primárias deveriam ser, de modo geral, adaptadas para o ensino, quer agrícola, quer comercial. Enfim, o ensino profissional é a tônica de todas as resoluções do Congresso que falam de educação: "O ensino todo prático da nossa escola deverá... limitar-se ao estudo do que for somente necessário para o exercício inteligente da profissão".(32) Não esquecendo que, por mais de uma vez, é reivindicado o restabelecimento das escolas públicas junto às fábricas com mais de cem operários. Propostas, porém, de currículos específicos, só foram apresentadas duas. A primeira, já referida, a do currículo da escola de Córdoba; a outra referente à escola comercial.(33)

É interessante, também, fazer referência ao absoluto desprezo que, em todos os momentos, observamos para com o padrão de ensino das escolas brasileiras.

O texto mais significativo, neste particular, é o enviado pela Câmara Municipal de Monte Alegre. Começa o redator por dizer: "Quanto ao ensino só este assumpto mereceria um

congresso especial porque não precisamos tanto de reformar o ensino quanto de melhorar a educação".

Para o redator, a educação do indivíduo não pode ser uniforme, pois o ato de educar varia conforme a classe a que pertence o educando, ao seu meio físico, moral, social, sexual e ao seu próprio "temperamento social". Um dos males da educação brasileira/mineira era, pelo texto, a uniformidade que se daria ao ato de educar no Brasil. Daí, poucas individualidades se destacarem pois o aluno "frequenta os mesmos liceus onde o mesmo bafo de corrupção moral e desagregação intelectual incline sobre o seu ser físico e moral".

A crítica é longa. Passa pela religião que, "sem existência positiva", é reduzida a uma "expressão verbal". Ataca a fé católica e a aponta como perniciosa. O autor, positivista confesso, apela a cada instante para que seja salva a mocidade, pois:

"Toda teoria sobre a qual se baseia o nosso método atual de educação e de ensino é completamente absurda e inconveniente para as condições normais da vida hodierna"... As coisas substituídas pelas palavras".

Para finalizar propõe um breve sketch, baseado em escritor português, que não se identifica.

"Analisemos a nossa mocidade no momento em que ela prepara-se para entrar na sociedade.

A escola deita-a para o mundo com uma carta de curso debaixo do braço e o cérebro cheio de fórmulas, casos e leis.

De prático, absolutamente nada!

EA mocidade vai aos concursos e começa logo a azedar a alma no terrível ambiente da injustiça, ou então decidida a trabalhar, bate as portas das chamadas forças vivas, e diz:]]

- Desejo entrar para o comércio.

- Que sabe? pergunta-lhe o comércio.

- Sei que Pericles era um grande legislador grego, que Napoleão I morreu na Ilha de Santa Helena; sei quem foi Ricardo Coração de Leão, Floriano, Marechal de Ferro, e sei os mandamentos da lei de Deus...

O comércio sorri, mete-lhe no braço uma manga de alpaca, senta-o à costura e somar o livro-caixa e promete começar a dar-lhe ordenado quando ele souber qualquer coisa de mais prático.

Outras vezes batem à porta da indústria:

- Desejaria ser industrial.

- Já viu no porto alguma máquina?

- Já sim senhor.

- Qual?

- A máquina de costura da minha avó.

A indústria sorri, admite por favor nas suas oficinas e nada lhe aproveitam os varios anos que gastou a traduzir - Ovidio, Tito Lívio, Cícero, Horácio, Catulo, Propercio, Xenofonte, Homero e saber quantas eram as pessoas da Santíssima Trindade!...

Se bate à porta da agricultura a mesma cena.

E assim a escola não lhe dando caráter, disciplina, resistência, nem conhecimentos práticos, a mocidade saía de lá desarmada e entra na vida sem resistência moral... ..

Muito mais perigosa e mais desoladora do que a pobreza é a miséria moral".(34)

Enquanto se discutiam as teses no Congresso, viveu a cidade de Belo Horizonte, na realização das sessões finais, em

maio de 1903, sua primeira experiência de centro ampliado de decisões políticas. Para a jovem capital vieram centenas de pessoas, jornalistas do Rio e de São Paulo, políticos de prestígio nacional, etc. Era a festa de que se precisava para cumprir a etapa final da construção da cidade. Cumpria-se de modo eficiente o plano político para a capital.

O Minas Gerais nos dá algumas notícias da venda da imagem da cidade. Começa por dizer:

"Revestiu-se de toda a solenidade a sessão de instalação desse Congresso que certamente marcará na história da nossa regeneração econômica uma época notável". (35)

O redator do texto enumera as autoridades presentes. São pessoas de várias partes do Brasil, além daqueles que vêm representando seus municípios. Os jornalistas visitantes são nomeados, um a um, bem como seus jornais, entre outros o Jornal do Commercio, a Gazeta de Notícias, O Pharol, o Jornal do Commercio, de Juiz de Fora, o Jornal do Brasil, A Notícia, o Diário Popular etc.

Pelo Minas Gerais ficamos ainda sabendo que

"os hotéis da Capital estão completamente repletos não só de delegados do Congresso como de muitas pessoas que vieram assistir os trabalhos dessa assembléia".

"A cidade continua muito movimentada, notando-se extraordinária animação nas ruas".

"No Grande Hotel estão hospedados cento e tantos congressistas."

"Hontem pela manhã realizou-se o anunciado passeio dos senhores congressistas pela cidade. As 7 horas da manhã estavam postados em frente ao Grande Hotel quatro bondes, nos quais tomaram lugar mais de cento e

cinquenta cavalheiros. Os bondes percorreram toda a linha, mostrando-se os nossos hóspedes maravilhados com a cidade, cujo progresso e beleza elogiaram".(36)

Tudo, enfim, fora preparado para recepcionar, da melhor maneira, os hóspedes. O prefeito municipal, Francisco Bressane percorria os hotéis, cumprimentando os membros do Congresso. Também junto ia o chefe de polícia...

O movimento não parava, mesmo à noite:

"Hontem à noite foi extraordinário o movimento na rua da Bahia, onde tocaram duas bandas de música".

"O Grande e artístico coreto, levantado em frente ao Grande Hotel ficou hontem pronto".(37)

Os banquetes não foram esquecidos e o que foi oferecido ao Ministro da Agricultura Lauro Muller é descrito em detalhes.

Enfim, se "no auge de uma crise econômica sem precedentes o Governo de Minas sente a necessidade de conhecer seus problemas e planejar o desenvolvimento"(38), não perdeu a oportunidade de "matar vários coelhos de uma só cajadada". Discutiu-se a questão da economia, pregou-se ao extremo a escola prática, retirou, o governo, subsídios para sua política econômica, condenou-se a vadiagem, vendeu-se a imagem da capital e lançou-se aquele que seria o próximo governador mineiro. Não será sem subsídios que João Pinheiro irá desenvolver seu plano de trabalho pois, quando chegar ao governo de Minas, tentará efetivar as linhas propostas pelas decisões e debates do Congresso de Maio de 1903.

Em sua mensagem de 1907, a primeira do curto período de

governo que exerceu, temos um espelho de suas pregações, talvez a que melhor expressa, ao lado das entrevistas aos jornais do Rio, sua visão de governo, de estado e de problemas nacionais.

Na mensagem, a primeira preocupação do governador é para com a instrução primária. Pinheiro proporá uma completa revisão do ensino primário em Minas Gerais. Dirá: "a reforma do ensino primário foi a primeira decretada".(39) Seus argumentos para a reforma, profundamente influenciados pelos debates de 1903, vem do fundo positivista que o formou. Através da educação básica estaria a regeneração do homem, da pátria, da humanidade. Se Minas Gerais precisava mudar, era necessário que mudassem também os canais que forjavam suas esperanças. Os professores seriam os primeiros atingidos, desde que numa reforma completa, os métodos de ensino precisavam ser alterados e com o mesmo professorado era difícil, por viciados:

A. "reforma tem que lutar com os hábitos maus e inveterados, com um professorado que não estava suficientemente preparado para a pratica dos novos métodos"...(40)

Assim, a questão do ensino primário dominava todas as necessidades sociais, políticas e morais do povo. "Quase que é o único benefício direto em troca dos seus sacrifícios, que o povo pode ver e tocar".(41) A educação primária seria, em seu Governo, caso especial, porque dela dependia "a sorte futura da coletividade inteira".

Mas o que era a escola em Minas?

"Casas sem mobílias, as classes sem alunos, os alunos sem livros, a frequência pequena; e, entretanto, em grande perda o sacrifício do Tesouro, que nunca é demais para tal assunto".(42)

Ao professor de tal escola, depois da constatação de ineficácia já relatado, uma promessa de que:

"Urge remediar energicamente tão grave estado de coisas, [a impropriedade das escolas] e abrir ao professor-primário uma esperança de melhor sorte".(43)

Na visão de Pinheiro, a escola primária era o elemento seletor das capacidades individuais, afinal

"foi pela seleção das capacidades, feita em alta escala, foi pela educação dos mais aptos no estrangeiro e à custa do Governo que o Japão pôde levantar rapidamente, para ser o que hoje é."(44)

Mas o ensino, que o interessava primeiramente, era o técnico agrícola para habituar a todos no manejo das máquinas agrícolas, sem as quais era impossível uma agricultura desenvolvida. Já na longa entrevista de 1906, dada ao "O Paiz", Pinheiro dizia que a questão da educação profissional do agricultor era de imediata necessidade.

O agricultor ignorante seria antes de tudo um estorno à produção. Como um agricultor ignorante pode conhecer as máquinas, saber usá-las ou comprá-las, ou mesmo instalá-las? Só haveria uma solução: a educação técnico-agrícola

"começando na escola primária, para o preparo dos operários rurais de amanhã, indo até o ensinamento ao próprio lavrador pela constituição das pequenas fazendas-modelo. Para isso instituirei um ensino técnico-primário, ministrado nas escolas públicas, de modo concreto, sem teorias, paralelamente ao ensino da leitura, da escrita e da aritmética".(45)

Ao menino da roça seria oferecido modelos de máquinas agrícolas em madeira, permitindo-lhe montagens e desmontagens práticas, habilitando-o com uma soma de conhecimentos práticos "que o armam (sic) para a luta da vida".(46) Não se esgotaria no primário o apoio ao menino da roça. Viria depois o já governador, na proposta de ensino técnico agrícola de 1907, estabelecer que a aprendizagem agrícola seria dividida em duas partes: uma teórica e outra industrial. A parte teórica seria ministrada por uma repartição especial e técnica. A parte industrial, "aconselhada pela teoria", seria feita "intuitivamente pelos mestres práticos de cultura".(47)

João Pinheiro acreditava nos imediatos resultados da medida e via nela a "base da nossa regeneração econômica, assim para o produtor, como para o Estado, que da agricultura, tira a sua principal fonte de receita".(48)

Devemos ainda atentar para o fato de ser através do trabalho agrícola que devia começar a reorganização econômica do Estado.(49) Assim pensando, promoveu a fazenda modelo da Gameleira, na qual ordenou sondagens artesianas visando a irrigação, promoveu a venda de máquinas agrícolas e adubação química. Ao mesmo tempo, pela imprensa continuava sua pregação em defesa dos princípios protecionistas. Isto não só para as indústrias ditas manufactureiras, mas também as agrícolas, das

quais, concluía, o país carecia porque eram incipientes no Brasil, em função do atraso em que vivíamos, ou, ainda, pela política sempre descuidada para com tais assuntos. O protecionismo alfandegário - que o Brasil devia promover - tinha de ser defendido com firmeza pelo governo, pois neste ponto, a ação do Estado obrigatoriamente devia se fazer sentir. Ao mesmo tempo, o trabalho, entendido aqui o do proprietário, necessariamente seria generalizado e remunerador para todos. Os preços mínimos seriam garantidos, principalmente para aqueles setores que demandavam mercado interno, proporcionando ao produtor a segurança necessária.

Quanto à intervenção do Estado no setor cafeeiro, a posição de João Pinheiro era a de que "a atividade agrícola em excesso empregada no café não podia aí continuar";(50) necessário se fazia abrir outras fontes agrícolas. Seu governo, porém, começava sob a assinatura do Convênio de Taubaté.(51) Por imposição do convênio, foi assinado o decreto 1963, de 24/12/1906, mandando cobrar três francos de sobretaxa por saca de café exportado como meio de fazer caixa para financiar o produto. Mas a verdade é que o governo mineiro não implementou, não alocou recursos suficientes, nem cumpriu o Convênio. Não era intenção de João Pinheiro e nem tinha recursos bastante o Estado de Minas, para realizar a valorização do café como o projeto do convênio estabelecia. O governo João Pinheiro estava realmente interessado era em modificar o perfil da economia mineira, e se possível da brasileira e o governador, em particular, sentia que, para fugir ao crescimento paulista, urgia outras saídas para os Estados da

União.

Sua solução primeira para o Estado de Minas era a lavoura de cereais. Impedir a importação dos mesmos por medidas fiscais era um meio seguro de criar o mercado interno de que carecia o país. Seu esquema, mecanicista, era muito simples:

"O protecionismo determinará o surgimento das culturas em vasta escala, por tornar o negócio lucrativo; o negócio lucrativo atrairá a convergência dos capitais em procura da melhor remuneração; a convergência dos capitais e dos esforços multiplicará a produção; da produção multiplicada resultará a concorrência na qualidade e nos preços - e o protecionismo, mantido com firmeza, terá feito surgir a cultura terá permitido a aprendizagem essencial e então os próprios fenômenos econômicos torna-lo-ão desnecessário".(52)

João Pinheiro garantia o sucesso das suas propostas calcadas preferentemente nos exemplos do sucesso norte americano e o argentino. Para o último, argumentava que, com população pouco superior à mineira, havia produzido exportações várias vezes superior à nossa. Como explicar tal fato? Pela permanência rotineira da produção, no campo brasileiro, pela falta de uma educação popular, pela falta de máquinas na lavoura, pela ausência de técnicas. No Brasil, nem o café servia como exemplo. No caso do sucesso do setor cafeeiro, tal se deu pelo privilégio do clima e do solo. Não necessitou engenho de qualquer espécie. Foi produto natural que deu ao Brasil o quase monopólio da produção mundial. Agora, uma vez em crise, esta se arrastava por anos, sem solução.

Em resumo, os princípios de João Pinheiro para mudar o perfil do Brasil eram:

- protecionismo
- educação básica e ensino prático
- crédito agrícola.

Tais os pontos que dizia revistos pelo seu programa de governo. Argumentava que pela simples observação da administração e das rendas do Estado de Minas, dava para sentir o descompasso em relação ao progresso que se queria. A situação financeira continuava má, traduzindo tristemente o atraso econômico do país. Afinal as práticas produtivas e da organização do trabalho eram feitas "por processos condenados, dos tempos ainda da escravidão".(53) Resultava que, num estado com quatro milhões de habitantes, a receita pública limitava-se a 16.436.615\$700. Mas a crise era de todos e, se o capital particular não acordasse para iniciativas privadas, o Estado devia intervir. Cabia a ele ser o grande modificador, garantidor e incentivador do capitalismo no Brasil.

Toda a pregação de João Pinheiro, após seu retorno à vida pública é marcada por um princípio: o Estado como agente dinamizador do processo econômico e social e o protecionismo como fator do desenvolvimento interno.

Dentro desse Estado a educação fundamental, sobretudo aquela voltada para o trabalho, tem um espaço especial em seu discurso. Era a um só tempo regeneradora do Trabalho, do homem e, por extensão, da Nação Brasileira.

Seu programa teria uma preocupação nacionalista e modernizadora. A ação diretiva deveria partir do Estado federal. Recompôr a União era um imperativo. Por sinal, desde Silviano Brandão, a ênfase do discurso político se fazia em torno da

Federação, através do viés centralizador. Não se justificavam mais as "libérrimas" aberturas republicanas. Os problemas estaduais existem enquanto parte do todo federal. A parte contém o todo. Outro fator é que leis protecionistas opõem países e interesses internacionais. Só à União era possível tomar medidas de caráter mais profundo e imediato.(54) Também para Pinheiro, e boa parte dos principais líderes políticos ou representantes dos setores econômicos em Minas, estava patente a dependência do Brasil em relação aos capitais externos e ao controle que, sobre os produtos nacionais, tais capitais exerciam.

"É nossa a grande opulência natural desta pátria, é nosso este clima para todas as produções, é nossa a exuberante terra brasileira; mas em mãos-estranhas estão a exportação das nossas riquezas, a importação do que não temos querido produzir, a regularização do nosso crédito, a exploração do alto comércio internacional, estando condenados em nome de uma liberdade comercial absurda a sermos um povo pobre no seio da mais rica das pátrias".(55)

A República poderia ter sido o momento favorável das transformações. O movimento republicano sempre incriminara a monarquia por sua lentidão em promover mudanças. Mas também a República vinha falhando na promoção do crescimento da economia nacional. A esperança na promessa republicana precisava ser recomposta:

"... Aos programas sem sinceridade na monarquia, sucederam os partidos sem programas, na República; a conquista do poder, antes como depois, foi o ponto culminante de extremação partidária, na mais desmoralizadora das pugnas, o da baixa politicagem, constituindo mesmo uma indústria, - a de viver do

orçamento.

É por isto, passados quinze anos de regime republicano, verifica-se que, com a mudança de forma de governo, apenas de nome se mudou, continuando talvez agravada a mesma situação econômica e social do país".(56)

A monarquia não pudera, por razões óbvias, mirar-se no espelho republicano dos Estados Unidos, república que assombrava o mundo e que excitava uma admiração que nos humilhava e nos humilha - a que desperta a terra de riqueza imensurável, habitada por um povo em penúria.(57)

Mas João Pinheiro não consegue ir além das aparências. Para ele o grande erro brasileiro fora a não institucionalização das tarifas protecionistas. Este foi o caminho pelo qual os Estados Unidos se tornaram predominantes e hegemônicos em relação ao mundo e, em particular, à América Latina. O crescimento brasileiro, além disto, era o remédio eficaz contra a perturbação da ordem, coisa que se comprova na observação do continente americano, pois na América Latina, onde se "cultiva a política pela política"(58), a instabilidade era permanente.

O mercado exportador brasileiro não podia resumir-se a café, borracha e mate. Só a ampliação do mercado interno poderia colocar o país em pé de igualdade com o estrangeiro. Era necessário reformular o Brasil como condição para manter sua própria liberdade:

"os povos modernos progridem rapidamente, alguns vertiginosamente, e a fatalidade deste progresso impele-os ao imperialismo, no qual as nações fracas serão irremediavelmente sacrificadas".(59)

Mas como tentar viabilizar tais projetos reformadores? Não bastava o protecionismo exclusivamente tarifário, parte mais odiosa e complicada do projeto. Era mister promover outras medidas como o financiamento da iniciativa particular, estudos do solo, educação técnica, baixas tarifas de transportes, exposição periódica - todas aquelas medidas que o Congresso de 1903 propusera. Além disso, argumentava Pinheiro, voltando ao modelo norteamericano - é a produção de cereais a que sustenta aquela nação. Ali a mão de obra do estrangeiro colonizador era fundamental, com a exploração da terra sendo feita em pequenas propriedades. Assim, o trabalho seria realizado só pelo trabalhador e seus filhos. Eis aqui o ponto fundamental. A pequena propriedade não demandava capitais acumulados. O produtor faturava para si e viveria dignamente:

"por felicidade humana, a concentração do trabalho e do capital só se tem realizado nas indústrias manufatureiras, e não no trabalho agrícola". (60)

Na agricultura continuaria em aberto o caminho para uma vida econômica condizente. As mesmas observações servem para a pecuária, e "A vida no Rancho" do presidente Roosevelt era a volta ao modelo de sempre. Esta obra, que produziu profunda impressão em João Pinheiro, mais uma vez fez brotar a interrogação: "o que nos torna pobres?" Argumenta o governador: as terras da América do Norte são piores que as nossas, seu clima difícil, seu gado criado de modo extensivo e de qualidade medíocre. No entanto, lá as carnes preparadas e os animais vivos

renderam, em 1902, 204 mil contos em moeda brasileira, sem comparação com os nossos valores. Sua pergunta não consegue resposta.

João Pinheiro era um político paradoxal. Consegue fazer valer suas idéias em meio aos modelos externos que elege como ideais.

Neste particular, em mais de uma entrevista, em mais de um artigo, João Pinheiro que não tem resposta para o sucesso de alguns vizinhos, vai descrever o "México do Porfiriato" como, em alguns aspectos, o modelo ideal ao Brasil.

Parece-nos que a imagem do Porfiriato é algo a ser pesquisado no Brasil. (61) Governando o México por tantos anos, impondo a paz porfirista, cercado-se de "científicos", sem dúvida o modelo mexicano dificilmente deixaria de repercutir pela América Latina.

No caso de João Pinheiro, as citações ao "insígne Porffrio Dias" se faz, com admiração, pela sua política educacional e, sobretudo, pela política mineral aplicada pelo México porfirista, um verdadeiro paradoxo com as pregações protecionistas, se levarmos em conta que esta prática estabelecida significou o domínio de 3/4 da mineração e das fundições mexicanas pelos capitais americanos. (62)

No manifesto-programa, como candidato do PRM à Presidência do Estado, dizia ainda Pinheiro que era pela mineração que o Estado de Minas devia seu nascimento, pela mineração recebeu seu próprio nome. A história mineira confundia-se com a da indústria mineradora. Chega a anotar o volume e o valor do ouro transferido para Portugal em 1764. Mas,

à medida que a exploração se tornava difícil, que o atraso científico imperava, a incerteza da propriedade e a confusão das leis geravam intranquilidade e pleitos jurídicos intermináveis. A mineração foi sendo abandonada. Isto também aconteceu em outros países. Mas o caso recente do México estava aí para indicar um caminho. Assim,

"Porfírio Dias, o estadista eminente, sob cuja direção se reergueu rapidamente aquela República, que é o traço de união entre as duas Américas, assentou o progresso da indústria mineira nas seguintes medidas legislativas: "propriedade mineira ficou sob o ponto de vista jurídico, tanto quanto possível, sólida e estável, para nela se interessarem os industriais sérios, evitando os jogadores à procura de uma fortuna mais ou menos problemática; facilitou-se a aquisição das minas; estabeleceu-se a liberdade de exploração; facilitaram-se as transmissões de propriedade; diminuíram-se muito os impostos sobre estes serviços; e, para as novas explorações quase se extinguiram".(63)

Continua o candidato, João Pinheiro, arrolando outras medidas e favores aos interessados na mineração.

Os efeitos legais sobre a propriedade e os incentivos aplicados à mineração produziram excelentes resultados, dizia, também sem reportar à sua fonte:

"Logo após a lei de 87, em um ano, se registraram 2.077 declarações novas de minas e 33 de usinas de redução; 682 minas e 3 usinas entraram em exploração; 100 contratos foram feitos para exploração de novas zonas mineiras, tendo colocado no tesouro, como garantia, 680.000 piastros".(64)

Completava Pinheiro:

"As leis do México sobre indústria mineira são em grande parte, aplicáveis em nosso Estado".(65)

Algumas linhas à frente dizia

"em todo o caso é sempre mais prudente olhar para o que já existe".

Na primeira mensagem ao Congresso mineiro, em 1907, voltava ao assunto pregando que o Brasil tinha que fazer como o México, removendo as dificuldades pelas leis e pela desapropriação por utilidade pública. O mesmo acontecia na entrevista de 1906, a "O Paiz", quando afirmava que, se as minas brasileiras deviam ser desapropriadas, deveriam ser segundo o modelo porfirista, que facilitou, por lei, a apropriação particular das minas mexicanas.

"desde que uma empresa deposite nos cofres do Estado uma determinada soma destinada a garantir a lisura e a execução do empreendimento, ela passa a ter o direito de desapropriação dos terrenos, garantidos os interesses do possuidor pelos processos de avaliação."(66)

O que João Pinheiro não anotou foi o gigantesco processo de avanço dos capitais externos monopolísticos, a crise social, a especulação e a expropriação da terra pelo capital, o fechamento político pela ditadura, a corrupção generalizada que o sistema porfirista terminou por provocar no México, caminhos ademais para a deposição de Diaz, seguida de violenta Guerra Civil, que por ali explodiu a partir de 1911.

Assim, parece-nos que tais namoros com um regime ditatorial como o de Diaz, fazia de João Pinheiro um político da época. Renascido politicamente no período Campos Sales, soube se adequar às condições do controle eleitoral, como cabia aos chefes de governo. Nome cogitado para a Presidência da República, nega a existência de qualquer conchavo oligárquico pois "fora impossível, na terra de Minas Gerais, o estabelecimento de oligarquias".(67)

Assim, num Estado em que havia

"escrupulosa gestão de dinheiro público, o máximo respeito às liberdades do cidadão... a livre manifestação das urnas... só podia acontecer no regime republicano mineiro porque aqui a república era praticada como se fora uma longa tradição".(68)

Assim, em Minas, dizia Pinheiro, cumpria-se a mais essencial de todas as liberdades, qual seja a liberdade das urnas.

Como chefe político, suas práticas não eram menos ortodoxas que as de outros chefes no período em questão:

"A um pedido de orientação política formulado por um senador mineiro, o governador responde:
"Ah! Compreendo. Não há nenhuma dificuldade. Diga sempre que é solidário com o governo. Tudo se reduz a obedecer. Obedeça e terá politicamente acertado. Do contrário, o senhor sabe, estou aqui com o facão na mão, para chamar à ordem aqueles que se insurgirem. A minha missão principal é essa: manobrar o facão, ou em cima, quando se trata da política federal, ou em baixo, quando da estadual. O nosso meio de orientação é esse. Portanto olho no facão, não esqueça e boa viagem".(69)

Mas tais constatações, só atestam as contradições

(pregação democrática/autoritarismo; protecionismo/capitais externos) dentro das quais vivia João Pinheiro. Nas suas entrevistas a "O Paiz", João Pinheiro deu o melhor de si. Suas idéias fluíram. Não menos a pena do entrevistador, jornalista acostumado ao trabalho, hábil na exposição do texto. Numa entrevista que devia ter durado horas, passara pelo almoço, avançara pela tarde, quanto não se falou ou se discutiu? Em dado momento, João Pinheiro teria cortado a conversa e dito: "Olhe, vamos para o terraço que ficamos melhor". Foram. Passaram pelos vestíbulos, pelo salão de honra. A tarde caía e o sol iluminava a cidade "em sua policronia ridente pelas formosas colinas do antigo Curral d'El-Rei".

Entrevistado e entrevistador olhavam para o poente. A cidade que João Pinheiro chamara de realização primeira, filha primogênita da República, noiva do trabalho, sem dúvida muito o orgulhava. Na verdade devia ser uma síntese de suas esperanças bem como de seus princípios de orientação de vida. A cidade era o símbolo da República em Minas. Seu crescimento atestava por si o sucesso republicano. Não se sabia naquele momento que bem próximo estava o fim da jornada do Presidente cá por essa existência.

Ali, olhando a cidade em seu poente e suas imagens-signo o Presidente não se contém e enuncia, numa exclamação, tudo aquilo que consubstanciava seus princípios de ação e vida.

"Veja - alguém diria que Belo Horizonte seria isso que aí está? Pois tudo é assim..."(70)

NOTAS

- (1) Para o caso paulista, ver a versão contrária de Boris Fausto - Expansão do Café e Política cafeeira in História Geral da Civilização Brasileira, T 3, v. 1. p. 199.
- (2) Praticamente todos os livros de História do Brasil que tratam desse período referem-se ao assunto. É interessante, porém, consultar o texto de Dunsche de Abranches, Como se faziam presidentes.
- (3) No Congresso não aparece com destaque referências ao México Porfirista. As referências a Porfírio Dias surgirão de modo explícito no programa de governo e nas entrevistas de João Pinheiro, como será demonstrado mais a frente.
- (4) Edgard Carone, A República Velha (Evolução Política). p. 231.
- (5) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 28 abr. 1903, p. 1.
- (6) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 29 abr. 1903. p. 1.
- (7) Sobre o assunto ver a exposição de Raymundo Faoro, Os donos do Poder. v. 2. p.
- (8) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 28 abr. 1903. p. 1.
- (9) Entrevista a "O Paiz" João Pinheiro, in Idéias políticas: p. 201.
- (10) Ibid. p. 202.
- (11) Ibid. p. 215.
- (12) Ibid.
- (13) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 16 jan. 1903.
- (14) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 24 jan. 1903. p. 1, 2, 3.
- (15) A redação da exposição é atribuída a João Pinheiro.
- (16) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 24 jan. 1903. p. 1.

(17) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 14 Jan. 1903. p. 1.

(18) Ibid. p. 2.

(19) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 21 Jan. 1903. p. 2.

(20) Ibid.

(21) Já na Mensagem de 1903, o presidente Francisco Salles indicava alguns ítems, que pretendia fossem discutidos imediatamente pelos deputados estaduais, para revesti-los de caráter legal:

- 1 - Estudo e pesquisas mineral nos leitos dos rios;
- 2 - Criação de regime especial para inscrição das minas;
- 3 - Venda em vez de concessão gratuita, de minas ou de leitos de rios pertencentes ao Estado;
- 4 - Estabelecimento de prêmios pecuniários para a agricultura e a indústria e para o acondicionamento dos produtos exportados;
- 5 - Distribuição de boas sementes e de reprodutores de raças escolhidas;
- 6 - Organização regular da estatística estadual;
- 7 - Estabelecimento da imigração para fornecimento de operários às indústrias, e fundação de colônias nas margens das estradas de ferro;
- 8 - Promoção de empresas frigoríficas e correlatas;
- 9 - Buscar reduzir ou isentar de impostos os produtos que não comportam concorrência, como tecidos, ferro, cereais;
- 10 - Substituição gradual do imposto de exportação;

11- Promover, auxiliando quanto possível a organização de um sindicato central dos agricultores.

Deve ser observado que nada referente diretamente à educação foi considerado. Cf. Mensagem de 1903. p. 54.

(22) Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903. Fundação João Pinheiro - Análise e Conjuntura 11 (1981) p. 126.

(23) Ibid. p. 157.

(24) Ibid.

(25) Ibid. p. 158.

(26) Ibid.

(27) Ibid.

(28) Ibid. p. 162.

(29) Ibid.

(30) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 25 maio 1903. p. 2.

(31) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 27 maio 1903. p. 2.

Não me foi possível localizar na pesquisa maiores informações sobre a escola de agricultura de Córdoba neste período. É porém interessante recordar que nascerá em Córdoba, na Universidade local, em 1918, a rebelião estudantil que provocou profundas mudanças no ensino Argentino. Rebelião que será a marca inicial do movimento estudantil na América Latina no século XX, e que foi antes de tudo contrária às formas retrógradas e autoritárias de direção universitária, além da impropriedade curricular, em alguns casos, ainda do século XVIII. A rebelião buscava a modernização da estrutura acadêmica da universidade e sua adaptação a currículos mais adequados. O movimento de

Córdoba, em resumo, foi tão significativo que marcou a reforma da vida universitária na Argentina além de ser linha de corte temporal para o assunto na América Latina. Veja sobre a matéria:

Juan Carlo Portantiero, *Estudiantes e política em América Latina. 1918-1938: El proceso de la Reforma Universitaria; Federación Universitaria de Buenos Aires, La Reforma Universitaria. 1918-1958.*

(32) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 8 maio 1903.

(33) Ver anexos I e II.

(34) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 19 maio 1903. p. 2 a 6.

(35) MINAS GERAES. Belo Horizonte, 14, 15 maio 1903. p. 7 e 8. O jornal traz as duas datas para o mesmo número.

(36) Ibid.

(37) Ibid.

(38) Chamada de Capa de Análise e Conjuntura. Fundação João Pinheiro. 11(1981).

(39) Mensagem Presidencial de 1907. p. 4 e 5. (Lei 1960 de 16/12/1906).

(40) Ibid.

(41) Manifesto programa. João Pinheiro. op. cit. p. 190.

(42) Ibid. p. 191. Sobre a questão da educação prática ver o texto de Vanilda Paiva. Educação Popular e Educação de adultos.

(43) Ibid.

(44) Ibid.

(45) Entrevista a "O país" op. cit. p. 207.

(46) Ibid. p. 208.

- (47) Mensagem presidencial de 1907. p. 6. (Grifo nosso).
- (48) Ibid.
- (49) Ibid. Ver ainda o decreto 2.027 de 8/06/1907.
- (50) Mensagem Presidencial de 1907. p. 13.
- (51) Sobre o Convênio de Taubaté e seu funcionamento existe bibliografia extensa. Ver sobre o assunto: Sérgio Silva. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil e Thomaz Holloway - Vida e morte no Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café.
- (52) Mensagem presidencial de 1907. p. 15.
- (53) Ibid. p. 23.
- (54) Programa como candidato a Governador. João Pinheiro op. cit. p. 177 a 197.
- (55) Discurso na sessão de encerramento do Congresso Agrícola... Ibid. p. 155.
- (56) Manifesto como candidato a Senador. João Pinheiro. op. cit. p. 169.
- (57) Ibid. p. 170.
- (58) Ibid.
- (59) Manifesto Programa do candidato do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado in João Pinheiro. op. cit. p. 179.
- (60) Ibid. p. 183.
- (61) Alguns autores brasileiros apontam o Porfiriato como possível fonte de modelo para a República no Brasil. Assim, Sérgio Buarque de Holanda registra no volume VII da História Geral da Civilização Brasileira, p. 338, no item olhemos

para o México, que circulava no Brasil, "o caso de um general voluntarioso que, ajudado de cientistas e técnicos, vinha realizando maravilhas pela modernização de uma república latino-americana, que em outros tempos fora o cenário constante das agitações mais cruentas. A obra magnífica desse ditador, amplamente divulgada e engrandecida por um incansável afã publicitário, ecoará amplamente na imprensa brasileira - o "olhemos para o México!" - de grande poder de contágio. Na verdade, na imprensa mineira da época não encontrei referências significativas ao México Porfirista. Ressalta-se que a pesquisa não foi ampla. De qualquer forma é um assunto interessante que merece estudo mais detalhado. Já em entrevista recente Raimundo Faoro (Revista "Isto É, de 20/02/90) também refere-se ao Porfiriato como fonte modelar para o Brasil no limiar do século XX, quando reafirma ser necessário trabalhar tal assunto e definir a extensão da influência do Porfiriato nos primórdios do Brasil republicano.

Porfírio Diaz chegou ao poder em 1876 com a bandeira do "sufrágio efetivo - abaixo a reeleição". Paradoxalmente reelegeu-se por oito vezes, governando o México por 34 anos! Ocupando o poder após as catastróficas perdas de territórios para os Estados Unidos na primeira metade do século XIX, além da invasão francesa de 1863, Porfírio Diaz estabeleceu uma "pax porfirista", reconhecida como modelo pela opinião internacional, entendida aqui como aquela dirigida pelos grandes investidores no México: Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha.

Diaz criou sua "pax" através da polícia "rurale", base do domínio sobre o campo, dos chefes locais e provinciais controlados e constantemente removidos e, destruindo o exército, tornou-se apolítico. Criou uma enorme e submissa burocracia e sempre a pagou em dia; imprensa só a sua. A prosperidade mexicana foi confirmada pelas taxas de juros nos seus empréstimos internacionais: em 1890 pagou, o México, empréstimos com taxas de juros de 6% e desconto direto de 35%. Em 1910, os empréstimos foram feitos com taxa de 4% e desconto prévio de 3% aos banqueiros internacionais.

Na verdade, durante o Governo de Porffírio Diaz, aconteceu uma forte concentração da propriedade da terra, sobretudo a custa das comunidades indígenas e dos pequenos proprietários.

Do ponto de vista dos investimentos externos, o capital americano aumentou de modo significativo sua presença no México, controlando no setor minerador cerca de 3/4 partes das minas e fundições.

Porffírio Diaz, ao lado de um discurso protecionista, favoreceu a entrada do capital estrangeiro, justificando o fato pela necessidade de criar modelos e exemplos aos mexicanos. À medida que o tempo passava, crescia, porém, nos quadros da administração pública, uma enorme corrupção, favorecida ainda pelos favores dispensados pelo capital externo.

No âmbito educacional, os profundos debates sobre o ensino e a necessidade de criar uma nova dinâmica social fez

sobressair a figura de Gabino Barreda. Mesmo assim os investimentos educacionais restringiram-se basicamente às cidades e aos setores dominantes da sociedade. Apesar das falas regeneradoras do povo miúdo pela educação, pouco se podia fazer por ele, povo, visto pela "entourage dos científicos" como uma "raça sem inteligência", "rebanho atacado pela pobreza", "povo de sangue degenerado e exausto".

Sobre o período de Diaz, no que toca à educação e à ideologia do Porfiriato ver o livro de Leopoldo Zéa, El positivismo en México.

(62) No documento de João Pinheiro o texto referido aparece como citação, sem que a fonte seja indicada. Por quais vias chegavam ao Brasil os ecos do Porfiriato? Para as questões de mineração, interesse devia ter o Dr. Chalmers, diretor da Cia. Morro Velho, por sinal relator da memória sobre a mineração no Congresso Agrícola de 1903, em assessorar o Governo. No Minas Geraes de 14 e 15 de maio de 1903 na pág. 7, tem uma nota interessante:

"afim de tomar parte nos trabalhos do Congresso chegou ante-ontem a esta Capital o ativo propagandista de nossas riquezas minerais sr. Alcides Medrado, diretor da The Brazilian Mining Review, excelente publicação que tem a sua existencia garantida não só pelo seu magnifico corpo de redação como ainda pela subvenção de 30:000\$000 que o Congresso Nacional votou o ano passado, a vigorar nesse exercficio".

As ligações diretas Brasil-México, porém, não pareciam ser

fáceis, pelo menos para o lado mexicano. Stephen Haber, no livro *Industry and underdevelopment*, p. 42, nos informa que um grupo mexicano chegou ao Brasil para vender tecidos, "which they expected would be a large market for Mexican textiles, they were shocked to find Brazil had a textile industry of its own and did not need to import Mexican products".

Cabe ainda acrescentar a importância dada aos debates quanto às riquezas minerais do Estado. No Congresso de 1903, na memória e discursos sobre a mineração, a questão do passado aurífero está sempre presente e o ouro é sempre desejado, e a possibilidade de se recuperar sua extração é um sonho que é visto como realidade possível e imediata.

(63) João Pinheiro, op. cit. p. 167.

(64) Ibid. p. 188.

(65) Ibid.

(66) Entrevista a "O Paiz". João Pinheiro. op. cit. p. 218.

(67) Manifesto Programa. Ibid. p. 197.

(68) Ibid. Grifo nosso.

(69) Edgard Carone. *A República Velha. Instituições e Classes Sociais*. p. 268.

(70) Entrevista a "O Paiz". João Pinheiro. op. cit. p. 224.

CONCLUSÃO

Neste estudo tentamos rever uma interpretação muito difundida sobre a História Mineira. Esta, tomada como um todo, teve exageradamente acentuada a idéia da decadência, que se estenderia da 2a. metade do séc. XVIII ao final do XIX. Tal versão, fortalecida pela propaganda republicana, atribui à História de Minas uma "Idade Antiga", colonial, na qual tudo se resumia na opulência da mineração; uma "Idade Média", decadente, tal qual "longa noite de cem anos" com brilhos de manifestações culturais. A seguir indica uma "Idade do Progresso" ligada à riqueza cafeeira e coetânea da República. Nesta última pode-se romper com o velho e, ao mesmo tempo abrir-se para o moderno, escrito nos cânones do positivismo prático, então dominantes como parâmetro das mudanças que ocorriam no Brasil na segunda metade do século XIX.

Os novos estudos acadêmicos sobre Minas Gerais, centrados em sua História e Economia, como os arrolados no Capítulo I, não só negaram a absolutização da decadência mineira no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX como demonstraram o crescimento populacional e a ampliação das atividades produtivas.

Constatando tais premissas, as conferimos com os discursos oficiais do período de nosso objeto de trabalho. Como estamos tratando da política como matriz de uma ação educativa, pedagógica, também organizadora do trabalho, entendemos que o discurso do poder, contemporâneo sempre dos movimentos sociais, procurou refletir o pensamento e a ação governamental nesses

campos, em consonância com os interesses dominantes. Inicialmente vimos como no Império predominou a tese da decadência seguida, logo após, pelo discurso do Progresso, simbolizado na República vitoriosa, que ainda pôde se apropriar da idéia generalizada da decadência para responsabilizar o Regime anterior, a Monarquia, pelos males do passado, por serem eles implícitos à centralização do Império. Ao mesmo tempo pôde a República reconciliar-se com o passado glorioso de Minas, centrado no período colonial, período do ouro, período dos Inconfidentes, dos primeiros sonhos republicanos, massacrados pelo arbítrio da Casa de Bragança. Com a República era possível a Minas, e ao Brasil por extensão, voltar aos fundamentos políticos da pátria republicana, reconquistando a divisa da "liberdade ainda que tardia". Liberdade que o Governo Republicano quer fazer sinônimo de Minas Gerais. Assim, na Nova Capital, o palácio do Governo é o Palácio da Liberdade, que situado na praça que tem o mesmo nome, Praça da Liberdade. Palácio e Praça encontram-se no ponto mais alto dentro da Avenida do Contorno (que define o espaço original do projeto urbano), dominando com a vista toda a cidade e atraindo para si a visão dos governados. Por que não uma pequena acrópole?). Por sua vez, a Avenida da Liberdade (atual João Pinheiro), ligava Palácio e Praça ao Parque Municipal, espaço aberto, onde o povo também podia desfrutar da liberdade do espaço público.

Assim, na abertura de nossa dissertação, tentamos demonstrar que Minas crescia materialmente no século XIX por taxas de certo modo significativas. Entendemos que o discurso da

decadência, suporte da interpretação mais difundida de nossa história, interessava internamente aos que detinham o poder como expressão do centralismo monárquico. Então, para as questões que pediam investimentos, como aquelas ligadas à educação, a resposta da impossibilidade era escamoteada pelas leis que multiplicavam a criação de escolas, sem nunca materializá-las.

E o discurso do necessário e da importância das escolas e da educação do povo multiplicava-se sem qualquer sentido de realização do prometido.

Mas, se no século XIX, o Império não era a decadência nem era o remanescente frágil de um século de ouro, a República, quando chegou, tornou-se expressão das relações sociais e das mudanças econômicas que acompanhavam as ligações do Brasil com o mundo. Não é, pois, por mero acaso que a República acontece no exato momento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Daí os republicanos assentarem seus discursos na idéia de progresso.

Também aqui o discurso pela educação, ainda que esta aparecesse como imperativo pela exigência fundamental da cidadania, não coincide com sua sustentação plena pelo Estado. Pregava-se o tempo todo, como no Império, uma educação prática, num discurso que funda seu sentido na formação da mão-de-obra. Esta devia receber, com as primeiras letras, o inculcamento dos valores da ordem, do progresso, da nação, da família, da religião, etc.

É preciso, pois, ordenar essa sociedade mutante de que a própria República foi o resultado. Encontrar meios de a atingir como um todo. E, no caso, a grande obra educativa para as massas

e para a elite, pelo uso do simbólico republicano foi, em Minas Gerais e também para o Brasil, a construção de Belo Horizonte. Tal obra, a um só tempo, realizaria no presente o compromisso com o futuro e o resgate do passado mineiro.

O solo mineiro, porém, era um solo sagrado, o solo dos Inconfidentes. Belo Horizonte construída preservava a Ouro Preto do século XVIII, o século do ouro. Ouro Preto Republicana era agora Santuário, Acrópole da nacionalidade, lugar sagrado, altar da liberdade, berço e descanso final dos heróis, proto mártires da liberdade/independência brasileira, heróis republicanos.

A liberdade sonhada pelos Inconfidentes, apropriada, pelas "classes conservadoras" finalmente chegara à luz, retardada que foi pela usurpação monárquica. Mas os novos dirigentes republicanos obrigavam-se à conciliação com os que vinham do Império, também eles "classes conservadoras", e que não deixaram de ter seu espaço no "novo" poder. Quanto ao povo, este não deixava de ser visto. Afinal quantas vezes não se ouvia a constatação de "como podia num país tão rico viver um povo tão pobre". Era a constatação lamentosa dos epígonos do poder, pois a República nasceu excludente por seus princípios de cidadania. Direitos políticos só os havia para o demos limitado, restrito a quem, elas mesmas, "classes conservadoras", pertenciam e representavam.

Assim, a construção de Belo Horizonte permitia à República encontrar as raízes mineiras (por extensão, brasileiras - lembremos que o 21 de abril é feriado nacional) e fundar-se na herança dos heróis entronizados em Ouro Preto, Santuário, era

construir o alicerce comum, capaz de justificar a postura do "cidadão mineiro" identificado com a imagem da liberdade e do futuro calcado na tradição.

Assim, criar uma nova capital significava atingir três objetivos educativos e didáticos: primeiro, acompanhar as mudanças que iam pelo mundo adiantado cumprindo as promessas de uma dinâmica republicana; segundo, preservar um patrimônio carregado de símbolos, um santuário para os mitos que a República transformaria em heróis nacionais; terceiro - haveria algo mais educativo que esta síntese?

Desse modo, ao se abrir o século XX, com uma crise envolvendo a República ainda tão jovem, é que as propostas do Congresso Agrícola de que tratamos, e do Governo João Pinheiro se realizariam enquanto alternativas que pretendiam sustentar os interesses das "classes conservadoras" como sendo as do "povo mineiro" e do "povo brasileiro".

E agora, com a ampliação dos controles sociais, a educação, a escola, mais do que antes, tem espaço privilegiado no discurso. Mas os investimentos públicos na educação não cresceram o tanto quanto seria necessário. Cresceram muito mais os controles políticos sobre a escola.

Se assim foi, a exclamação síntese, que João Pinheiro teria formulado, ao mostrar, orgulhoso, Belo Horizonte de 1903 ao visitante, "pois tudo é assim", define, em sua extensão e profundidade, os controles republicanos na formulação da cidadania restrita, no espaço limitado da participação política que marcou originalmente a República da qual, hoje, permanecemos como atores coadjuvantes. Mas esta é uma face da moeda. A outra,

de que não tratamos, mostraria que nem tudo foi assim. Dentro da cidade eugênica e do Estado de solo sagrado, a dinâmica social produziria logo, logo, greves, conflitos sociais, lutas, reações, manifestações políticas, porque, na verdade, diria o Prof. João Antonio de Paula, "pois tudo é assim... e assado".

BIBLIOGRAFIA

1. LIVROS E TESES

ALBANO, Celina et alii.

1985. A cidade na Praça; poder, memória, liberdade. Departamento de Sociologia e Antropologia. FAFICH/UFMG.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de.

1989. História da instrução Pública no Brasil de 1500 a 1889. São Paulo, EDUC.

ARROYO, Miguel.

1985. Mestre, Educador, Trabalhador: organização do trabalho e profissionalização. FAE/UFMG.

BARREIRO, José Carlos.

1980. Campesinato e escravidão. Tese de Mestrado, IFCM/UNICAMP. (Mimeo).

BARRETO, Abílio.

1928. Belo Horizonte, memória histórica e descritiva. Belo Horizonte, 2 vols.

BELO, José Maria.

1964. História da República (1889-1954) (Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira). São Paulo, C. Edit. Nacional.

CANO, Wilson.

1977. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, Difel.

CARONE, Edgard.

1969. A Primeira República. São Paulo, Difel.

1970. A República Velha (Instituições e classes sociais). São Paulo, Difel.

1971. A República Velha (Evolução Política). São Paulo, Difel.

CARVALHO, José Murilo.

1978. Escola de Minas de Ouro Preto, o peso da glória. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

1987. Os bestializados. São Paulo, Cia. das Letras.

CASASANTA, Guerino.

1958. Correspondência de Bueno Brandão. Belo Horizonte.

CAVAROZZI, Marcelo.

1978. Elementos para uma caracterización del capitalismo oligárquico. Buenos Aires, Documento CEDES/G.E. GLACSO n. 12.

COSTA, Emília Viotti da.

1966. Da senzala à colônia. São Paulo, Difel.

1977. Da monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo, GRIJALBO.

COSTA, João Cruz.

1956. O Positivismo na República: notas sobre a história do positivismo no Brasil. São Paulo.

1957. Contribuição para a História das Idéias no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização.

CURY, Carlos Roberto Jamil.

1978. Ideologia e Educação Brasileira. SP. Cortez.

1989. Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma crítica do fenômeno educativo. São Paulo, Cortez.

DEAN, Warren.

1971. A Industrialização de São Paulo, 1880/1945. São Paulo, DIFEL/EDdit. USP.

DEBES, Célio.

1978. Campos Sales: Perfil de um estadista. Rio, F. Alves, Brasília, INL (2 vols.).

DUTRA, Eliana Regina de Freitas.

1988. Caminhos operários nas Minas Gerais. São Paulo, HUCITEC.

ELIADE, Mircea.

1988. Mito x realidade. Barcelona, Labor.

FAORO, Raimundo.

1975. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Globo, São Paulo, Ed. da USP. 2 v.

FAUSTO, Boris

1981. Trabalho Urbano e conflito social. São Paulo, Brasiliense.

FARIA, Maria Auxiliadora.

1977. A Guarda Nacional em Minas. 1831-1873. Tese de Mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná (Mimeo).

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho.

1974. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Ática.

FURTADO, Celso.

1967. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Editora Nacional.

HABER, Stephen H.

1989. Industry and underdevelopment. The Industrialization of Mexico. 1890-1940. Stanford University Press.

HARDMAN, Francisco Foot.

1988. Trem Fantasma: a modernidade na selva. São Paulo, Cia. dos Livros.

HALL, Michael M.

1969. The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914. Tese de doutoramento, Columbia University, (mimeo).

HOBBSBAWN, Eric.

1979. A era do capital. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

1981. Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

HOLANDA, Sérgio Buarque.

1972. Do Império à República. in História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel. T. 2. v. 5.

HOLLOWAY, Thomas H.

1978. Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café. Rio, Paz e Terra.

IGLESIAS, Francisco.

1958. Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889). Rio, MEC/INL.

JANNOTTI, Maria Lourdes Mônaco.

1984. Os Subversivos da República. São Paulo, Brasiliense.

LANNA, Ana Lúcia Duarte.

1984. A transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. Campinas, Unicamp. (Dissertação de mestrado).

LEAL, Victor Nunes.

1975. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega.

LENHARO, Alcir.

1979. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo, Símbolo.

LESSA, Renato.

1988. A Invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo, Vértice.

LE VEN, Michel Marie.

1977. As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1883-1914). Belo Horizonte, DCP/UFMG (mim.)

LIBBY, Douglas Cole.

1984. Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil. O caso de Morro Velho. Belo Horizonte, Itatiaia.

1988. Transformação e trabalho em uma economia escravista Minas Gerais no séc. XIX. São Paulo, Brasiliense.

LIMA, João Heraldo.

1981. Café e Indústria em Minas Gerais. 1870-1920. Petrópolis, Vozes.

MACCIOCCHI, Maria Antonieta.

1977. A favor de Gramsci. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida e ANDRADE, Rodrigo Ferreira.

1989. Belo Horizonte: um espaço para a República. Belo Horizonte, UFMG.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna.

1981. A economia política do café com leite: 1900-1930. Belo Horizonte, UFMG.

MARTINS, José de Souza.

1981. O cativo da Terra. São Paulo, LECH.

MARTINS, Roberto Borges.

1980. Growing in Silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil. Nashville, Tennessee, Vanderbilt University. (mimeo).

MARX, Karl.

1975. El capital. México, Fondo de Cultura, v. 1.

MAYER, Arno.

1987. A força da tradição. São Paulo. Companhia das Letras.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de.

1976. Um estadista da República: Afranio de Melo Franco e seu tempo. Rio, Nova Aguilar.

1973. Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo. Rio, José Olympio/Ed. USP.

MONTEIRO, Norma de Góes.

1973. Imigração e colonização em Minas: 1889-1930. Belo Horizonte, UFMG.

MUMFORD, Lewis.

1966. A cidade na História, Belo Horizonte, Itatiaia.

PAIM, Antonio (org.)

1980. Plataforma política do positivismo ilustrado. Brasília, Universidade de Brasília.

1981. O apostolado positivista e a República. Brasília, Universidade de Brasília.

PAIVA, Vanilda.

1973. Educação popular e educação de adultos. São Paulo, Loyola.

POEY, Andrés

1960. El positivismo. La Habana. Editorial de la Universidad de la Habana.

PORTANTIERO, Juan Carlos.

1987. Estudiantes e política en América Latina 1918-1938: El processo de la Reforma universitária. México, Siglo XXI.

PAULA, João Antonio de.

1988. Prometeu no Sertão (economia e sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais). São Paulo, USP (Tese de Doutorado), euds (mimeog.).

PRADO JR, Caio.

1959. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense.

QUEIROZ, Sueli R. R. de.

1986. Os Radicais da República. São Paulo, Brasiliense.

RESENDE, Francisco Paula Ferreira de.

1944. Minhas recordações. Rio, José Olympio.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de.

1982. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906). Belo Horizonte, UFMG/PROED.

ROSSI, Aldo.

1986. La arquitectura de la ciudad. Barcelona, Gustavo Gili.

SCHWARTZMAN, Simon.

1975. São Paulo e o Estado Nacional. São Paulo, Difel.

SEVCENKO, Nicolau.

1983. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense.

SHORSKE, Carl.

1988. Viena fin-de-siècle. São Paulo, Companhia das Letras.

SILVA, Sérgio.

1976. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega.

SINGER, Paul.

1974. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, Ed. Nacional.

SOUZA, Laura de Mello e.

1982. Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no séc. XVIII. Rio de Janeiro. Graal, 1982.

TURAZZI, Maria Inez.

1989. A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do séc. XIX e XX. Rio de Janeiro: COPPE. São Paulo: Marco Zero.

VEYNE, Paul.

1987. Acreditam os gregos nos seus mitos? Lisboa, Edições 70.

XAVIER, Maria Elizabeth Sampaio Prado.

1980. Poder Político e educação de elite. SP. Cortez e Associados.

WIRTH, John D.

1982. O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira. Rio, Paz e Terra.

ZEA, Leopoldo.

1968. El positivismo en México. México, Fondo de Cultura Económica.

2. ARTIGOS

BRESCIANNI, Maria Stella Martins.

1985. Metr p les: as faces do monstro urbano (As cidades no séc. XIX). Revista Brasileira de História. SP. v. 5. n. 8/9.

CARVALHO, José Murilo de.

1979. A Burocracia Imperial: a dial tica da ambiguidade. DADOS. 21 (1979).

DUTRA, Eliana Regina Freitas.

1990. República e trabalho no registro da Burguesia. Belo Horizonte, Revista do Departamento de História. UFMG. n. 10 (no prelo).

FARIA, Maria Auxiliadora e GROSSI, Yonne de Souza.

1982. A classe operária de Belo Horizonte (1897/1920). Belo Horizonte, 5. Seminário de Estudos Mineiros - CEM/UFMG.

FAUSTO, Boris.

1975. "Expansão do Café e Política Cafeeira" in História Geral da Civiliza o Brasileira. (Estrutura de poder e economia 1889-1930). São Paulo, Difel, T. 3. v. 1.

GRAVATÁ, Hélio.

1982. Contribui o bibliográfica sobre Belo Horizonte. Belo Horizonte, Revista do Arquivo Público Mineiro, XXXIII.

IGLESIAS, Francisco.

1964. "MINAS GERAIS". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). O Brasil Monárquico. São Paulo, Difel, Tomo 2, v. 2. (História Geral da Civilização Brasileira).

LOVE, Joseph.

1975. "Anatomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira". In: FAUSTO, Boris: História Geral da Civilização Brasileira (o Brasil Republicano - estrutura de poder e economia (1889/1930). São Paulo, Difusão. T. III. v. 1.

MONTEIRO, Norma de Góes.

1970. "Esboço da política imigratória e colonizadora no Governo de Minas Gerais - 1889 a 1930. Revista Brasileira de Estudos Políticos. 29.

O CONGRESSO Agrícola Comercial e Industrial de 1903. (Fundação João Pinheiro. Análise e conjuntura. 11(5-6):121/220, Maio-jun. 1981.

PAULA, João Antonio de.

1983. Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a siderúrgica e a indústria têxtil. Anais do II Seminário sobre a economia mineira, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de.

1974. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Políticos n. 39.

SLENES, Robert Mayne.

1985. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFCH-UNICAMP, 17, Jun.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo.

1969. "O processo político partidário na Primeira República" In Mota, Carlos Guilherme (org.) Brasil em perspectiva. São Paulo, Difel.

WEREBE, Maria José Garcia.

1971. A Educação in Holanda, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. (Declínio e Queda do Império). São Paulo, Difel. T. II, v. 4.

WIRTH, John D.

1975. "Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional - 1889/1937". In: Fausto, Boris (org.) História geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano - estrutura de poder e economia (1889/1930). São Paulo, Difel. T. III, v. I.

FONTES

I - Documentos vários (anais, manifestos, discursos, relatórios)

1894. ANNAES DO CONGRESSO MINEIRO em sessão extraordinária em Barbacena. Ouro Preto. Imprensa Oficial.

BRASIL

1986. Constituições do Brasil. Brasília, Senado Federal.

1903. MINAS GERAES. CONGRESSO Agrícola, Industrial e Comercial. Belo Horizonte, dezembro 1902 a maio de 1903.

MINAS GERAIS

1988. Constituições políticas do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Assembléia Legislativa.

PRATES, Carlos.

1905. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário das Finanças de Minas, pelo engenheiro Carlos Prates Inspector de Industria, Minas e Colonização, sobre a sua comissão na Zona da Matta. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

SILVA, João Pinheiro da.

1980. Idéias Políticas. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos seleccionados por Francisco de Assis Barbosa. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.

II - Mensagens Presidenciais

BRANDÃO, Francisco Silviano de Almeida.

1899. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 1a. Sessão Ordinária da 3a. Legislatura. Cidade de Minas, Imp. Oficial.
1900. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 2a. Sessão Ordinária da 3a. Legislatura. Cidade de Minas, Imp. oficial.
1901. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 3a. Sessão Ordinária da 3a. Legislatura. Cidade de Minas, Imp. Oficial.

CERQUEIRA, Eduardo Ernesto da Gama.

1892. Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro pelo Vice-presidente do Estado, Dr.... Ouro Preto, Imp. Est. Minas Gerais.

FORTES, Chrispim Jacques Bias.

1896. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 2a. Sessão Ordinária da 2a. Legislatura. Ouro Preto, Imprensa Oficial.
1897. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 3a. Sessão Ordinária da 2a. Legislatura. Ouro Preto, Imprensa Oficial.

1898. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 4a. Sessão Ordinária da 2a. Legislatura. Ouro Preto, Imprensa Oficial.

PENNA, Affonso Augusto Moreira.

1892. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 2a. Sessão Ordinária da 1a. Legislatura. Ouro Preto, Imp. Oficial.

1893. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 3a. Sessão Ordinária da 1a. Legislatura. Ouro Preto, Imp. Oficial.

1894. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 4a. Sessão Ordinária da 1a. Legislatura. Ouro Preto, Imp. Oficial.

SALLES, Francisco Antônio de.

1903. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 1a. Sessão Ordinária da 4a. Legislatura. Belo Horizonte, I.O.F.

1904. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 2a. Sessão Ordinária da 4a. Legislatura. Belo Horizonte, I.O.F.

1905. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 3a. Sessão Ordinária da 4a. Legislatura. Belo Horizonte, I.O.F.

1906. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 4a. Sessão Ordinária da 4a. Legislatura. Belo Horizonte, I.O.F.

SENA, Joaquim Candido da Costa.

1902. Mensagem dirigida pelo Vice-Presidente do Estado, Dr...., ao Congresso Mineiro em sua 4a. Sessão Ordinária da 3a. Legislatura. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

SILVA, João Pinheiro da.

1907. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr...., ao Congresso Mineiro, em sua 1a. Sessão Ordinária da 5a. Legislatura. Belo Horizonte, Imp. Oficial.

1908. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr...., ao Congresso Mineiro, em sua 2a. Sessão Ordinária da 5a. Legislatura. Belo Horizonte, Imp. Oficial.